



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

**MARÍLIA GEOVANA DE OLIVEIRA LISBOA**

**“A GENTE NÃO USA MAIS ÁGUA COMO USAVA ANTES”: IMPACTOS DA UHE  
TUCURUÍ NA VIDA DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS.**

**BELÉM  
2024**

**MARÍLIA GEOVANA DE OLIVEIRA LISBOA**

**“A GENTE NÃO USA MAIS ÁGUA COMO USAVA ANTES”: IMPACTOS DA UHE  
TUCURUÍ NA VIDA DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/IFCH/UFPA) como requisito para obtenção do título de Mestra em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Alan Nunes Araújo.

BELÉM

2024

Dados internacionais de catalogação – na – Publicação (CIP)

Sistema de Biblioteca da UFPA

---

Adicionar dados

---

**MARÍLIA GEOVANA DE OLIVEIRA LISBOA****“A GENTE NÃO USA MAIS ÁGUA COMO USAVA ANTES DA BARRAGEM”:  
IMPACTOS DA UHE TUCURUÍ NA VIDA DAS MULHERES ATINGIDAS POR  
BARRAGENS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/IFCH/UFPA) como requisito para obtenção do título de Mestra em Geografia.

**Área de concentração:** Dinâmicas Socioambientais e Recursos Naturais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Alan Nunes Araújo.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alan Nunes Araújo- UFPA  
(Presidente – Orientador)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Benedita Alcidema C. dos Santos Magalhães- UFPA  
(Examinadora Interna)

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Márcia Aparecida da Silva Pimentel- PPGEO/ FGC/UFPA  
(Examinadora Interna)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Ruth Helena Cristo Almeida- UFRA  
(Examinadora Externa)

Dedico este trabalho a minha Família e as Mulheres Ribeirinhas  
das ilhas do Rio Tocantins.

## AGRADECIMENTOS

No final desta etapa importante da minha carreira como mulher e pesquisadora, sempre fui ensinada a ter coragem e alegria diante das adversidades. Nascida no seio de uma humilde família na cidade de Jacundá- PA, aprendi com meus pais a buscar conhecimento na esperança de nunca o perder, através das palavras: “Filha, a única coisa que não vão tirar de você é o conhecimento”.

Nos bons e adversos momentos, estive acompanhada por cada um dos meus ancestrais neste plano ou não, agradeço ao universo por me levar ao encontro das melhores pessoas que pude conhecer, melhores palavras que pude ouvir e melhores momentos que pude viver.

Agradeço aos meus pais, Vilma Oliveira e João Lisboa, minha irmã Mariza, por todo o apoio, proteção e educação que me tornaram uma mulher independente e incansável.

As minhas amigas, nas pessoas de Mylena, Thais, Cecília, Ádria, Pricila e Eliene. Pelos momentos descontraídos e reforços, pelas risadas e acolhimento, enchendo o meu lar e vida de alegria, também agradeço ao meu companheiro, Thiago, pelo amor leve, apoio incondicional, acalento, palavras belas e paciência diante da minha dedicação a carreira.

Agradeço ao conselho nacional de desenvolvimento científico e tecnológico- CNPQ pelo financiamento desta pesquisa, possibilitando minha dedicação integral a pesquisa.

As professoras e professores do PPGeo/Ufpa, que acreditaram nesta proposta e na jornada, e são de relevância imprescindível para este caminho.

Ao orientador desta dissertação, Prof. Dr. Alan Nunes Araújo pela paciência e acolhimento diante das minhas inquietações teóricas e pessoais, e diante também do desafio que esta pesquisa representou.

Ao Grupo de Trabalho de Geografia e Gênero na Amazônia, nas pessoas das amigas Aline Lima e Carolina Gonçalves (PPGeo/Ufpa), que apoiaram fundamentalmente o caminhar desta pesquisa.

Ao Movimento dos Atingidos por Barragens e as mulheres da comunidade de Paruru do Meio, na pessoa de Laureana e sua Família, que me acolheram durante os trabalhos de campo e representam a inspiração total deste trabalho, construído por elas principalmente, imensamente grata.

*“Toda árvore possui por baixo da terra uma versão primeva de si mesma. Por baixo da terra, a árvore venerável abriga uma "árvore oculta", feita de raízes vitais constantemente nutridas por águas invisíveis. A partir dessas radículas, a alma oculta da árvore empurra a energia para cima, para que suas naturezas mais verdadeiras, audazes e sábias vicejem a céu aberto. O mesmo acontece com a vida de uma mulher.”*

Clarissa Pinkola Estés.

### Resumo

A dissertação explora o processo de construção dos territórios impactados por hidrelétricas, especialmente na região amazônica, onde a exploração dos corpos e os atravessamentos causados pela concepção de desenvolvimento dos grandes projetos afetam dinâmicas ambientais e sociais. Na Amazônia, esse processo é ainda mais complexo devido à extensão e diversidade de paisagens e populações diretamente dependentes. O modelo energético, discutido na Geografia e quanto a seu real impacto, levanta problemáticas como deslocamentos compulsórios, compensações injustas e questões hídricas causadas por mudanças nos fluxos e vazões dos rios. Além das questões territoriais e espaciais, as transversalidades sociais são evidentes, embora muitas vezes invisibilizadas pela estrutura patriarcal presente nos espaços de debate. Assim, a pesquisa tem como objetivo compreender os reflexos dos impactos causados pela UHE Tucuruí sobre as mulheres no Baixo Tocantins, especialmente na comunidade ribeirinha de Paruru do Meio, e analisar a reprodução de poder do Capital, bem como os desafios e formas de resistência das mulheres na defesa dos corpos territórios. A pesquisa examina as questões fisiográficas e sociais das ilhas do Baixo Tocantins, bem como a participação das mulheres nesta realidade. Identifica-se a percepção das mulheres atingidas, as influências nas jornadas de trabalho doméstico e como essas demandas são levantadas na participação política feminina na defesa do Território. O percurso metodológico adotado inclui análise bibliográfica, trabalho de campo, participação em reuniões de lideranças comunitárias, aplicação de questionários socioeconômicos e entrevistas semiestruturadas, além da elaboração de mapas e gráficos. Conclui-se que existe uma diferenciação estrutural de gênero na construção do território estudado, influenciando os impactos ambientais e dimensões corporais. Destaca-se a importância do protagonismo feminino na defesa dos territórios como um movimento de enfrentamento direto ao grande capital, em prol da dignidade das comunidades e famílias afetadas.

**Palavras-chave:** Gênero, Corpo Território, Transversalidades sociais, Mulheres no Baixo Tocantins, Modelo energético

### Abstract

The dissertation explores the construction process of territories impacted by hydroelectric plants, especially in the Amazon region, where the exploration of bodies and crossings caused by the conception of development of large projects affect environmental and social dynamics. In the Amazon, this process is even more complex due to the extension and diversity of landscapes and directly dependent populations. The energy model, discussed in Geography and its real impact, raises problems such as compulsory displacement, unfair compensation and water issues caused by changes in river flows and flows. In addition to territorial and spatial issues, social transitions are evident, although often made invisible by the patriarchal structure present in the spaces of debate. Thus, the research aims to understand the effects of the impacts caused by the Tucuruí HPP on women in the Lower Tocantins, especially in the riverside community of Paruru do Meio, and to analyze the reproduction of power of the Capital, challenges and forms of resistance of women in the defense of bodies territories. The research examines the physiographic and social issues of the islands of Baixo Tocantins, as well as the participation of women in this reality. It identifies the perception of women affected, the influences on domestic work hours and how these demands are raised in the political participation of women in the defense of the Territory. The methodological approach adopted includes bibliographic analysis, fieldwork, participation in community leadership meetings, application of socioeconomic questionnaires and semi-structured interviews, and the preparation of maps and graphs. It is concluded that there is a structural gender differentiation

in the construction of the territory studied, influencing environmental impacts and body dimensions. We highlight the importance of female protagonism in the defense of territories as a movement of direct confrontation against big capital, in favor of the dignity of the affected communities and families.

**Keywords:** Gender, Body Territory, social transversalities, Women in Lower Tocantins, Energy model

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Mapa de representação da área de atuação do POLAMAZÔNIA
- Figura 2: Mapa de localização da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no baixo rio Tocantins, Pará.
- Figura 3: Inauguração da primeira turbina geradora em 22 de novembro de 1984, em Tucuruí, pelo presidente General João Batista Figueiredo.
- Figura 4: Fluxograma de metodologia da dissertação.
- Figura 5: Mapa de Localização da ilha de Paruru do Meio.
- Figura 6: Mapa de vegetação do município de Cametá.
- Figura 7: Mapa de caracterização do solo do município de Cametá.
- Figuras 8 e 9: Gráficos de uso e cobertura do solo: anos 1985 e 2022. Fonte: BDia-web- IBGE.
- Figura 10: Mapa de uso e cobertura do solo no município de Cametá.
- Figura 11 e 12: Entrevistas realizadas nos domicílios de moradoras da ilha de Paruru do Meio.
- Figura 13: Gráfico de representação do número de filhos das entrevistadas.
- Figura 14: Gráfico de representação de locais mais frequentados pelas participantes.
- Figura 15: Folhetos jogados por Helicóptero, excluindo impactos negativos da UHE Tucuruí.
- Figura 16: Igreja Menino Jesus de Praticiaia, onde foi realizado o I Banzeiro das Mulheres Atingidas do Baixo Tocantins. 2023.
- Figura 17: Ilha adjacente a comunidade de Paruru do Meio.
- Figura 18: Lata de Açaí colhida na comunidade para venda.
- Figura 19: Vista do rio Tocantins do Interior da casa no período da Maré Seca.
- Figura 20: Transformador instalado nos fundos de uma residência de Paruru do Meio.
- Figura 21: Arpillera- Trabalho Invisível.
- Figura 22: Gráfico de representação da caracterização familiar das entrevistadas.
- Figura 23: Gráfico de representação de escolaridade das entrevistadas.
- Figura 24: Gráfico de representação do tempo de participação política das entrevistadas.
- Figura 25: Reunião de participantes Banzeiro das mulheres atingidas do Baixo Tocantins, na comunidade Menino Jesus de Praticiaia,
- Figura 26: Chegada das participantes do Banzeiro das mulheres atingidas do Baixo Tocantins na comunidade Menino Jesus de Praticiaia, realizada no espaço da Paróquia local.
- Figura 27: Militante do MAB realiza uma fala no Banzeiro das mulheres, ao lado de sua filha.
- Figura 28: Tecido estendido no banzeiro das mulheres atingidas do Baixo Tocantins, com os dizeres “SEM AS MULHERES EM LUTA NÃO HÁ GARANTIA DE DIREITOS”

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1- Caminhos de análise e práticas da pesquisa

Quadro 2: Núcleos de significação estruturados para a pesquisa.

Quadro 3: Idade das mulheres participantes da pesquisa.

Quadro 4: Relatos de mulheres coletadas em outros espaços.

### **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Indicadores relacionados ao saneamento ambiental em Cametá- Saúde

### **LISTA DE ABREVIATURAS**

CAHTU- Comissão De Atingidos Pela Hidrelétrica De Tucuruí

EIA/RIMA- Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental

GTINAM- Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia

MAB- Movimento dos Atingidos por Barragens

SPVEA- Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UHE- Usina Hidrelétrica

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	1
1.1 OBJETIVOS .....	5
Objetivo geral:.....	5
Objetivos específicos: .....	6
1.2 HIPÓTESE .....	6
1.3 REFERENCIAL TEÓRICO .....	6
1.3.1 – Território, um conceito chave na geografia.....	6
1.3.2. Grandes projetos desenvolvimentistas na Amazônia: transformações e contradições .....	16
1.3.3. Usinas hidrelétricas na Amazônia: um modelo de crescimento e desenvolvimento? .....	19
1.3.4. A perspectiva de Gênero dos impactos energéticos e o enfrentamento feminino na Amazônia. ....	26
1.4. PERCURSO METODOLÓGICO .....	32
1.4.2 Análise dos Dados .....	34
CAPÍTULO 1 .....	44
“EU SOU ATINGIDA AQUI MESMO” PERCEPÇÕES DAS MULHERES ACERCA DAS MUDANÇAS CAUSADAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE TUCURUÍ NA ILHA DE PARURU DO MEIO.....	44
3.1- A Água: Impactos corporais e domésticos.....	47
3.2- O peixe: Insegurança alimentar e financeira.....	49
3.3- A casa: Moradia atingida. ....	51
CAPÍTULO 2 .....	55
1. “AÍ, O TRABALHO FICA MAIOR PARA NÓS.” DIVISÃO SEXUAL E SOBRECARGA DE TRABALHO DOMÉSTICO NO CONTEXTO DE PARURU DO MEIO.....	55
4.1 Teias de Resiliência: Apoio Social como pilar diante da sobrecarga em Paruru do Meio.....	59
CAPÍTULO 3 .....	62
“Não é porque nós somos mulheres que não temos direito, não.”: Desafios e perspectivas das mulheres na luta frente a acumulação de impactos no Baixo Tocantins.....	62
5.1. As mulheres em defesa do território no contexto de Paruru do Meio .....	63
CONSIDERAÇÕES.....	69
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	71
ANEXOS.....	1
1- QUESTIONÁRIOS E TERMOS DE CONSENTIMENTO.....	1

## 1 INTRODUÇÃO

Para uma melhor compreensão deste trabalho, é importante destacar os caminhos que construíram esta proposta de pesquisa, não sendo apenas em âmbito acadêmico, como também trajetória de vida e identidade. Nasci em Jacundá, município paraense a 440 quilômetros de Belém. A sede municipal antiga foi remanejada na década de 80 pelo lago da UHE Tucuruí, hoje está localizada as margens da PA 150. A provocação deste debate iniciou na graduação, onde exercícios de escrita e discussões acerca de questões ambientais se materializou no processo de formação, em atividades curriculares, na construção de um artigo, intitulado: “Um Estudo Da Geopolítica Capitalista Na Amazônia Oriental No Período Militar E Movimentos Sociais Camponeses”.

A discussão acerca do aproveitamento dos recursos naturais e políticas desenvolvimentistas, bem como os instrumentos de catalogação foram brevemente levantados, e também como as comunidades atingidas estão engajadas nas lutas pelas terras e territórios expropriados.

Posteriormente, o contato com os estudos de acesso à água foi realizado na participação no Programa Residência Pedagógica, em 2018, com o subprojeto “O Paradoxo da água na Amazônia Brasileira”. A população sem água na região das águas: uma reflexão no contexto educacional, em particular na cidade de Castanhal/PA.”. em trabalho com a educação básica em escolas públicas do município, foi enriquecedor no tocante ao contato com narrativas de diversas pessoas de diferentes faixas etárias, importante para espacializar os conceitos que foram trabalhados em sala.

A partir de debates também levantados sobre a questão agrária, o interesse sobre a importância que o gênero possui nas conjunturas de lutas pela terra e território de vida se tornaram focos de estudo, a questão gênero, em se tratando de geografia paraense, é de certa forma tímida, pouco discutida, principalmente aliada a lutas por território e impactos ambientais provocados por grandes projetos.

Dada esta conjuntura, a ligação íntima entre estes conceitos e como podem ser trabalhados para uma visão mais complexa do modelo de produção e exploração realizado na Amazônia foi percebida ao final da graduação, como uma introdução ao debate, o tema do trabalho de conclusão de curso, intitulado “Dorothy Stang E O Protagonismo Feminino Na Luta

Pela Terra E Território De Vida Paraense”. foi o início do foco específico para a percepção e ação da mulher nas problemáticas decorrentes dos grandes projetos.

O contexto da construção de uma barragem para fins energéticos é carregado de mudanças profundas nos locais, o que leva as populações a realizarem trabalhos de base e articulações como instrumento de denúncia frente à negligência e a violência em diversos níveis praticadas pelos grandes projetos, afetando elementos naturais e antrópicos/sociais das comunidades.

Nas disciplinas cursadas no programa de pós graduação em geografia, as discussões sobre as dinâmicas que ocorrem no meio ambiente se aproximam de maneira a provocar a análise sobre a complexidade da vivência nos territórios amazônicos, a recomposição causada pela implantação de grandes projetos, bem como comunidades realizam organizações e práticas políticas pautadas na luta de classes e defesa de territórios atravessados.

A caminho de estudo desta conjuntura a partir da visão de gênero propõe possibilidades de discussões acerca da situação da mulher Amazônica, Paraense, Ribeirinha, Pescadora e de outras classes, organizadas politicamente ou não, é uma proposta também de evidenciar a própria invisibilidade velada, tanto pela neutralização das populações frente aos estudos de impactos, como também nos espaços de debate, a geografia pode entender como um conceito importante para a análise de impactos ambientais que transcendem os provenientes do modelo energético.

Os processos de implantação dos grandes projetos desenvolvimentistas na Amazônia são um dos principais responsáveis pela modificação na dinâmica social e ambiental, posto que desterritorializa e reterritorializa pessoas e altera a natureza com a máxima força do grande capital. Na Amazônia este processo se torna ainda mais complexo em razão de sua biodiversidade e por ser morada de povos e populações que historicamente ocupam este vasto e complexo território.

É no governo militar brasileiro entre as décadas de 1960 e 1970 sob uma ótica expansionista, que a Amazônia passou por grandes mudanças com o direcionamento de capital público e privado, nacional e internacional que reestruturou e reconfigurou a Região Amazônica com a criação da Superintendência de Desenvolvimento para a Amazônia (SUDAM)<sup>1</sup> por meio do Programa de Integração Nacional (PIN)<sup>2</sup>. Para Neto e Neto (2017, p. 147):

Esta política foi colocada em prática em sintonia com a forte propaganda oficial de oferta de terras, que reorienta os deslocamentos de populações de

---

<sup>1</sup> Decreto-Lei N°5.173 de 27.10.1966

<sup>2</sup> Decreto-Lei N°1.106, de 16 de julho de 1970

várias regiões do país para o território amazônico. Além disso, são registradas outras intervenções, até mesmo com uso da força policial e militar, no sentido de promover deslocamentos inter-regionais de grupos étnicos que tradicionalmente viviam em áreas na Amazônia (como, por exemplo, sociedades indígenas) e que se torna de interesse do capital, sobretudo de empresas privadas.

Assim, fato relevante de se mencionar é que esta mesma potência natural amazônica, é vista ao mesmo tempo nacional e internacionalmente ora como riqueza natural e de necessária preservação, ora também como recurso mineral (reserva natural de mercado) e sujeito diretamente a ótica mercadológica, principalmente no tocante às atividades minerárias, agrárias e hidro energéticas. Para Becker (2005, p.78).

O mercado dos recursos hídricos é o mais atrasado, embora haja múltiplas tentativas de regularização desse mercado. A água é considerada o ouro azul do século XXI, em termos globais, porque há escassez e consumo crescente no mundo, sobretudo nos países semiáridos que utilizam a irrigação. Ademais, há previsões de que a disputa por água pode chegar até a conflitos armados.

As políticas de aproveitamento regional implicam mudanças drásticas nas dinâmicas espaciais urbana e rural, onde se encontra a maior contradição dos grandes projetos, já presentes em relatórios, estudos técnicos e planejamentos construídos apenas para o processo de exploração desconsiderando sobremaneira as comunidades ribeirinhas, indígenas e camponesas, direta ou indiretamente afetadas pelos projetos, ignorando que a compreensão de um território é também uma construção social, e gerando inúmeros conflitos. Campos et al (2022) reiteram que “Os conflitos agrários expressos no espaço determinam o domínio e o poder que o capital, por intermédio dos seus aparatos técnicos, desempenha sobre o território”. Nesta lógica Rocha (2013. p.198) destaca que:

A perspectiva de ampliação do aproveitamento Hidroelétrico regional tem se constituído uma preocupação constante das organizações e movimentos sociais locais e regionais. Os dados e as lições do passado recente impõem a necessidade de cautela, isto porque a relação entre estes aproveitamentos hidrelétricos. E as populações regionais representam ainda e cada vez mais um aspecto repleto de contradições e no horizonte próximo de difícil conciliação. Os impactos populacionais rurais de urbanos, ambientais e territoriais decorrentes tornaram polêmicas essas grandes obras de infraestrutura energética.

Em face das contradições das políticas que fomentam os grandes projetos que provocam mudanças de fluxos hidrográficos ou acumulam rejeitos da mineração, transformando a organização espacial da área em que foram construídos, movimentos de pessoas atingidas pelas barragens surge com o propósito de denunciar as discrepâncias dos grandes projetos em relação a planejamentos estratégicos e falta de assistência à realidade social

do entorno das barragens, além de apontar as diversas violações aos direitos humanos provocados por estas empreitadas.

A formação de um movimento social, geralmente se dá, a partir de um descontentamento coletivo devido a uma carência ou à possibilidade de perda coletiva, seja ela material - terra, moradia - ou imaterial - sexo, raça, etnia. Na formação do movimento social, seus integrantes assumiram um discurso e uma prática sustentada por este, sendo que ambos poderão ser modificados com o passar do tempo, devido ao aprendizado prático dos movimentos, à aproximação de novos interlocutores, às mudanças na conjuntura que envolve o movimento entre outros motivos (Foschiera, 2010, p. 5).

Contudo, muito se fala em relação à luta pela terra, conflitos agrários, violência no campo ou mesmo impactos ambientais ao abordar a relação destes fatores com grandes empreendimentos dentro da lógica capitalista e territorial. Porém, algo importante e necessário é procurar também compreender como estes fatores se comportam não somente na perspectiva da luta de classe mas também na questão do gênero, entendendo que dentro de um grupo social impactado por um grande empreendimento, para além da fragilização de seus direitos, estes impactos serão vividos e sentidos de forma diferenciada pelas mulheres, tendo em vista que a relação com a natureza e a questão identitária perpassa também pela continuidade do próprio corpo e de suas existências na defesa pelo território.

Haesbaert (2020) menciona que “Desdobram-se assim desde os territórios do/no corpo, íntimo (a começar pelo ventre materno), até o que podemos denominar territórios-mundo, a Terra como pluriverso cultural-natural ou conjunto de mundos – e, conseqüentemente, de territorialidades – aos quais estamos inexoravelmente atrelados. É nesta perspectiva que Azevedo et al (2019) mencionam sobre o papel que as mulheres têm tido nessas lutas, com forte presença nos movimentos e organizações sociais que denunciam a violação de seus direitos – entre indígenas, camponeses, quilombolas, pescadoras, mulheres negras e trabalhadoras urbanas – e os diversificados sujeitos sociais que têm ganhado visibilidade na luta por território.

Já o Corpo Território é notadamente o corpo feminino e de outros grupos dissidentes, revela a concretude de inúmeras “outras escalas de opressões, de resistências: família, praça pública, comunidade, bairro, organização social, território indígena etc. (Haesbaert, 2020).

A questão de gênero nas lutas socioambientais frente aos grandes projetos não trata o feminismo e suas vertentes como condicionante da participação das mulheres, mas a defesa de seus corpos, territórios e vida de seus familiares, a divisão do trabalho e construção das funções ligadas ao gênero legitima a participação das mulheres nas demandas contra os impactos.

Há que se mencionar também que estas mulheres não travam somente a resistência com

o grande capital, mas também conflitos internos em suas comunidades e famílias, muito em razão dos regimes patriarcais que também impactam e cerceiam os direitos em uma mera e clara manifestação desigual baseada na divisão por gênero.

No Brasil, a participação das mulheres nos espaços de decisão é escassa e quando exercida, é permeada de desafios e discriminação naturalizada por questões de gênero. No espaço agrário não é diferente e em alguns termos é mais visível, ou seja, uma mulher que se torna uma liderança precisa de reconhecimento e afirmação diante dos padrões colocados.

Neste aspecto, a liderança feminina é importante para o exercício da pluralidade de vozes e demandas que atendam ambos os sexos, em termos de organização trabalhista, acesso a políticas públicas e proteção das propriedades e vivência na sociedade.

Os movimentos sociais no país se organizam em diversas formas, estruturas e processos visando a vivência e direito a territórios anteriormente tomados, visto que a estrutura fundiária do país é mantenedora da concentração desigual por parte da elite desde a formação territorial do país. Na construção da espacialização desses movimentos, as discussões acerca da pluralidade da participação das pessoas da comunidade são necessárias para a construção das demandas, ação e metodologia de luta destas organizações.

Surge neste contexto na década de 1980 o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) como forma de resistência, lutas e conquistas visando estabelecer de forma organizada e coletiva os interesses dos atingidos pelo sistema de geração, distribuição e venda da energia elétrica, ao qual a mulher desde o início tem participação importante em todos os processos (MAB, 2023).

A análise das mulheres Atingidas por barragens são temas de discussão férteis para vários setores das ciências humanas, visões sociológicas, históricas e jurídicas tratam destas trajetórias a partir de seus conceitos, porém, é importante a visão geográfica das mulheres como participantes e construtoras do movimento, bem como suas ações nos territórios de luta. Assim, este estudo propõe compreender os desafios e formas de resistência das mulheres atingidas por barragens na Amazônia, bem como o reflexo destes impactos na relação corpo-território em múltiplas escalas.

## **1.1 OBJETIVOS**

### **Objetivo geral:**

Compreender o reflexo dos impactos causados pela UHE Tucuruí sobre as mulheres no Baixo Tocantins, e em especial na comunidade ribeirinha de Paruru do Meio vis-à-vis a reprodução de poder do Capital e os desafios e formas de resistência das mulheres a partir da

defesa aos corpos territórios.

#### **Objetivos específicos:**

- Estudar a percepção dos impactos socioambientais causados pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí sobre a comunidade ribeirinha de Paruru do Meio.
- Discutir a sobrecarga dos impactos sobre os corpos e modos de vida das mulheres da comunidade.
- Analisar a participação feminina nos movimentos de defesa dos territórios atingidos pela UHE Tucuruí e acumulação de impactos.

## **1.2 HIPÓTESE**

Os impactos socioambientais causados por grandes projetos na Amazônia afetam de maneira geral as comunidades, de maneira diferenciada as mulheres, assim a organização feminina no enfrentamento ao modelo energético possui conotação de defesa de seus corpos territórios, enquanto relações construídas nas comunidades e manutenção da vida de suas famílias.

## **1.3 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.3.1 – Território, um conceito chave na geografia**

A definição da Geografia no campo científico se debruça nas relações entre sociedade e natureza, expressadas principalmente pelas modificações decorrentes da complexificação das tecnologias e atividades, como instrumento de compreensão destes processos, categorias foram instituídas como espaço, lugar, paisagem, região e território são base para caracterização e análise de fatores visíveis ou não para a formação de conjunturas, entendendo a complexidade dos fenômenos, categorias estas gerais, disponíveis e importantes para a transposição nas escalas de estudo, variando de acordo com os autores.

O espaço é compreendido como resultado da transformação do chamado meio natural, formação das cidades e campo, derivados das chamadas práticas espaciais, numa visão materialista do espaço fundamentalmente moldado pelo trabalho (Harvey,2004). Essas práticas transformam o espaço através de fluxos e inter-relações de várias ordens, para garantir a produção e reprodução da sociedade, formando um tecido cada vez mais denso, móvel, fluido

e liso, tomando rumos mais complexos no decorrer do tempo (Moreira, 2001).

Segundo Lefebvre (2000), a ocupação do espaço é definida pela apropriação dos sujeitos, expressada pelo uso da terra, construções, atividades econômicas e organização social, uma análise relacional com o modo de produção capitalista pautado na valorização do lucro e desvalorização da força de trabalho, esta dominação é feita de maneira legítima ou ilegítima, reflexo direto dos atores.

O conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: *descoberta* (de espaços novos, desconhecidos, continentes ou o cosmos) – *produção* (da organização espacial própria a cada sociedade) – *criação* (de obras: a paisagem, a cidade como a monumentalidade e o décor). Isso evolutivamente, geneticamente (como uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da *simultaneidade*; pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição na inteligência e na junção material de elementos dos quais se *produz* a simultaneidade. (LEFEBVRE. 2000. p.5)

De maneira complementar, Santos, (1978) considera o espaço para além de um reflexo dos atores que o produzem, um conjunto de lugares entendidos como porções do estado produtivo, mas fator social, resultado e condicionante, o conjunto de relações expressadas em formas e funções, lugares entendidos como porções do estado produtivo, a matéria trabalhada, as estruturas contém as atividades realizadas e objetos construídos, variando historicamente de acordo com a classe, as relações, ou fluxos são importantes para a organização espacial, um campo de forças desigual e não homogêneo em todos os lugares, a visão materialista é presente no sentido de o trabalho ser a força motriz para a formação e transformação do espaço, assim como a desvalorização da força de trabalho e mercantilização da natureza.

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletivas que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

A Região é considerada como uma fração do espaço, onde são dinamizadas as relações entre os atores, a transformação de comunidades regionais e locais, a globalização corrobora a natureza complexa do processo de regionalização a partir das diferenças de modificação dos lugares, incluídos ou excluídos, a seletividade é a ligação entre a história natural e social do meio, a eleição do(s) lugares(s) e recursos, pelos princípios da distribuição e localização, as práticas espaciais são estruturadas, na lógica do mercado, é a base da regionalização e

especialização da produção dos lugares e divisão territorial do trabalho e produtividade. (MOREIRA, 2000), para outros autores a região é compreendida neste sentido:

As regiões são um corpo e não necessariamente porque elas sejam orgânicas ou porque, como disse Batalla (1969, p. 3), “tem um processo de nascimento, crescimento e morte”, ou seja, uma história. É um corpo que tem sido historicamente dividido entre o que é meio ambiente natural e a população que nele se desenvolve, de forma semelhante à totalidade do ser sofre um desdobramento entre o que é corpo e alma. As regiões têm sua corporeidade devidamente exercida no mundo sensível (MCDOWELL, 1996). A região é carne e pedra, por isso tem suas zonas que a tornam material sensível, interligadas por várias relações que definem a sua magnitude (Sennet, 1997). Algum lugar em específico, como o caso de *Malinche*, um vulcão em Tlaxcala, no México, que para os aldeões representa um homem. (Luna, 2017.p.25)

Moreira argumenta que as mudanças no arranjo da paisagem ocorrem pelas trocas da distribuição provocadas pela seletividade, instrumento de descarte e seleção, que reduz ecossistemas completamente ou os reduz a pequenos resíduos, que desenraiza, desambientaliza e desterritorializa.

A geografia passou por um processo de renovação em relação aos estudos de processos espaciais, a centralidade do conceito de espaço torna o conceito de território mais limitado, o que desconsidera formas diversas do seu uso (Saquet, 2008).

O estudo territorial com caráter político e relacional tem destaque com Rafestin (2013), onde o espaço é representado pela ótica do controle e revela o território, modificado pelo trabalho, com tipos de territorialidades entre os atores compreendidos como sintagmáticos que produzem o território em tempos e lugares diversos, atividades estas que formam malhas, nós e redes, repartidas por estes atores, compondo e delimitando o campo do poder, este sistema é a articulação entre o estado e capital de outras organizações.

O território e a territorialidade como multidimensionais e inerentes à vida em sociedade. O homem vive relações sociais, a construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se assentam na construção de *malhas, nós e redes*. A territorialidade se manifesta em distintas escalas *espaciais e sociais* e varia no tempo. (Saquet, 2006)

Os conceitos de território, espaço e tempo são diferentes, mas indissociáveis, é importante salientar que a contextualização dos lugares e relações espaço-tempo é base para a compreensão das práticas espaciais e territoriais, Saquet propõe aspectos para os estudos territoriais são eles:

- a) A identificação e caracterização de mudanças/descontinuidades e permanências/continuidades (descontinuidades), considerando-se as suas contradições e relações de poder nas dinâmicas econômica, política e cultural;
- b) a heterogeneidade como tempos (temporalidades) e territórios (territorialidades) ou as múltiplas *formas* e relações em interação;
- c) a

identidade ou *traços comuns*; d) as articulações territoriais, em rede, como um único movimento e, e) componentes da natureza exterior ao homem, influenciando e sendo influenciados em processos territoriais. (Saquet 2006)

Os processos de produção das conjunturas sociais e caracterização dos conceitos estudados pela geografia são heterogêneas de acordo com os lugares, o modo de produção, fator mercantil e valor de uso e potencial de lucro sobre os recursos. O poder das grandes organizações sobre estes territórios é exercido pelo discurso de desenvolvimento e políticas de reestruturação que causam desterritorialização.

A construção do espaço e território e o elemento de ligação entranhado neste processo é a diferenciação de gênero, onde para além do processo em si é importante definir os sujeitos inseridos na construção, o acesso e/ou restrição dos espaços e territórios estão definidos por fatores de existência, como para além de gênero a raça, classe, religião, sexualidade. Em detrimento da concepção de espaço masculino de determinada classe, sexualidade e raça. Nesse sentido, Joseli Silva (2007. P. 120) aponta:

A ideia de que o ambiente construído reflete os estereótipos dos lugares femininos e masculinos e que houve uma ótica masculina na produção do espaço urbano foi defendida por Bondi (1992). Ela argumenta que o planejamento urbano funcionalista e racionalista que dominou durante muito tempo o modo de concepção de cidade aprisiona as mulheres em determinados lugares ao separar as áreas comerciais, industriais e residenciais, acentuando a divisão do trabalho entre os sexos. Sendo assim, afirma que a leitura da distribuição funcional da paisagem urbana reflete a dominância da perspectiva masculina sobre o espaço.

### **1.3.1.1 Caminhos para a compreensão da relação corpo-espaço- território**

Os conceitos chave da geografia citados e discutidos traçam as maneiras de entendimento dos processos de construção, destruição e transformação dos diversos locais através da história, conceitos estes definidos pela forma e manifestação política (MASSEY, 2000), ou como possibilidade de leitura e compreensão das realidades (Haesbaert, 2014).

As maneiras mais utilizadas de compreensão das categorias e aplicações na pesquisa geográfica, concomitante com a divisão entre geografia física e humana é a análise dos processos espaciais por fatores socioeconômicos através da história, fatores estes que envolvem complexidades intrínsecas, não no sentido de não observáveis, mas como invisibilizadas e ignoradas.

A Geografia brasileira é construída sob influência forte da ótica Lefebvriana dos processos de construção espacial e propostas de debate dos territórios, pautada nas relações sociais de diferenciação etária, sexual, de raça e classe, manifestada na divisão sexual do

trabalho, estruturas dos locais e segregação socioespacial, fortemente debatida na tessitura do modo de produção capitalista.

Entre as complexidades e relações componentes da dimensão espacial, estão os corpos, inseridos dentro do meio técnico científico informacional, com as vivências e práticas, uma possibilidade de não pensar a produção apenas, através da relação sujeito-objeto, como também entre os sujeitos, o fato é que ao longo da sua história a geografia ignorou a dimensão íntima e política do corpo como expressão dos sujeitos e dos seus múltiplos agenciamentos, expressos em termos de classe, gênero, raça, identidade e performances (Haesbaert, 2020)

Pode-se dizer que o corpo, com a sua capacidade de ação, e as suas várias energias, cria espaço? Seguramente. Mas não no sentido da ocupação dita como uma espacialidade fabricada; em vez disso, há uma relação imediata entre o corpo e seu espaço, entre a distribuição do corpo no espaço e sua ocupação do espaço. Antes de produzir efeitos na esfera material (ferramentas e objetos), antes de se produzir, por alimentar-se daquela esfera material e antes de se reproduzir, gerando outros organismos, cada corpo vivo é espaço e tem seu espaço: ele se produz no espaço e produz esse espaço. Esta é uma relação verdadeiramente notável: o corpo com as energias à sua disposição, o corpo vivo, cria ou produz o seu próprio espaço; em contrapartida, as leis do espaço, que significa dizer as leis de diferenciação no espaço, também governam o corpo vivo e a utilização de suas energias. (Lefebvre, 1991 [1974], p. 170)

Ao destacar essas complexidades, os três fatores de compreensão do espaço sugeridos pelo autor são debatidos a partir das dimensões corporais, os sentidos, representações, valores perpassam pela corporeidade, que produz o espaço, o diferencia e o transforma através do tempo, os fatores de transformação estão entrelaçados com outras óticas sobre o corpo.

Lefebvre afirma como espaço absoluto (primeira natureza) e abstrato (produto da dominação ou segunda natureza), revela como o processo de tecnificação e mercantilização dos recursos manifestado pela exploração e submissão dos corpos moldou como o trabalho, é estruturado para a manutenção do modo de produção e lucratividade.

O espaço abstrato é dividido em formantes geométricos, formantes visuais e fálcos, onde o primeiro se refere às estruturas rígidas ideologicamente neutras, planas, o segundo representa visualmente em detrimento dos outros sentidos corpóreos, e o terceiro se refere ao domínio masculino nas diversas esferas de influência, cada um destes formantes afeta o corpo, o restringe e dá a funcionalidade (Silva, 2019).

O aspecto a ser visualizado de uma maneira mais destacada nesta pesquisa é o do corpo feminino, as práticas sociais estruturantes da produção do espaço foram construídas sobre a dominação e diferenciação dos corpos, a dialética entre trabalho e espaço afetou os corpos

femininos de maneira mais sistemática, na acumulação primitiva e construção do capitalismo, Silvia Federici dialoga com Lefebvre ao salientar que:

Desde o início do movimento de mulheres, as ativistas e teóricas feministas viram o conceito de “corpo” como uma chave para compreender as raízes do domínio masculino e da construção da identidade social feminina. Para além das diferenças ideológicas, chegaram à conclusão de que a categorização hierárquica das faculdades humanas e a identificação das mulheres com uma concepção degradada da realidade corporal foi historicamente instrumental para a consolidação do poder patriarcal e para a exploração masculina do trabalho feminino (Federici, 2017. p.31)

A chamada geografia corporificada propõe a centralidade da discussão acerca do corpo, como produz as representações materiais ou não, de que maneira são impactados pelas relações de dominação e atribuição de valor de troca sobre o meio natural, e engajados nas lutas territoriais de resistência frente aos danos gerados pelas grandes organizações como instrumentos de resistência frente a esta dominação em defesa de seus territórios.

O conceito de território na geografia debatido no tópico anterior também não será desvencilhado do conceito de espaço, a sobreposição das práticas territoriais sobre as estruturas espaciais e como se tensionam no contexto das atividades da sociedade é uma ótica muito debatida academicamente, as diferentes concepções principalmente imateriais do território são fruto de contribuições de movimentos sociais e populações tradicionais, o que provoca a geografia a não tensionar seus conceitos chave, mas abarcar as possibilidades de visão fora dos espaços acadêmicos e nos locais enfrentamento prático político contra hegemônico.

Nestes locais, a concepção de corpo território nasceu no cerne do enfrentamento contra hegemônico, principalmente feminino, se tornando uma categoria basilar no chamado feminismo comunitário, e ao mesmo tempo para além do pensamento feminista, mas em linhas gerais pertencentes a pauta de defesa do seio familiar.

Nesse sentido, o corpo-território é “uma epistemologia latino-americana e caribenha feita por e desde mulheres de povos originários que vivem em comunidade; quer dizer, a articulação corpo-território põem ao centro o comunitário como forma de vida” (CRUZ HERNÁNDEZ, 2017, p. 43). Essa categoria, portanto, sugere a necessidade de aprofundamento no debate acerca do comunitário na Geografia, visto que é uma das chaves centrais de enfrentamento dos feminismos latino-americanos aos processos espoliativos que assolam os corpos femininos e seus territórios. (OLIVA, 2022. p.149)

As propostas de geografia corporificada são destacadas em debates da chamada geografia feminista, no tocante ao falocentrismo nos setores de decisão, a segregação generificada do espaço e dos territórios, os impactos dos grandes projetos sobre as comunidades e principalmente sobre os corpos das mulheres são enraizadas pelo processo de divisão sexual do trabalho, considerando o corpo não como objeto, mas como sujeito político na defesa dos territórios e contra as opressões que buscam o controle sobre o corpo feminino, Lefebvre acena

o corpo não somente como capaz de produzir o espaço e os territórios, mas como sujeito combativo as hegemonias limitantes da capacidade.

É natureza do contexto científico realizar discussões acerca de seus conceitos, limites e possibilidades de análise, uma ciência que se restringe encontra dificuldades na compreensão das mudanças da sociedade e nas relações estruturantes dessas mudanças, a história do pensamento geográfico é formada majoritariamente pela ótica a partir do corpo masculino, refletida nas obras e metodologias, Lefebvre não discute explicitamente a generificação das divisões e exploração dos corpos nas práticas espaciais, o que não anula a relevância de sua contribuição teórica.

A geografia feminista e visão do espaço e território a partir do corpo não busca quebrar completamente as contribuições clássicas, e sim compreender novos territórios a partir dos já compreendidos, na América Latina, o corpo território é estudado a partir de lutas dos movimentos sociais em diversas escalas e espaços, práticas políticas que abrem caminhos para territórios de discussão provocados a partir do conhecimento para além dos espaços acadêmicos.

#### **1.3.1.2 - (Des) territorialização, Multiterritorialização e Multiterritorialidade**

No contexto de reestruturação espacial, as múltiplas significações dadas ao local e construção do modo de vida das diversas sociedades suas sobreposições é o campo de debate das ciências sociais, a geografia se debruça na análise da escala destes processos, com variantes relacionadas ao conceito e vivência dos territórios.

No tópico anterior foram debatidas óticas acerca do território, acrescentando três dimensões territoriais abordadas por Haesbaert (2003), a primeira, a mais utilizada para as análises Jurídico- Política, onde limita o território ao espaço onde um determinado poder é exercido, a segunda como Culturalista, na dimensão do simbólico e subjetivo de uma sociedade sobre um espaço. Por fim a econômica, pautada nas relações econômicas de capital trabalho.

Na perspectiva das grandes corporações, a modificação do espaço e território é manifestada através de redes, composta por estruturas e funções atribuídas, como redes de distribuição de bens e serviços, de divisão do trabalho e especialização da produção e redes de gestão estratégica, organizadas de maneiras variadas de acordo com o local de instalação, em se tratando de Amazônia, a análise proposta acerca da conjuntura dos grandes projetos é a de redes de múltiplos circuitos, compostas por ligações complexas entre os chamados nós, há uma hierarquia ou complementaridade entre estes, com o objetivo de administrar fluxos de matérias primas, intermediárias e/ou produtos finais de uma grande corporação (Braga, 2010, p.30)

A partir da compreensão do território-rede como não dicotômica e dinâmica na tarefa geográfica de estudo das escalas de influência do poder, é proposto por Haesbaert o caráter móvel do território, onde as redes fluem, fixam, conectam e desconectam territórios para além da dimensão física, a produção dos territórios-rede pelas corporações para a reprodução do capital é a base do processo de globalização.

Temos a desterritorialização vinculada ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais. Aqui, o território pode adquirir uma conotação culturalista e, muitas vezes, pode se confundir com o conceito de lugar visto basicamente como estratégia de identificação cultural, referência simbólica que, sob a desterritorialização perde sentido e se transforma em um "não-lugar" (Augé, 1992) ou em uma rede (como no espaço dos fluxos contraposto ao espaço dos lugares em (Castells, 1996)

A Multiterritorialização deriva das diversas produções de territórios não hierárquicos, consideradas por Haesbaert como rizomáticas, de caráter seletivo, com possibilidade de acesso, no tocante aos grandes projetos na Amazônia, há uma complementaridade entre estes, com relação horizontal.

A noção de globalização permite pensar numa sobreposição de territórios numa territorialidade multiescalar com várias formas de inserção nos circuitos da globalização. Ela destaca também a possibilidade de partilhar mais de um território, tanto no sentido mais literal de sobreposição (simultaneamente "encaixada") quanto da possibilidade (necessidade) de acionar. Dependendo da situação. Diversos territórios ao mesmo tempo. (Haesbaert, 2003. p. 20)

Como parte dos impactos dos grandes projetos na Amazônia, a identidade territorial das comunidades foi e é constantemente atacada, pela contradição do valor das potencialidades dos locais, pois:

Aqueles que estão excluídos do território enquanto morada, local de reprodução e de sobrevivência (os aglomerados humanos de exclusão), a estes, sim, é que efetivamente deve-se dirigir o termo desterritorializados. É ali que. Sem nenhuma dúvida, a desterritorialização se realiza em toda a sua perversidade. (Haesbaert, 2003, p. 22)

A partir das comunidades atingidas pela modificação nos locais pelo grande capital, os processos significam exclusão territorial, movidos pela diáspora compulsória, as múltiplas nuances do processo de desterritorialização e multiterritorialização envolvem possibilidades de expansão das relações e atividades dos grandes projetos, ao passo que enquadram insegurança as pessoas mais pobres, contexto dos conflitos em defesa dos territórios físicos, políticos e simbólicos e em busca de justiça referente ao acesso aos recursos e proteção do modo de vida.

### 1.3.1.3. Os conflitos por justiça ambiental em uma perspectiva das mulheres atingidas

A visão política das questões ambientais parte do pressuposto de debate da exploração ecológica, a chamada ecologia política propõe entender a partir de diversos espaços de discussão e atuação a teoria aproximada ao materialismo histórico-dialético.

Para além dos desdobramentos teóricos da ecologia política, a construção dos movimentos sociais está no contexto de defesa da justiça ambiental, contradição da significação dos recursos e a diferente ação dos agentes sobre as localidades, bem como a proteção de seus territórios.

Além das peculiaridades do contexto nacional, contudo, faz-se necessário compreender essa dinâmica conflituosa do ponto de vista da inserção do país na economia mundial e nos ideais de governança global em vigor. Assim, entendemos que o desafio da governança ambiental para uma sociedade sustentável, além das peculiaridades locais, remete a um movimento mais global da história com repercussões muito particulares nos contextos locais, quais sejam, a perpetuação da injustiça ambiental, o desrespeito à diversidade cultural e uma crise da democracia, para além da expropriação dos recursos naturais em si. (Zhour, 2008, p. 98).

Para Acselrad, a questão ambiental é ponto de partida para a construção da noção de justiça, nos espaços políticos a pauta de defesa do meio ambiente aliada a defesa dos territórios é o centro do debate, como aliado às questões sociais e políticas, este conceito perpassou pelo questionamento de estilo de vida consumista estimulante da exploração, a busca pela economia dos recursos para a manutenção das atividades hegemônicas, um conflito entre razões que consideram o ambiente como material, ou como um conjunto indissociável de fatores sociais e naturais.

Os riscos ambientais, nessa óptica, são diferenciados e desigualmente distribuídos, dada a diferente capacidade de os grupos sociais escaparem aos efeitos das fontes de tais riscos. Ao evidenciar a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades podem atribuir a suas bases materiais, abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais prevaleça sobre o de outros, fazendo surgir o que se veio denominar de “conflitos ambientais”. (Acselrad, 2010. p. 109)

No contexto dos conflitos ambientais, é necessário compreender os atores envolvidos. A diversidade de existências atingidas pelo grande capital é manifestação das relações assimétricas de poder, a distribuição injusta dos impactos e a criminalização dos movimentos fazem parte da rede estratégica de governança e lucro extraordinário sobre os recursos explorados.

No caso das hidrelétricas, que representam mais de 80% da energia elétrica produzida no país, papel central é conferido à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Interessante notar que o planejamento das hidrelétricas se dá em referência a um levantamento do potencial de produção energética dos recursos hídricos realizado desde a década de 1950. Nenhuma referência ou atualização foi feita em relação ao conhecimento e à legislação ambiental produzidos pelo país nos últimos trinta anos. (Zhour, 2008.p.101)

Os chamados EIA/RIMA são limitantes nos estudos de viabilidade, presos a questões naturais, realizados por empresas contratadas pelas construtoras das grandes estruturas, os estudos de licenciamento são apenas apresentados nas fases finais de audiência pública ou durante a execução do projeto, a desinformação ou confusão das informações acerca das etapas afastam as comunidades geograficamente das deliberações e questões técnicas.

As políticas de mitigação dos impactos causados são insuficientes frente aos danos causados pelas barragens, após o deslocamento compulsório, equipamentos urbanos ou rurais considerados como direitos básicos constitucionais são construídos como compensação, além das indenizações injustas.

A discussão sobre as políticas base dos grandes projetos também envolve a formação da sociedade, no debate sobre as questões de gênero. O feminismo popular que considera raça e classe como estruturantes da discriminação propõe a partir dos conflitos socioambientais estimular a emancipação feminina. Pertencente à perspectiva chamada ecofeminismo, levantada nos movimentos sociais.

O ecofeminismo identifica no sistema patriarcal a origem da catástrofe ecológica atual, tendo sido a natureza e as mulheres, ambas associadas à reprodução da vida, o alvo das agressões desse sistema. Nessa perspectiva, o patriarcado se exprime com a mesma lógica do poder machista, opressor e totalitário da agroindústria, atacando os fundamentos da vida, na sua expressão simbólica mais profunda: a fecundidade do ser vivo. Daí a luta de feministas pela libertação da mulher oprimida, na relação de gênero, estar associada ao movimento ecofeminista de libertação da mulher e da natureza, ambas exploradas. (FLORES, TREVISAN, 2015. p. 12)

A perspectiva construtivista que será destacada nesta pesquisa analisa o desenvolvimento do capitalismo como perpetuante da segregação social e espacial das mulheres, a presença nos conflitos não parte única e exclusivamente da natureza do cuidado, mas sim da responsabilidade generificada das funções, onde o amparo aos dependentes e proventos reforçam a defesa de seus corpos, redes de interação e dignidade de seus filhos diante o atravessamento dos grandes projetos.

Para além da definição teórica do ecofeminismo, as mulheres atingidas reforçam a urgência de compreensão da maior exclusão e exploração do desenvolvimento e a gravidade dos impactos a que são submetidas, como perda das atividades, deslocamento de suas famílias, problemas de acesso a equipamentos básicos de atendimento público e danos à saúde, as pautas de proteção do

A Justiça ambiental busca articular a luta das comunidades em direção a construção de políticas alternativas que incluam seus moradores nos processos de decisão, onde seus territórios sejam respeitados e a participação nas tecnologias para a produção de energia priorizem a distribuição dos aspectos positivos.

### **1.3.2. Grandes projetos desenvolvimentistas na Amazônia: transformações e contradições**

A construção do que conhecemos como Brasil é resultado de processos que seguiram o conceito de país moldados pelo colonialismo, uma falsa ligação e inclusão, frutos de práticas espaciais coloniais que atendem um fator externo, generalizante e neutralizante, e excluem as diversidades das regiões, sobretudo a Amazônia.

Como herança do processo colonial formador do território nacional, o Brasil possui um processo de colonialismo interno, a representação da Amazônia é fruto de imagens externas, relatadas, veiculadas pela grande mídia, como práticas espaciais de uma inclusão feita pela exclusão (MALHEIRO, 2020).

El colonialismo interno corresponde a una estructura de relaciones sociales de dominio y exploración entre grupo culturales heterogéneos, distintos. Si alguna diferencia específica tiene respecto de otras relaciones de dominio y explotación (ciudad campo, clases sociales), es la heterogeneidad cultural que históricamente produce la conquista de unos pueblos por otros, y que permite hablar no sólo de diferencias culturales (que existen entre la población urbana y rural y en las clases sociales), sino de diferencias de civilización (González, Casanova, 2015, p. 146)

A partir desta definição e imbricações na construção econômica e social do país, as chamadas políticas de integração começaram a ser idealizadas, o que conhecemos por Ilhas econômicas é um conceito para entender a especialização econômica das regiões brasileiras- ainda como colônia portuguesa- antes destas políticas, a região Amazônica estava concentrada na produção das chamadas “drogas do sertão” para fornecimento a Portugal.

Após o modelo das chamadas Ilhas econômicas e o processo de unificação da economia nacional, em destaque ao governo Vargas, e Juscelino Kubitschek iniciaram os

estudos de recursos naturais e potenciais de matéria prima no Brasil, bem como criação de estatais, nacionalização da produção e distribuição de energia elétrica, com atenção para o potencial energético apresentado pela região amazônica.

A configuração bipolar da política mundial e o início da ditadura militar reforçou os discursos desenvolvimentistas ligados ao enfrentamento de fronteiras ideológicas, conceituada pela Escola Superior de Guerra-ESG em 1948 (Lisboa, 2017), a ameaça comunista era difundida no Brasil e razão para a ocupação sistemática da Amazônia.

Nesse contexto, o Brasil estava entre os países alinhados aos Estados Unidos, e como seu fornecedor de matéria prima, conseqüentemente começou a integrar um bloco econômico chamado, ‘O Ocidental Anticomunista’, demonstrando um falso nacionalismo mascarado de capitalismo “integrador”, que se baseava na ideia de que vendendo produtos in natura poderia se resolver o problema da dívida externa brasileira. (Lisboa, 2017, p.277)

O Sudeste como centro econômico e de decisão dos rumos do Brasil moldou o projeto de nação que estava sendo implantado, de onde saíram as superintendências e grandes projetos estatais e com investimentos estrangeiros, este conceito de nação é na verdade uma transposição realizada para a Amazônia, norteadas apenas pela produção de riquezas e um modelo de desenvolvimento aquém da realidade da região.

A primeira instituição destinada ao desenvolvimento econômico na Amazônia foi a SPVEA- Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, implantada em 1953, subordinada diretamente ao presidente da república, na época Getúlio Vargas, com objetivos de realizar estudos acerca de potenciais mineralógicos, energéticos, para implementação de estruturas para estimular a economia industrial, e para exportação de matéria prima e abastecimento das outras regiões.

“Será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado. A Amazônia poderia, então, fazer parte da Nação: o vosso ingresso definitivo no corpo econômico da Nação, como fator de prosperidade e energia criadora, vai ser feito sem demora” (Vargas, 1954, p. 9-11).

Um programado “esvaziamento de sentido das existências Amazônicas” (Malheiro,2020) foi base para os discursos e planos de desenvolvimento regional, a primeira instituição sediada em Belém do Pará para este fim, a SPVEA implantou o chamado “programa de emergência”.

Aprovado por decreto presidencial nº 35.020 em 08.02.1954, o Programa de Emergência parte de uma breve caracterização da evolução econômica da região e do diagnóstico de suas deficiências, constatando negativamente a dependência externa de uma economia “puramente mercantilista” e

extrativista (elementos vistos como problemas). (Marques,2013, p.172)

Na gestão Costa e Silva, através do decreto 61.330 de 11 de setembro de 1967 foi instituído o GTINAM- Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia, onde participantes de 20 agências administrativas envolvendo forças armadas e ministérios com vistas a identificar a região e montar os chamados pontos de desenvolvimento, áreas estratégicas para ocupar o que era avaliado como “espaço vazio”

Art. 3º. Os trabalhos do GT serão desenvolvidos com apoio básico e integração em um núcleo central, constituídos pelos representantes do Ministério do Interior, do Ministério do Planejamento, do Conselho de Segurança Nacional, do Estado-Maior das Forças Armadas e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). (Brasil, 1967, p.484)

A partir deste grupo de trabalho, foi traçada a “Operação Amazônia”, com objetivos de realizar a ocupação dos “espaços vazios”, com objetivos de instalação de infraestruturas como aeroportos e equipamentos básicos urbanos de acesso, como postos de saúde, além do estudo dessas áreas, foram mapeados os recursos minerais na Amazônia, duas leis<sup>3</sup> Foram criadas com vistas a incentivar a entrada de capital estrangeiro, acenando para a instalação de grandes projetos amparados pelos centros de desenvolvimento.

No tocante a ocupação efetiva, em 1970 foi publicado o decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, implantando o PIN- Programa de Integração Nacional, destinando o valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), entre os anos de 1971 a 1974, de 1974-1979 foi criado o PND II, com 15 polos de desenvolvimento implantados, demonstrados na figura I, para financiar obras de infraestrutura nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional, obras entre elas as rodovias Transamazônica e Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém (Brasil, 1970).

---

<sup>3</sup> As Leis 4.216/63 e 5.174/66, dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências.

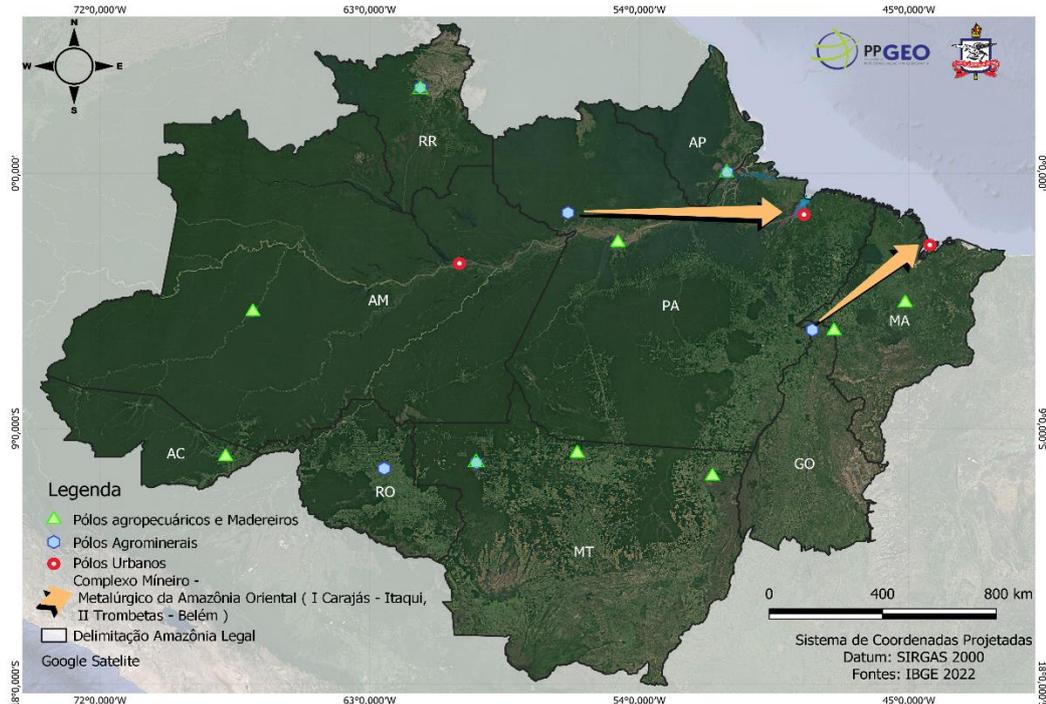


Figura 1: mapa de representação da área de atuação do POLAMAZÔNIA<sup>4</sup>. Fonte: II PND. (1975-1979). Elaboração: Maria Amarin e Lilian Neves- GEMAPA- UFPA.

Com o rastreamento realizado pelo projeto RADAMBrasil- Radares da Amazônia, realizado pela união e pelo governo estadunidense, reuniu dados de aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados abarcando as áreas dos rios Xingu, Tocantins e Araguaia para a implantação do PGC- Projeto Grande Carajás, visando a exploração mineral dos recursos catalogados e amparado por obras faraônicas para o seu funcionamento, como a estrada de ferro Carajás e a Hidrelétrica de Tucuruí.

A construção destas empresas para a chamada integração modificou a organização populacional amazônica, com concentração às margens das estradas, próximas a garimpos e fazendas. Famílias de trabalhadores, que já esquecidos por este projeto de nação se tornaram peões e atingidos pelo desenvolvimento.

### 1.3.3. Usinas hidrelétricas na Amazônia: um modelo de crescimento e desenvolvimento?

O modelo energético do Brasil foi implantado no contexto da internacionalização da economia do país e influências de capital estrangeiro sobre os recursos naturais, estudos de

<sup>4</sup> Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia- POLAMAZÔNIA, criado pelo Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974, para promover o aproveitamento integrado das potencialidades catalogadas agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em áreas prioritárias da Amazônia.

registro dos potenciais energéticos e mineralógicos ditaram as políticas de grandes projetos, e com estes, riscos e danos ambientais, causados por mudança no curso de rios, desequilíbrio da flora e fauna e conseqüentemente, mudança na vida das pessoas que já habitavam ou passaram a habitar os locais atingido, segundo Roquetti, a transformação do espaço e território Amazônico no tocante ao modelo energético ocorreu em 4 períodos:

– de 1950 a 1979: administração dos recursos naturais por meio de códigos que disciplinavam os usos das águas, florestas, minas, pesca etc., dos primeiros planos de uso do solo e de legislações de controle da poluição industrial; – de 1980 a 1999: criação e regulamentação de instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, como o licenciamento ambiental, avaliação de impacto ambiental, áreas especialmente protegidas, zoneamentos, planos de gerenciamento costeiro e marinho etc.; – de 2000 a 2010: fortalecimento do zoneamento ecológico-econômico, criação e regulamentação do Estatuto das Cidades e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; – de 2011 a 2020: período recém iniciado que acumula o histórico anterior de disciplinamento do uso e ocupação do espaço. (Roquetti, 2012, p.143)

De acordo com estudos realizados pela Eletrobrás e outras instituições, o potencial energético do Brasil é originalmente estimado em 260 mil MW, destes, apenas 28.6% são aproveitados, 51 % desta estimativa está localizada na Amazônia, base para os grandes projetos na região (Moretto, *et al.* 2012.), financiados por capital estrangeiro e nacional, a pauta desenvolvimentista é restrita aos lucros das grandes empresas e apresentam contradições em termos de estudos de impactos e mitigação destes.

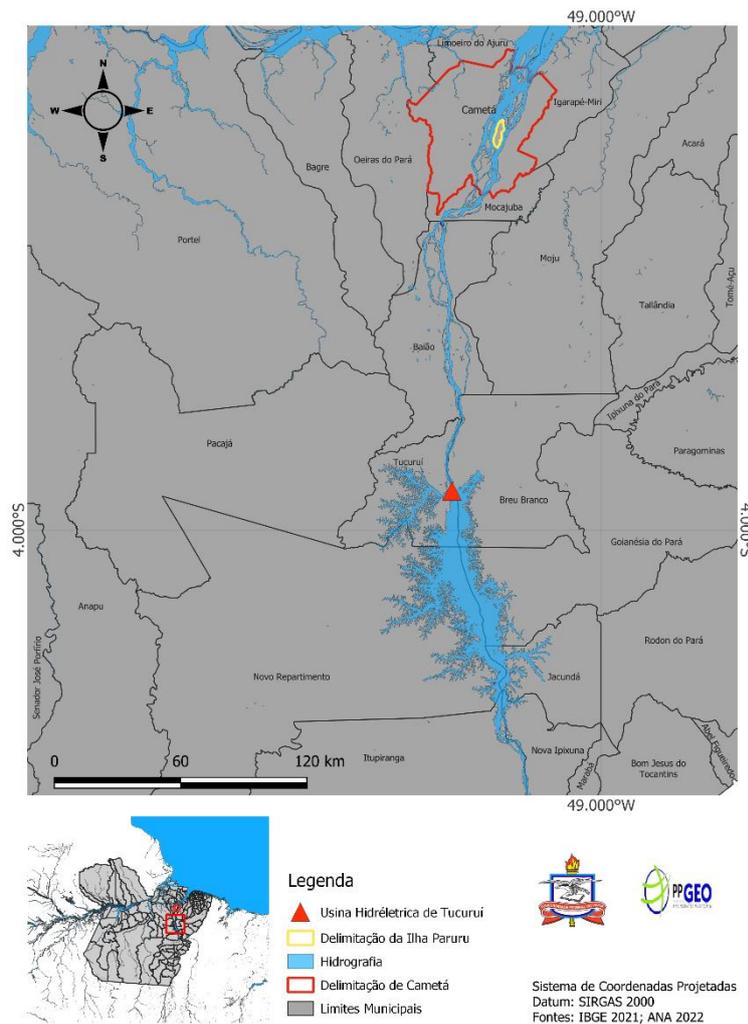


Figura 2: Mapa de localização da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no baixo rio Tocantins, Pará. Elaboração: Maria Amorin e Lilian Neves- GMAPA- UFPA.

Com concessão de implementação recebida em 11 de julho de 1974, por meio do decreto nº 74.279, e condução das empreiteiras Camargo Correa e Queiroz Galvão. A UHE Tucuruí é localizada no município de mesmo nome, com construção entre os anos de 1976 e 1984, o lago formado pela construção da barragem (figura 2), com 11 km de extensão atinge 7 municípios, Breu Branco, Novo Repartimento, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna e Tucuruí, a primeira construída pelas Centrais Elétricas do Brasil S/A ELETRONORTE.

Localizada a 289 km de Belém, acessada pelas rodovias PA 475, a UHE Tucuruí foi criada em 1984, com capital majoritário proveniente do Japão, e com o objetivo de atender às grandes empresas de alumínio também existentes no estado.

O reservatório está localizado no Pará central, entre 3o 43' e 5o 15'Sul e 49o 12' e 50o 00' Oeste. A casa de força tem 4.000 megawatts (MW) de capacidade instalada na sua fase inicial (Tucuruí-I), que aumentaria para 8.000 MW em uma segunda fase planejada (Tucuruí-II). O Brasil tem planos ambiciosos para o desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia, e a experiência com Tucuruí contém muitas lições que precisam ser aprendidas caso o País queira tomar decisões sábias sobre esses desenvolvimentos. (Fearnside, 1999. p, 1)

O processo de construção destes projetos intensificou o fluxo de pessoas aos arredores dos locais de implantação, vilarejos onde as atividades de pesca e caça representavam majoritariamente a fonte de renda e sobrevivência das populações que já habitavam estas áreas, onde as relações com o território de vivência e relações interiores e exteriores a estas comunidades estavam consolidadas.

Por esse motivo, particularmente na Amazônia, para onde se projetam tantos e tantos ideais de Nação, estamos vendo se elevar o número de refugiados, pessoas que nasceram no país, à beira de uma mina de ferro, de uma hidrelétrica, na estreita relação com a floresta, mas que não cabem na política, pois viram entraves à nação, rostos que não se refletem no espelho que se convencionou chamar de Brasil. Refugiados brasileiros no Brasil, brasileiros demais para a estatística, brasileiros de menos para o direito. (Malheiro, 2020. p 78)

Os estudos de impactos, conhecidos por Estudos de Impactos Ambientais/ Relatórios de Impactos Ambientais- EIA/RIMA se tornaram requisitos para construção de grandes projetos 9 anos após o início das obras, em 1986, os estudos relacionados a Tucuruí foram realizados simultaneamente e sem nenhuma influência direta no desenvolvimento da implantação, a dimensão dos impactos na época e posteriores continuam nebulosos.

Um aspecto infeliz dos estudos ambientais em Tucuruí é a restrição dos estudos à consideração da fase inicial de um plano de desenvolvimento que teria muitos impactos além os que resultam apenas do primeiro passo. Neste caso, a Tucuruí-I seria seguida pela Tucuruí-II, e então por uma cadeia de outras represas na bacia Tocantins-Araguaia. O problema de projetos que isoladamente podem ser benéficos, mas que deslançam uma cadeia de desastres em um esquema de desenvolvimento a nível de bacia, é um padrão comum no desenvolvimento hidrelétrico. (Fearnside, 2015, p.15)

Foram deslocadas cerca de 32 mil pessoas, segundo a ELETRONORTE, com indenizações de baixo atendimento e realocadas em áreas com condições aquém do informado, sendo cobradas com valores de energia exorbitantes, os que optaram ficar nas ilhas formadas pelo lago não foram e não são atendidos com acesso à energia elétrica. A ELETRONORTE afirma ser um custo altíssimo garantir o acesso a eletricidade nestas ilhas pela estrutura de torres, não foi informada previsão de alternativas<sup>5</sup>, populações indígenas das etnias Parakanã e

---

<sup>5</sup>Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/01/ribeirinhos-que-moram-perto-da-usina-de-tucuru-i->

Assurini também foram deslocadas e distribuídas em reservas nas proximidades.

Estas pessoas foram realocadas com a promessa de melhores condições de vida, aparelhos de atendimento básico como postos de saúde, escolas e afins, no processo inicial de implantação da barragem. Segundo relatos de moradores antigos, técnicos visitaram as localidades e conversaram sobre impactos positivos, como desenvolvimento e empregos garantidos, outros foram expropriados de maneira forçada, sob ameaças e expulsão.

Em 22 de novembro de 1984, após os processos de deslocamento compulsório e inundação ocorreu a inauguração da UHE Tucuruí (Figura 3), com instalação de redes de linhas de transmissão e outras instalações de alta potência, com objetivo de atrair e atender energeticamente empresas mineradoras para a região, com incentivos fiscais, às empresas Albrás / Alunorte e Vale iniciaram seus processos de implantação na cidade de Barcarena, e região conhecida como do Serra do Carajás.



Figura 3- Inauguração da primeira turbina geradora em 22 de novembro de 1984, em Tucuruí, pelo presidente General João Batista Figueiredo. Fonte: Domínio Público

Para além destes impactos, são destacados problemas de sedimentação, modificação de ecossistemas aquáticos devido a decomposição da flora submersa e problemas sociais quanto

a má distribuição de energia e cobranças exorbitantes aos moradores deslocados, a questão dos danos causados a mulheres e a relação com suas famílias e o território que vivem e defendem neste contexto são urgentes de debate.

O desmatamento por pessoas deslocadas foi maior que teria sido na ausência de Tucuui porque uma praga de mosquitos do gênero *Mansonia* causou muitos problemas à população que tinha sido assentada na Gleba Parakanã a se mudar para uma nova área de assentamento ao longo de estradas construídas por cortadores de mogno que unem a rodovia Transamazônica com a cidade de Tucumã. (Fearnside, 2015 p.8)

Há registros de que o chamado “agente laranja”, um herbicida e desfolhante altamente tóxico, foi utilizado para desfolhar a área a ser inundada, com relatos de vítimas humanas e não humanas.

O uso de desfolhante foi uma fonte de controvérsia persistente em torno de Tucuui. A CAPEMI foi acusada de “usar desfolhante secretamente para desmatar a floresta” (Barham & Caufield, 1984). A CAPEMI armazenou barris de desfolhante segundo notícias para uso nesta tarefa, que eram, depois, escondidos na floresta perto do acampamento da companhia e depois inundados pelo reservatório. A CAPEMI negou estas alegações, assim como também fez a ELETRONORTE (Fearnside, 2015, p.63)

Foram realizadas medidas mitigatórias como salvamento de parte da fauna, coleta de materiais arqueológicos, bancos de germoplasmas- que são unidades conservadoras de material genético de uso imediato ou com potencial de uso futuro-, medidas estas pautadas em estudos apenas preliminares e sem questões participativas das comunidades atingidas e restrita apenas a indenizações insuficientes quanto aos reais danos, sejam sociais, corporais e psíquicos.

### **1.3.3.1 O enfrentamento ao modelo energético.**

As discussões e pesquisas acerca dos movimentos sociais urbanos e rurais são muitas, porém, as análises destes movimentos estão em sua grande parte presentes em conceitos de outras ciências, como sociologia, história e antropologia, como afirma Bernardo Mançano (2000), para a geografia, é um desafio discutir a construção de estruturas, processos de organização e dominação de territórios.

Desde 1980, a Geografia busca analisar os movimentos sociais utilizando suas metodologias de pesquisa e conceituação, há vários trabalhos que contribuem no esforço de estudar as organizações pela sua ótica.

Como destaca Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a frente de luta dos camponeses contra as desapropriações nas grandes obras do estado possui características bem definidas, estes lutam contra as injustas indenizações provenientes das desapropriações, estas incluídas no processo

de territorialização de grandes projetos, para a construção de grandes barragens para exploração energética, mineral e com objetivos de implantar o agronegócio capitalista com lucros significativos. A formação do Movimento dos Atingidos por Barragens remete ao contexto da construção de grandes projetos voltados à produção energética e ao armazenamento de rejeitos de mineradoras.

O plano nacional de energia elétrica (1990-2015) da Eletrobrás tem estimado a construção de 27 grandes barragens na Amazônia segundo a empresa referida também existe um potencial que poderá vir a ser explorado em pequenas centrais hidroelétricas. (PCH) (Rocha, 2013).

O Brasil possui mais de 24 mil barragens direcionadas para rejeitos de mineração, abastecimento de água e hidrelétricas, responsáveis por mudanças de diversas ordens no território onde são construídas. As modificações causadas pelos projetos provocaram a organização de comunidades que foram afetadas por estes projetos, em um primeiro momento, às comunidades atingidas se organizaram de forma regional.

A primeira organização vai ser as várias comissões, CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens), a CAHTU na região Sul, (Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí), CRACOHX (Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu), na região norte, CRABI (Comissão Regional dos Atingidos do Iguaçu). No caso da UHE de Sobradinho, na região nordeste do Brasil, a população se organizou via sindicato (Portes, 2017, p. 25).

No contexto do período militar e o incentivo a estes grandes empreendimentos, a luta das comunidades afetadas era sistematicamente apagada, o que não os impedia de realizar ações como abaixo assinados, fechamento de estradas, ocupações nas obras e outras maneiras de se posicionar contra a construção das barragens.

Em 1989, ocorreu o primeiro encontro nacional dos atingidos por barragens, deste evento, surgiu à necessidade da unificação dos movimentos regionais visando à luta mais fortalecida em busca dos direitos destas comunidades, em 1991, através da unificação de indígenas, ribeirinhos, posseiros, o MAB passou a ser um movimento nacional, presente hoje em 19 estados da federação.

Ocorre que, como toda ferramenta, ela só vai cumprir sua função se tivermos quem as utilize. E esse quem, para o MAB, são aqueles que ao longo da história da construção de hidrelétricas no Brasil, não eram e ainda hoje não são reconhecidos como sujeitos dos direitos: os atingidos por barragens, organizados em movimento, engajados em processo de luta social; esses são os verdadeiros sujeitos dos direitos e do “processo” de sua conquista e efetivação (MAB, 2013, p.20).

O MAB desde sua construção denuncia as violações aos direitos humanos causados por estes projetos, a nível nacional, aproximadamente um milhão de pessoas foram deslocadas compulsoriamente, sendo lesadas em relação à perda de suas moradias, trabalhos e diversas outras estruturas.

A unificação das empresas torna cada vez mais difícil a responsabilização pelas violências que os atingidos sofreram, uma das formas de resistência é também a unificação do MAB com outros movimentos e a ampliação dos trabalhos de base, no campo ou nas cidades.

#### **1.3.4. A perspectiva de Gênero dos impactos energéticos e o enfrentamento feminino na Amazônia.**

Os conflitos entre a classe trabalhadora e as grandes empresas estão pautados na contradição da função e conceito de energia. Para o modelo hegemônico capitalista, a energia é mercadoria, serviço e lucro, pautado na propriedade privada e contratualização de bens naturais.

Os fundos territoriais representam a gênese do lucro extraordinário, seja pelos processos de grilagem, controle da água, extração mineral e vegetal e de exploração animal, constitutivo de patentes ou não, mas que se mercantilizam sob a forma específica ou commoditizada. Importante ratificar que todo e qualquer processo de apropriação dos bens comuns, na apropriação de fundos territoriais, resultam em sua mercantilização e na obtenção do lucro extraordinário. Os mecanismos de land grabbing, water grabbing, a apropriação de terras dos povos originários, a ampliação do mercado e do preço da terra, sua constituição como ativo especulativo, são exemplificações desse processo. (Souza, 2021, p.11)

Para a classe trabalhadora, a energia é produto do trabalho, bem de consumo com valor de uso e instrumento de produção de outras mercadorias, em projetos alternativos que baseiam as lutas, é destacada a importância da participação popular na tecnologia, configuração das fontes de energia como um bem comum, permeadas por equidade, descentralização e uso sustentável priorizando fontes renováveis.

O conceito de natureza como mercadoria e não é superado e é estimulado nas práticas de produção e monopolização dos recursos, a dominação territorial em nome do lucro permeia práticas espaciais de ampliação de mercado, precificação de habitações de povos tradicionais e espoliação, com a conivência estatal a partir dos instrumentos de incentivos fiscais e viabilização legal destas práticas.

A concepção das relações de gênero provoca o pensamento destas questões como resultado das relações de poder, assumir que há a desigualdade entre homens e mulheres em

diversos setores e as discussões que derivam causam estranheza em certos ambientes, esta relação é mais antiga que o modo de produção capitalista e foi absorvido e fortalecido por ele para o lucro.

A degradação social a que as mulheres foram submetidas e a perda de espaço em todas as dimensões sociais (Federici, 2017) é um ponto de partida de análise para a identificação das raízes da diferenciação sexual, que são manifestadas no modo de produção pré-capitalista e aglutinadas em razão do lucro, contexto este que devido ao processo de colonialismo se manifesta tanto na Europa e como posteriormente no processo de colonização.

A estrutura do patriarcado se manifesta na diferenciação sexual do espaço, a restrição das mulheres ao chamado trabalho não pago e submissão dos corpos a produção de novos trabalhadores e manutenção da vida, a partir da percepção dos impactos e lutas territoriais, as mulheres também vivenciam opressões estruturais construídas em modelos pré-capitalistas.

Para as geógrafas Rose e McDowell há uma complexa e paradoxal associação entre gênero e local, entre identidade e lugares particulares tanto para homens como para mulheres. Além disso, as autoras trazem à tona sua posição crítica ao condenar o simplismo que envolve a análise entre gênero e espaço, associando essas categorias aos tradicionais eixos binários que dividem, por exemplo, espaço público e privado, associando cada um deles respectivamente com homem e mulher. Elas argumentam que o gênero não pode ser estudado separado de idade, classe, raça e que estes elementos são interdependentes e alvo de disputas de poder. (Silva, 2003, p 37)

Toda a relação é uma relação de poder que toma ou constrói um território, estas relações são responsáveis por padrões comportamentais e de organização da sociedade seja a relação de propriedade, como de identidade.

Tratar o gênero como sitiante de discussões acerca da realidade da mulher atingida pelos grandes projetos é importante para a quebra da condicionalização histórica e sociocultural dos papéis e vivências da mulher nas sociedades, para o desenvolvimento desta pesquisa, o contexto que será de atenção será o da mulher ribeirinha amazônica em organização de prática política.

Esses territórios, entretanto, não necessariamente são territórios rurais. Segundo Gago (2019), podem ser urbanos, suburbanos, camponeses ou indígenas, mas compartilham (em seus corpos e em seus territórios) a vulnerabilidade diante de políticas estatais ou da atuação do setor privado, que as submetem à crescente insegurança, à espoliação e a precarização de suas vidas, inclusive mediante a atribuição do valor de troca ao que era bem comum em seus territórios. Isso significa dizer que a defesa do corpo-território, uma insígnia de caráter rural, pode ser compartilhado, por exemplo, com as mulheres de territórios urbanos marginalizados, como as favelas e os subúrbios, que pautaram iniciativas coletivas para fazer enfrentamento a pandemia da Covid-19. (Olivia, 2022.p.152)

A desarticulação de territórios em detrimento da mercantilização dos recursos reverbera nas comunidades atingidas de maneira muito grave, trata-se de modificação das redes de interação social, relação simbólica, esfera de lazer, modos de sobrevivência através de atividades de pesca, cultivo e afins.

Os debates desenvolvidos nos movimentos sociais, com destaque pontual ao Movimento dos Atingidos por Barragens tratam da importância das mulheres no protagonismo das lutas socioambientais, a concepção de agravamento das opressões estruturais de gênero, raça e classe causado pelos impactos socioambientais/territoriais dos grandes projetos.

Na contracorrente das temporalidades, das relações e da organização do modelo de desenvolvimento hegemônico, as mulheres protagonizam a defesa dos bens comuns e da vida. Através da mobilização de suas comunidades, do diálogo com a juventude, da ação direta territorial e da auto-organização, as mulheres têm conquistado espaço e visibilidade nos enfrentamentos aos megaprojetos e na resistência por seus territórios. (PACS,2021 p.14)

O conceito de atingidas não é recente, mas destaque desde a formação em pautas levantadas por movimentos indígenas e pelo MAB, e está em proposta de expansão para tratar de outros impactos, em se tratando de barragens, causadas pela mineração e modelo energético, o termo é utilizado em trabalhos de base de construção de reconhecimento e prática política das pessoas atingidas em defesa dos territórios.

Práticas estas que refletem a formação da identidade por parte dos próprios sujeitos, que tiveram direitos violados pela implantação do modelo energético, expulsos de suas terras ou contaminados diretamente pelas novas atividades em suas regiões, defendendo a necessidade da recuperação ou devolução de seus territórios ou manutenção dos seus modos de vida.

A literatura e os relatos apontam para um aumento da vulnerabilização da vida das mulheres decorrentes dos impactos do modelo energético, entre estes o fortalecimento da divisão sexual do trabalho e precarização das condições trabalhistas, aumento dos casos de violência sexual devido ao grande número de trabalhadores nas obras, contaminação de corpos hídricos e solo por resíduos tóxicos, aumento da violência doméstica, insegurança alimentar e restrição ao acesso à energia elétrica.

Os impactos socioambientais dos grandes projetos citados acima afetam de maneira diferenciada o trabalho das mulheres, causando uma sobrecarga, o deslocamento compulsório causado por uma inundação sobrecarrega as mães que precisam redefinir os espaços de atendimento básico aos seus dependentes, como escolas para seus filhos, postos de saúde para os idosos, e locais de garantia de alimentação.

O cuidado com a criação, cultivo e pesca de uma mulher ribeirinha a torna dependente do uso da água, nos casos de restrição, o maior tempo de procura da pesca, em caso de contaminação, o maior contato devido a atividades domésticas como lavagem de roupas, uso para alimentação e cuidados pessoais, as enfermidades causadas pela exposição também implicam em maior responsabilidade das mulheres no cuidado com as pessoas enfermas, em uma escala interpessoal, os rios como espaços de sociabilidade se tornam espaços perigosos, ou a realocação desfaz as teias de socialização anteriormente existentes.

En los contextos extractivos, la naturaleza, al igual que los cuerpos de las mujeres, es considerada un territorio que tiene que sacrificarse para permitir la reproducción del capital; aquella a la cual se puede explotar, violentar, extraer. Mientras lo masculino se relaciona con las actividades económicas de producción basadas en el control y la explotación de la naturaleza, lo femenino es considerado naturaleza sometida y subordinada que tiene que sostener la reproducción de la vida aún cuando los ecosistemas sean destruídos. (Colectivo Miradas Críticas Del Territorio Desde El Feminismo, 2017. P. 49)

O enfrentamento dos movimentos no contexto amazônico está incluído neste contexto de contradição e questionamento dos conceitos de recursos, energia e valor, em reuniões de articulação, é muito debatido o processo de expansão do conceito de atingido na Amazônia, como os processos de desterritorialização alteram as realidades em contextos rurais e urbanos, e formas de defesa de territórios e soberania.

A importância das mulheres amazônicas, quilombolas, indígenas, de comunidades ribeirinhas, acampamentos, assentamentos é reafirmada, a solidariedade entre as classes e localidades em contexto de desmontes de órgãos de fiscalização e desregulamentação ambiental é um instrumento de fortalecimento das pautas.

É sempre reforçada a natureza do cuidado das mulheres, como os impactos são diferenciados e a responsabilidade pelo mantimento da Amazônia em pé, as vozes que ecoam nas lutas são das mulheres em defesa dos direitos e vida de seus filhos, que são vítimas da exploração dos grandes projetos que restringem seu acesso a água, caça, plantios e territórios, bem como relações sociais que são enraizadas nesses.

As vozes das mulheres presentes por toda a Amazônia gritam e ecoam em defesa de suas comunidades, a defesa dos recursos frente a exploração é uma defesa dos corpos que vivem destes recursos, envolve saúde, emoção, energia, destacando que Água, Mulheres e Energia não são mercadorias, lema do coletivo de mulheres do MAB.

### 1.3.4.1 Mulheres e Conflitos Socioambientais

A transformação das lutas socioambientais nas últimas duas décadas através dos debates incluiu em suas principais pautas de discussão um olhar voltado também para o gênero. O movimento julga a questão da mulher como atingida importante para o melhor entendimento da conjuntura capitalista enquanto mantenedora da relação patriarcal e a participação da mulher na luta por direitos.

Pensar a partir do gênero desde suas iniciais proposições mostrou suas faces de estranheza em diversos setores do conhecimento, as relações que são impostas a partir deste contexto são mais antigas que o processo de formação do capitalismo e antes mesmo das civilizações mais primitivas, se caracterizando como uma relação de poder.

Gênero e sexo foram fundidos historicamente para naturalizar a opressão a mulher, a “cidadania de segunda categoria” atribuída ao ser mulher é uma das muitas formas de fraquejar a identidade feminina. Toda a relação é uma relação de poder que toma ou constrói um território, e são responsáveis por padrões de organização e comportamentais da sociedade seja o conceito de propriedade ou de identidade.

Tratar o gênero como sitiante de discussões acerca da realidade feminina é importante para a quebra da condicionalização histórica e sociocultural dos papéis e vivências da mulher nas sociedades, para o desenvolvimento desta pesquisa, o contexto que será objeto de atenção será o rural.

Ao longo da história das lutas no campo, o terror vivido pelos inseridos direta ou indiretamente nestes conflitos é materializado em forma de ameaças de morte, destruição de patrimônios, assassinatos, e outras formas de violência.

A "colonização" amazônica, políticas governamentais e a corrida por terras atraíram camponeses e suas famílias de todos os cantos do país, acarretando conflitos de interesses em que os mais desassistidos economicamente e socialmente se encontrassem em meio ao fogo cruzado, sem terras para morar e em busca de um local para se instalar e trabalhar.

Esse contexto propiciou a existência de um cenário de conflitos sociais graves, mas possibilitou o estabelecimento de relações de alteridade, em um cenário onde a posse e o controle da terra e dos recursos naturais foram alvos de interesses distintos, onde para uns, essa região era terra de trabalho e para outros, terra de negócio, acumulação e enriquecimento. (Bezerra,

2008, p. 26)

Nenhuma componente das famílias escapa dos horrores destes conflitos, mulheres, crianças vítimas das mais diversas formas de violência de um lado, estas famílias apoiadas por instituições como a igreja católica, de outro os grandes acumuladores de terras em busca de expandir seus negócios.

A consequência dessas ações é pesada principalmente quando recaídas sobre as mulheres da família ao verem a angústia ou morte de seus entes queridos, a destruição de suas fontes de trabalho, subsistência e patrimônios pessoais destruídos, acompanhados ou não de violências físicas.

Todos estes fatores contribuem significativamente para diminuir a capacidade das mulheres de participarem e incidirem nos espaços de discussão e decisão das políticas públicas voltadas ao campo, que as afetam no direito a uma vida mais digna. Este cenário de desigualdade vem ao longo dos anos contribuindo para uma série de violências e violações de direitos das mulheres camponesas. (CPT, 2018, p. 84)

Debates que estimulem estas mulheres na inserção nos espaços camponeses são importantes para a transformação dos integrantes do movimento, das demandas almejadas e maior visibilidade aos casos de violência sofridos por estas mulheres, o que infelizmente não significa que estes casos possuem a visibilidade necessária, transformando a luta camponesa feminina em uma luta contra a relação de gênero contida dentro do campo e fora dele.

Em sua busca por compreender a realidade do impacto das barragens no Brasil, o MAB concluiu que, dentre a população atingida, seja rural ou urbana, as mulheres são a parte atingida de forma mais intensa e que tem seus direitos humanos mais brutalmente violados. (MAB, 2013)

Além disso, as mulheres são diretamente afetadas pela desagregação da comunidade, devido ao trabalho reprodutivo já agregado a elas pelas relações patriarcais, estão inseridas em redes de relações mais próximas com os familiares, a casa, e a comunidade, o MAB destaca o trabalho mais árduo provocado pela destruição da conjuntura que já estava acostumada, e reconhece que por razões de não reconhecimento das mulheres enquanto representantes da comunidade, elas são silenciadas.

Reconhecendo e valorizando esses avanços, o MAB reconhece que há muito ainda que se fazer para reduzir a desigualdade de gênero na sociedade e nos movimentos sociais. Cada vez mais precisamos engajar mulheres e homens para construir o Projeto Energético Popular. Esta é nossa contribuição na construção de um Projeto Popular para o Brasil, que precisa ser obra de toda a classe oprimida: trabalhadores e trabalhadoras, atingidos e atingidas,

brasileiros e brasileiras (MAB, 2013).

Estes debates advêm de novas tomadas de consciência, discussões de projeção das lutas e leituras que apontam os caminhos antissistêmicos, e serão analisados no trabalho, a partir do reconhecimento do movimento enquanto incentivador da luta feminina, o primeiro encontro nacional das mulheres atingidas por barragens ocorreu em 2011, possibilitando a mulheres de todo o país trocarem experiências e fortalecer o debate acerca do gênero.

No estado, existem três barragens em operação: Tucuruí, Curuá-Una, e Belo Monte, desalojando dezenas de milhares de pessoas, frutos dos impactos ambientais e sociais nas regiões onde foram construídas, em meio a esta problemática, estão as mulheres, que a partir do seu reconhecimento como atingidas, constroem a ação do movimento.

O MAB destaca em uma de suas publicações a situação das mulheres no estado, as famílias já afetadas pela falta de estruturas básicas constitucionais, acometidas pelas violações cometidas pelas empresas no que tange a demora em indenização e o deslocamento, veem os corpos femininos serem objetificados e suas representantes sendo ameaçadas e assassinadas, como Dilma Ferreira Silva<sup>6</sup>, coordenadora regional do movimento em Tucuruí.

#### **1.4. PERCURSO METODOLÓGICO**

A metodologia aplicada foi a análise bibliográfica, trabalho de campo em reuniões de lideranças, bem como aplicação de questionário socioeconômico e entrevistas semiestruturadas, tratadas pela análise de conteúdo, contidos no fluxograma da figura 4

A pesquisa bibliográfica permitiu a delimitação da escala e método de análise, onde foram levados em conta as potencialidades e limitações da pesquisa, a construção de questionários teve o objetivo de caracterizar as mulheres participantes, pela aplicação de entrevista semiestruturada, contemplaram as problemáticas postas no trabalho.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://mab.org.br/2019/04/22/dilma-ferreira-silva-uma-vida-inteira-luta/> acesso em: 19/01/2021.

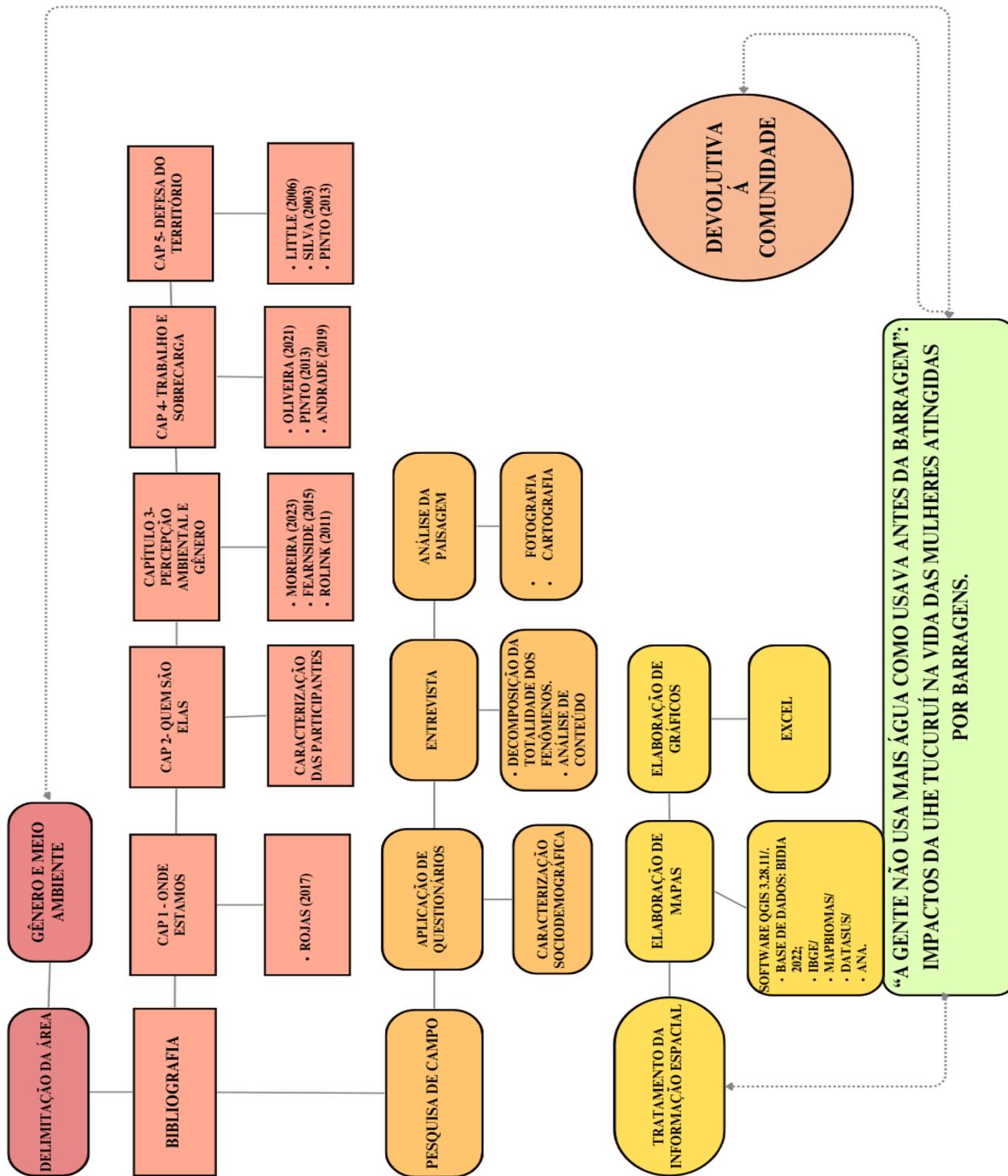


Figura 4: Fluxograma de metodologia da dissertação. Elaborado pela autora

### 1.4.2 Análise dos Dados

Aproximando com a análise de conteúdo proposta por Bardin (2004), as chamadas leituras flutuantes foram realizadas a fim de construir o caminho de análise, a coleção das informações e hipóteses de conteúdo foram fundamentais para estruturar a coleta de dados e sistematização destes.

CONCEITOS/ PERSPECTIVAS ABORDADAS	CONJUNTURAS DE ANÁLISE	SISTEMATIZAÇÃO
Justiça Ambiental/Gênero <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acelrad (2010)</li> <li>• Joseli Silva (2003)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contexto Energético Na Amazônia</li> <li>• Histórico Da Participação Das Mulheres No MAB</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadros</li> <li>• Gráficos</li> <li>• Análise De Conteúdo</li> <li>• Decomposição da totalidade do fenômeno</li> </ul>
Corpo Território/Espaço <ul style="list-style-type: none"> <li>• Federici(2007)</li> <li>• Lefebvre (1974)</li> <li>• Hernandez (2017)</li> <li>• González (2020)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transversalidade de gênero dos impactos: Paruru do Meio</li> <li>• Conflitos Socioambientais/Territoriais locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mapas</li> <li>• Análise de Conteúdo</li> <li>• Decomposição da totalidade do fenômeno</li> </ul>

Quadro 1: Caminhos de análise e práticas da pesquisa- a Autora

A análise dos dados utilizando elementos da decomposição da totalidade dos fenômenos em unidades complexas com o objetivo de demonstrar as variantes do processo, uma fragmentação não excludente, mas relacional e com vistas a analisar as partes específicas para entender as influências e ligações para a formação do todo (Vigotsky,2000).

Os núcleos resultantes das análises apresentam as ideias centrais e direcionais n discurso do sujeito, que envolvem de maneira profunda, seguindo os caminhos de Aguiar e Ozella (2013), uma sugestão é extrair a fala do próprio participante para nomear os processos e

as ideias que os relacionam com outros sujeitos participantes, para explicitar semelhanças, e/ou contradições, que deverão ser articuladas com os contextos diversos em que estão inseridos, onde podem auxiliar a compreender os participantes na sua totalidade.

Os núcleos de significação foram retirados das entrevistas realizadas, relatórios de trabalhos de campo, palavras ou frases que repetem e constroem os caminhos traçados pela pesquisa e contempla as problemáticas levantadas, e foram elencados em:

“Eu sou atingida aqui mesmo”: Percepções das mulheres acerca dos impactos causados pela construção da barragem de Tucuruí.

“Aí, o trabalho fica maior para nós.”: Divisão sexual e sobrecarga de trabalho doméstico na comunidade de Paruru do Meio.

“Não é porque nós somos mulheres que não temos direito, não.”: Desafios e perspectivas das mulheres na luta frente a acumulação de impactos no Baixo Tocantins.

Quadro 2: Núcleos de significação estruturados para a pesquisa.

Para visualização da escala da pesquisa, foi feita uma caracterização fisiográfica e social das ilhas de Cametá, a Jusante da UHE Tucuruí, onde é situada a ilha de Paruru do Meio, localidade abarcada pela pesquisa, para a compreensão das complexidades, direcionamento dos impactos tratados adiante e a interação das populações com os fatores naturais.

A região Amazônica apresenta por dois ecossistemas característicos, (Rojas, 2017), a terra firme, com áreas altas e não inundáveis, e as áreas de várzea, com baixa altitude e na planície aluvial de inundação dos rios, com terrenos sedimentares e sem rochas, nas áreas de marés, com diferenças entre localidades ocorrentes devido a características dos corpos hídricos (EMPRAPA, 2002).

A caracterização feita neste trabalho é relacionada a fisiografia fluvial e caracterização do solo, com levantamento bibliográfico e construção de mapas relativos à localização, vegetação, caracterização e uso e ocupação do solo de Cametá, afetada pela barragem da UHE de Tucuruí.

A ilha de Paruru, dividida em Paruru de cima, do Meio e de Baixo é localizada no arquipélago das ilhas do Baixo Tocantins, dentre as mais de 100 ilhas pertencentes aos municípios de Cametá, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba, a cidade de Cametá é localizada a 220

km de distância de Belém sendo acessada via Hidroviária, com cinco horas de trajeto e via terrestre, com quatro horas e 15 minutos de trajeto, pelas rodovias PA -483, PA 151 e PA- 469, e travessia de balsa de aproximadamente uma hora saindo de Carapajó para a sede municipal. Para a Ilha de Paruru, o acesso é via barco saindo de Carapajó, com 45 minutos em maré cheia e mais de uma hora em maré seca.

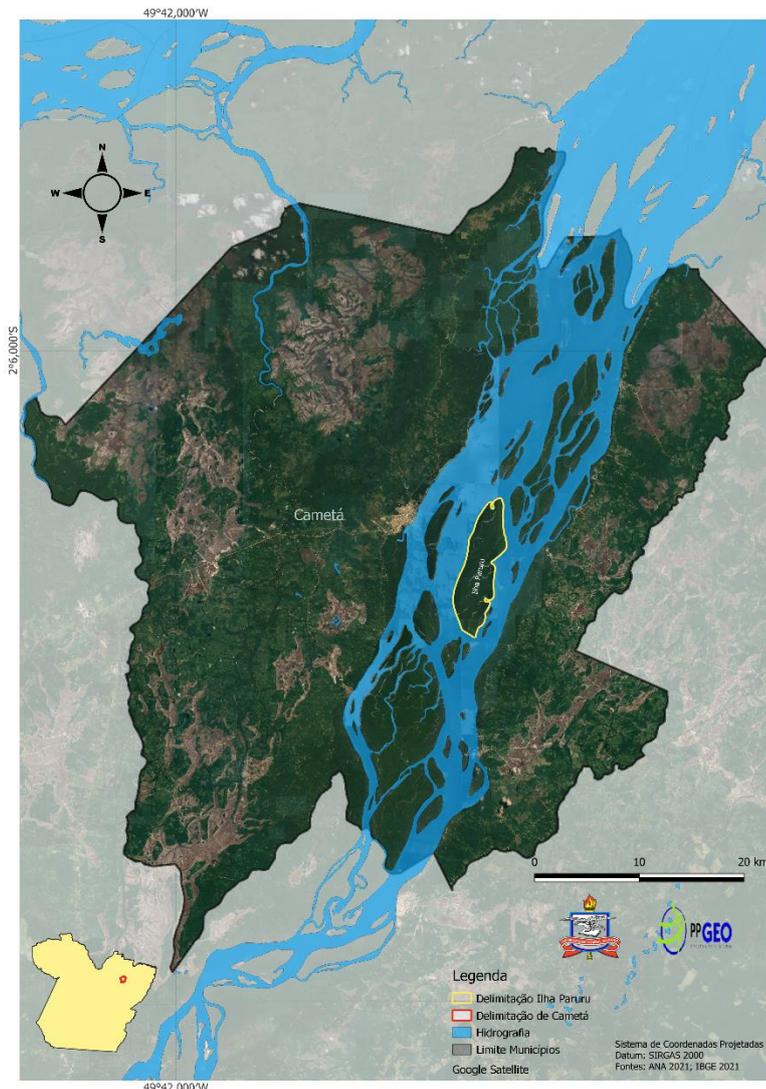


Figura 5: Mapa de Localização da ilha de Paruru do Meio. Elaboração: Maria Amorin e Lilian Neves-GEMAPA- UFPA.

O mapa da figura 6 representa cobertura vegetal da região e apresenta a diversidade de vegetações observadas as chamadas campinarana gramíneo lenhosa com área de 228,114 Km<sup>2</sup> (7% do total), savana parque com 10,744 Km<sup>2</sup> (2% do total) e savana arborizada, com área de 385,546 Km<sup>2</sup> (12% do total), representadas respectivamente pelas cores verde água, bege acinzentado e bege claro, são vegetações ocorridas em áreas de transição, presentes em pequenas manchas na ilha. Já a floresta ombrófila densa aluvial, representada pela cor verde

bandeiras representa é observada com predominância e possui área de 2016,194 Km<sup>2</sup> (65% do total).

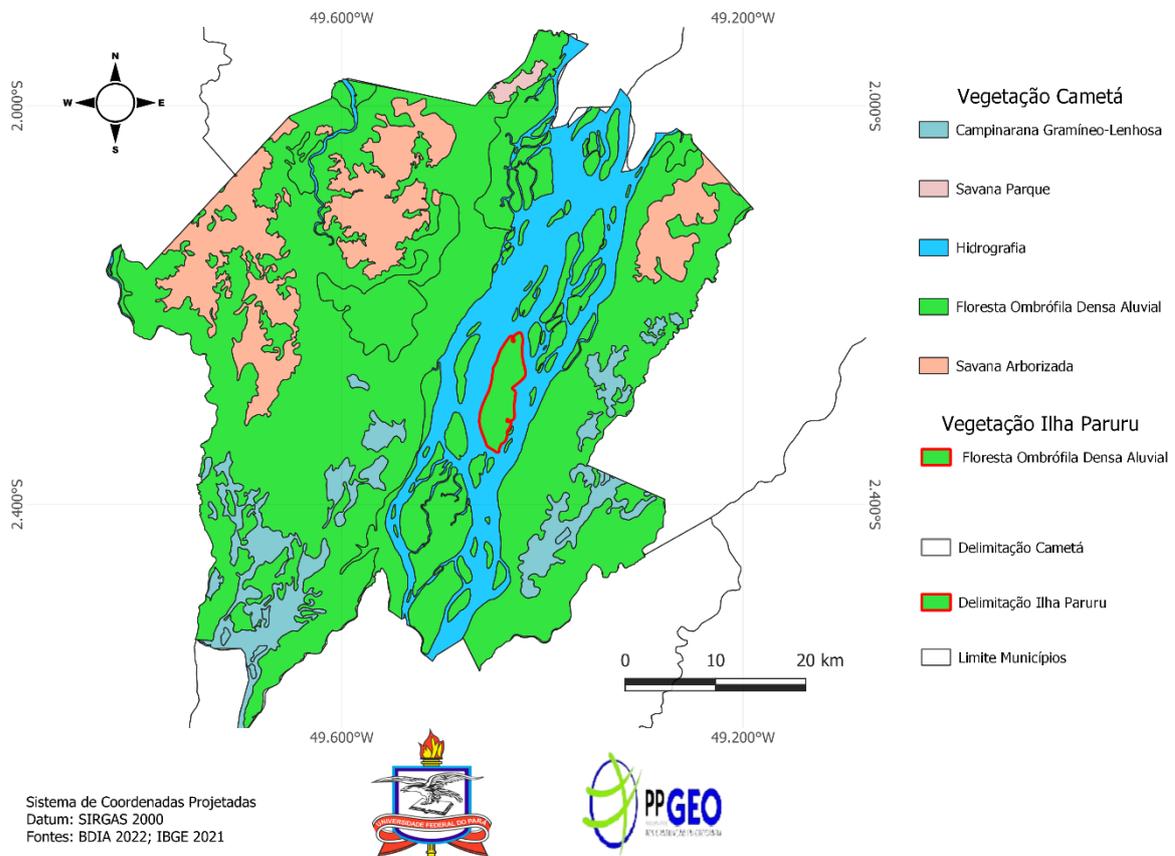


Figura 6: mapa de vegetação das ilhas de Cameté. Elaboração: Maria Amorin e Lilian Neves- GEMAPA- UFPA.

Partindo deste dado, devido as características da hidrografia e da floresta, a análise dos solos demonstra uma predominância do solo Gleissolo Háplico, com área de 29,235.54 km<sup>2</sup> (36% do total) é representado pela cor azul acinzentado e de características saturadas por água, de cor cinzenta ou azulada, baixo em quantidade de ferro e manganês, com ocorrência em planícies de inundação, ou seja, as margens dos rios. Em contrapartida, representado na cor bege escuro, é o chamado Plintossolos Háplico<sup>7</sup> com área de 1,484.48 km<sup>2</sup> (2% do total) que, apresenta coloração enferrujada e escoamento lento de água e observado na travessia localizada no Carapajó.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/solos-tropicais/sibcs/chave-do-sibcs/plintossolos/plintossolos-haplicos> Acesso em: 31/01/2024.

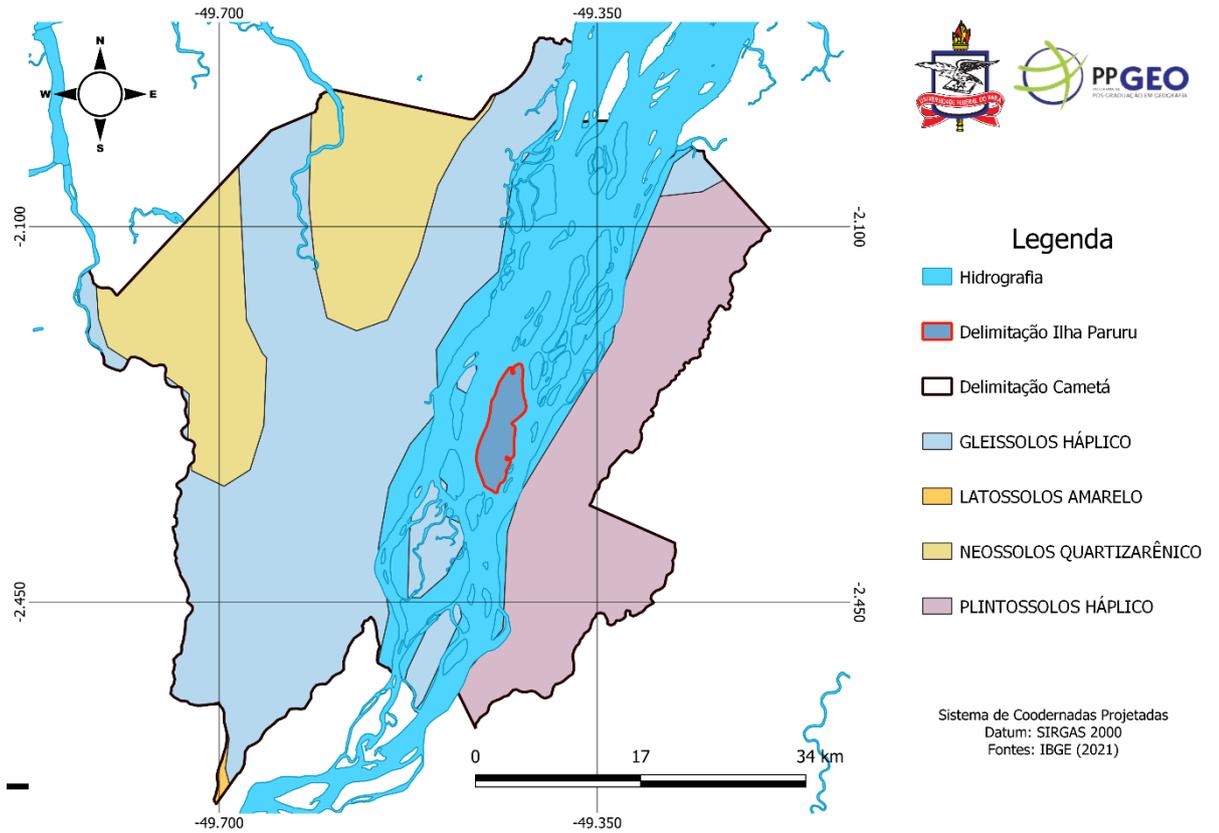
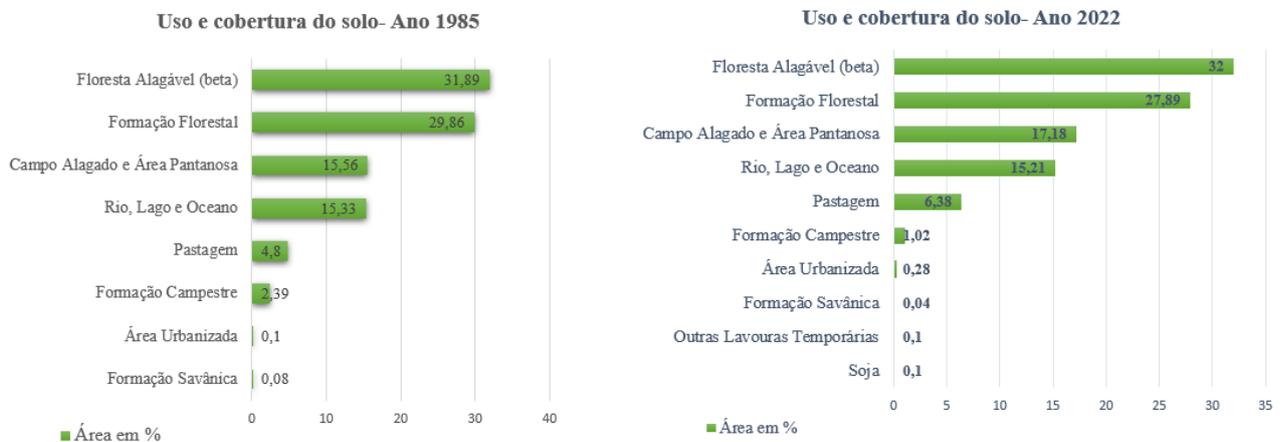


Figura 7: Mapa de caracterização do solo no município de Cametá. Elaboração: Maria Amorin e Lilian Neves-GEMAPA- UFPA.

Após a caracterização do solo, os gráficos e mapa abaixo mostram as mudanças na cobertura do solo entre os anos de 1985 e 2022, onde é observado o aumento de 0,27% da área urbanizada, representada em vermelho, as áreas de pastagem e lavouras temporárias, nas cores amarelo e rosa escuro aumentaram em 2%. É observada a frente de expansão do agronegócio em Cametá pela adição de áreas de plantação de soja, representada pelo rosa claro, ainda em índices pequenos.



Figuras 8 e 9: Gráficos de uso e cobertura do solo: anos 1985 e 2022. Fonte: BDia-web- IBGE.

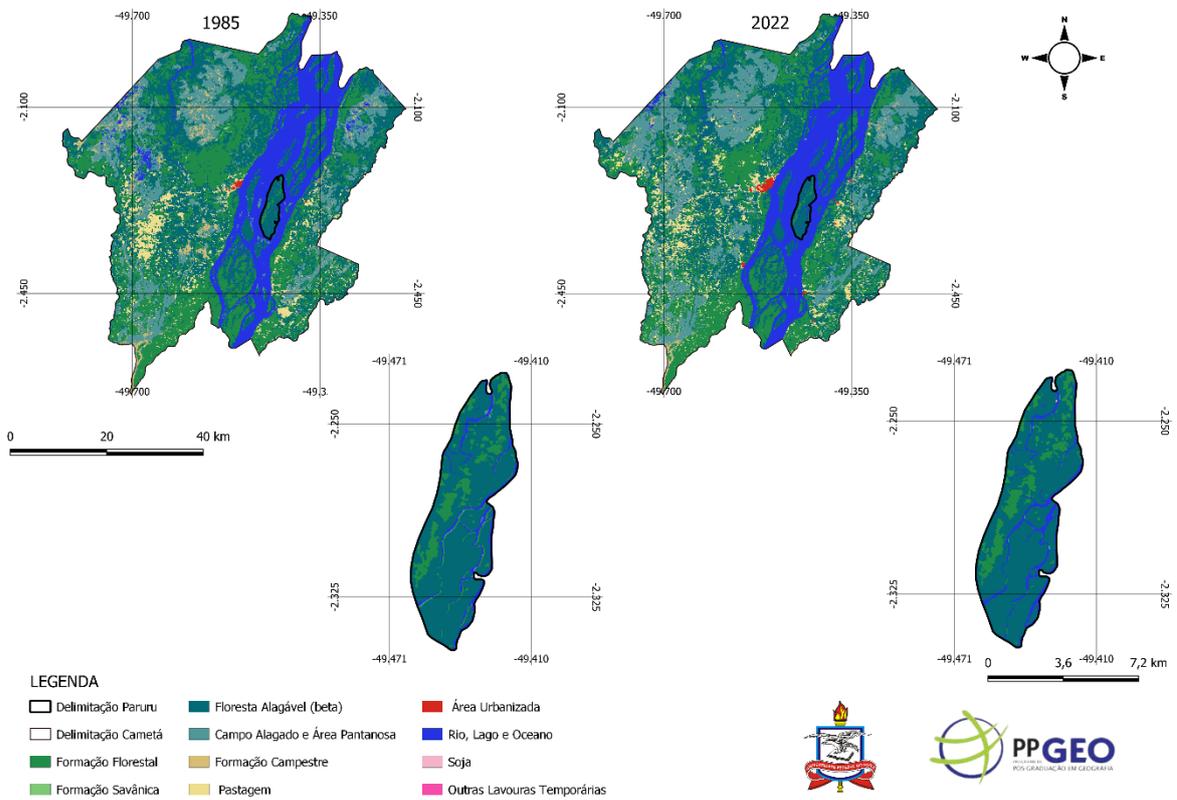


Figura 10: Mapa de uso e cobertura da terra no município de Cameté. Fonte: BDia-web- IBGE Elaboração: Maria Amorin e Lilian Neves- GEMAPA- UFPA.

Vale ressaltar que a maior parte da cobertura do solo é de classes de florestas alagáveis e formações florestais de terra firme, representando cerca de 60% da área total durante todo o período analisado, o que sinaliza a preservação ambiental e ecossistêmica. Em relação a ilha de Paruru do meio, a área de floresta inundável sofreu relativo aumento, observando a a destinação da terra, a formação florestal não sofreu mudanças significativas devidas principalmente ao manejo sustentável mantido pela população ribeirinha.

Nesta conjuntura de paisagens banhadas pelo rio Tocantins existem centenas de comunidades, o povo das águas, que vivem nas margens dos rios e possuem relação estreita com o rio e os recursos locais, onde o tempo do rio é predominante e as atividades como a colheita de açaí, pesca e coleta de peixe e camarão são realizadas há gerações, com conhecimentos que resistem a outras estruturas.

O modo de vida que os ribeirinhos empreendem com suas famílias possui características de campesinato (Chayanov, 1974), posto que é baseado no trabalho da família com objetivos definidos e um modus de produção familiar cujas ações constitui uma unidade que autores como De Reynal et al. (1995) denominam estabelecimento agrícola familiar e que Lima et al. (2005) intitula unidade de produção familiar (Rojas, 2017)

O modo de vida para além das atividades de subsistência também envolvem aspectos culturais, no tocante as religiosidades, predominantemente nas comunidades ribeirinhas, são encontradas igrejas católicas, muito presentes nas ilhas e parte integrante nas reuniões, interação social e demandas políticas.

Sobre a organização familiar, o trabalho é sexualmente dividido, onde os homens são responsáveis pela pesca, colheita e outras atividades externas, enquanto as mulheres são incumbidas das organizações domésticas e de cuidado com os dependentes e habitantes da casa. Esta divisão é importante para entender a complexidade no contexto de acumulação de impactos decorrentes da UHE Tucuruí.

O acompanhamento dos trabalhos de base do MAB é realizado desde 2021 no contexto da construção do projeto, através da participação em reuniões e encontros estratégicos, desde o início dos registros, é ressaltada a presença de mulheres e a importância das demandas específicas para o fortalecimento do movimento.

Nestas reuniões, a presença das mulheres da região do Baixo Tocantins é notável, bem como o incentivo à participação política, urgência de enfrentamento aos impactos do modelo energético e relação com outras entidades para a construção de uma rede, através do diálogo e acolhimento por parte dos militantes do MAB, a pesquisa, suas etapas e objetivos foram apresentados, os critérios de seleção das comunidades levam em conta fatores de acessibilidade e participação na rede de discussão acerca da acumulação de impactos, bem como presença de mulheres ribeirinhas articuladas.

As entrevistas foram realizadas em dois momentos, em março de 2023, no I Banzeiro das mulheres atingidas do Baixo Tocantins, na ilha menino Jesus de Praticaria, e em julho do mesmo ano, em um trabalho de campo de 6 dias de duração, na ilha de Paruru do Meio, na ocasião, foram observadas as rotinas domésticas e de organização política das mulheres das ilhas e suas famílias.



Figura 11 e 12: Entrevistas nos domicílios de moradoras de Paruru do Meio.

As mulheres entrevistadas são ribeirinhas, pescadoras atingidas e em processo de organização política no baixo Tocantins articulado pelo MAB, que estavam presentes em reuniões, na ilha de Paruru do Meio, há um grupo de 20 mulheres articuladas ao MAB. O processo de visita a campo inclui entrevistas realizadas com 13 participantes, moradoras da comunidade, dispostas no quadro abaixo.

Nome	Idade
Fernanda	20
Fabiana	20
Joana	26
Isadora	27
Carolina	30
Lúcia	33
Amanda	36
Bianca	37
Helena	41

Gabriela	44
Carla	48
Mariana	58
Mônica	59

Quadro 3: Idade das mulheres participantes da pesquisa. Nomes fictícios.

Localidade	Nome	Idade	Ano/modo
Santo Antônio de Viseu	Tânia	55	2023/Presencial

Quadro 4: Relatos de mulheres coletadas em outros espaços. (nomes fictícios)

Com idade entre 20 e 59 anos, as participantes da pesquisa apresentaram vivências intergeracionais dos impactos da UHE Tucuruí, onde em cada relato é nítida a percepção antes e depois do barramento, a progressão e acumulação das problemáticas e a articulação política, contextos que não eram visíveis apenas com a bibliografia.

Das participantes, 9 nasceram na comunidade e possuem laços familiares entre si, vivem e trabalham no tempo do rio, especialmente desempenham atividades pesqueiras, da colheita do açaí, da agricultura e da criação de animais. Através da figura 13, a natalidade e concentrada entre 3 e 5 filhos.

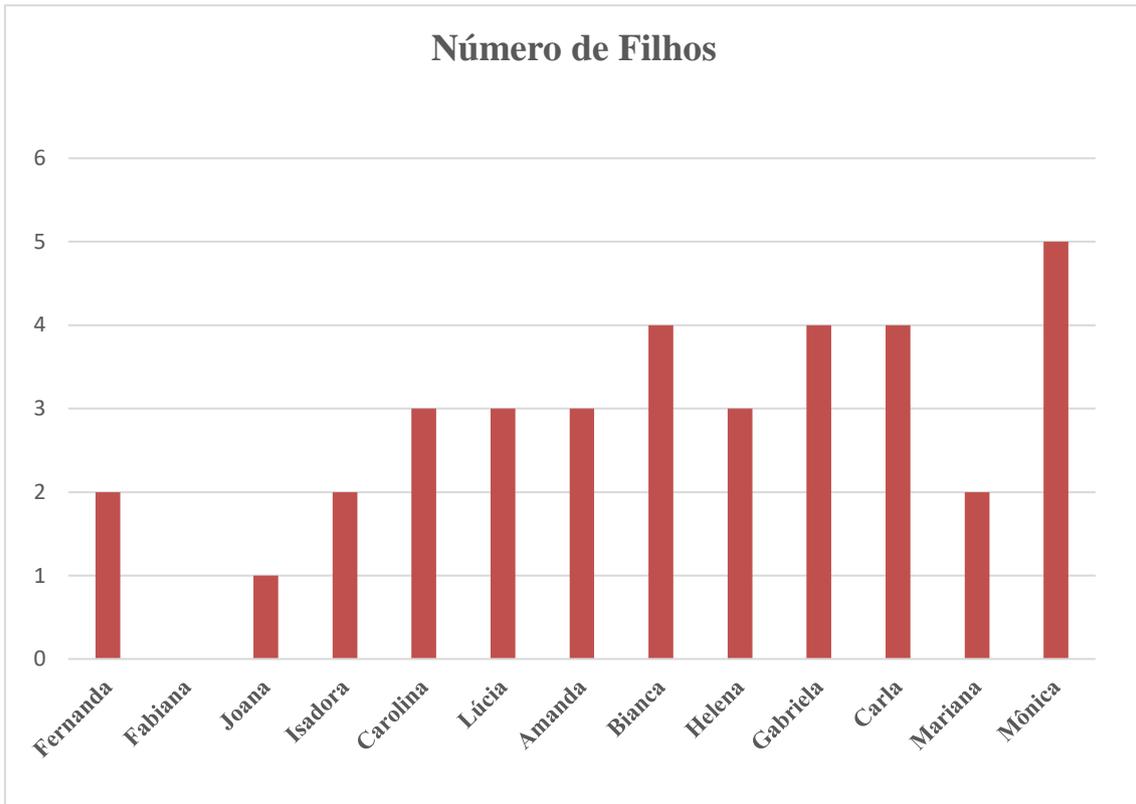


Figura 13: Gráfico de representação do número de filhos das participantes. A autora.

Estas mulheres desempenham um papel vital na proteção do meio ambiente e na luta contra a acumulação de impactos decorrentes da UHE Tucuruí e a ameaça da hidrovía Araguaia-Tocantins. Envolvidas nas atividades cotidianas têm uma conexão intrínseca com os recursos naturais e desempenham um papel central na gestão sustentável dos territórios ribeirinhos baseados na relação íntima com sua moradia e as outras pessoas que vivem próximas.

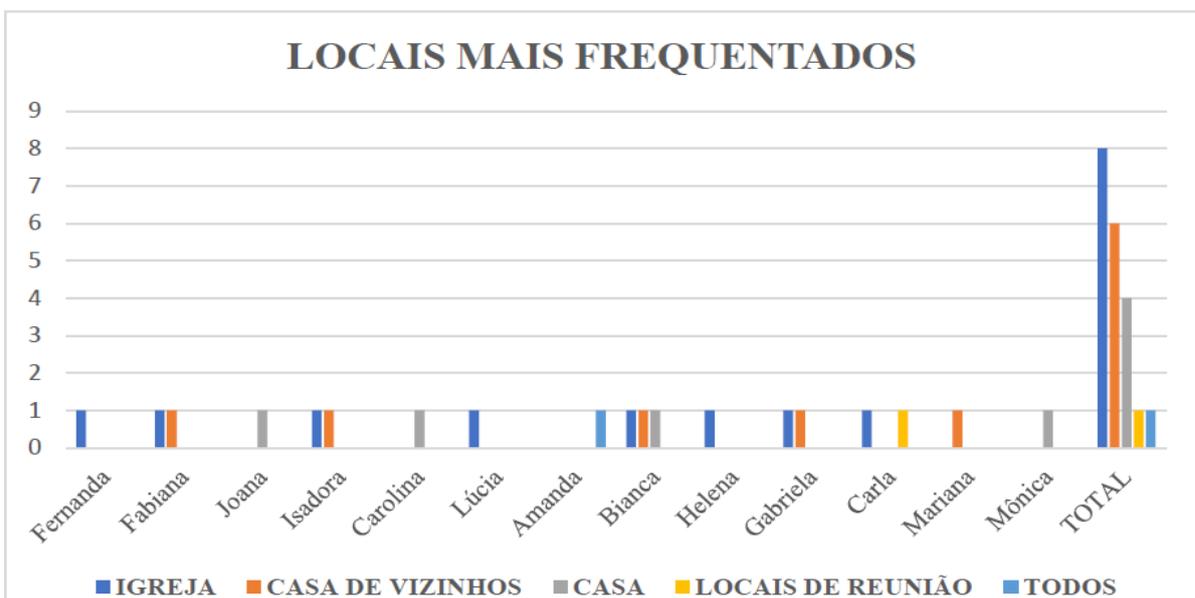


Figura 14: Gráfico de representação de locais mais frequentados pelas participantes. Elaborado pela autora.

O gráfico 14 apresenta uma análise dos locais mais frequentados pelas participantes da pesquisa, foram questionadas 5 opções, sendo elas: igreja, casa de vizinhos, a própria casa, locais de reunião e todas as anteriores, onde mais de uma resposta foi possibilitada, a maioria das mulheres tem uma baixa frequência em todos os locais, exceto a igreja, e a própria casa, a maior presença na igreja revela a grande aproximação da comunidade com os espaços religiosos e a importância da igreja também nas organizações políticas, que será discutida no quinto capítulo, em relação a própria casa, é possível analisar as questões de maior presença no trabalho doméstico, ocupando a maior jornada de dedicação das entrevistadas, importante destacar os espaços ocupados por elas para entender a complexidade e abrangência de suas percepções sobre a acumulação de impactos nas muitas estruturas de vida na comunidade, que também serão discutidas nos próximos capítulos.

A participação feminina é importante no contexto do movimento dos atingidos por barragens, onde têm se destacado como defensoras incansáveis dos direitos territoriais e ambientais, nos próximos capítulos, serão discutidas as questões centrais em que as mulheres são atingidas, um panorama trabalhista neste contexto e as atividades de organização política e atividades alternativas para auxiliar na defesa da comunidade.

Vale lembrar que não apenas enfrentam diretamente os impactos ambientais resultantes da acumulação de barragens, mas também lideram esforços para conscientizar e mobilizar suas comunidades. Seja na preservação de áreas de pesca, na coleta sustentável de recursos naturais ou na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, as mulheres ribeirinhas emergem como agentes-chave na resistência aos desafios impostos pela transformação do ambiente.

## **CAPÍTULO 1.**

### **“EU SOU ATINGIDA AQUI MESMO” PERCEPÇÕES DAS MULHERES ACERCA DAS MUDANÇAS CAUSADAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE TUCURUÍ NA ILHA DE PARURU DO MEIO**

O núcleo de significação escolhido para o primeiro capítulo se refere à percepção das entrevistadas sobre os impactos ao território e vivência causados pela construção da barragem e reconhecimento da própria condição nesta conjuntura, e está dividido em três fatores latentes nos relatos colhidos, a Água, o Peixe e a Casa, partindo dos 3 termos, conjunturas mais complexas serão analisadas. No universo participante da pesquisa, quase todas as entrevistadas são nascidas, criadas e constituíram suas famílias na ilha.

A barragem de Tucuruí causou alterações profundas na vida das comunidades diretamente e indiretamente dependentes das águas do rio Tocantins, destruiu espaços/territórios, sobrepôs organizações estranhas e desorganizou as relações e atividades, os fatores mais externados nas entrevistas foram diretamente associados com a insegurança alimentar, problemas de saúde e danos materiais. Analisados durante este capítulo.

**TUCURUI, URGENTE.**

**TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A HIDRELÉTRICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS.**

**LEIA COM ATENÇÃO, E COMENTE COM OS SEUS FAMILIARES, AMIGOS, VIZINHOS E COLEGAS.**

- O enchimento do lago da Hidrelétrica de Tucuruí somente acontecerá em setembro vindouro. O que estamos fazendo, no momento, é fechando as adulas.
- Quando as comportas fecharem, o Rio Tocantins não vai secar mesmo abaixo da barragem e mesmo sem a passagem das águas durante o período de enchimento do reservatório. O que vai acontecer é o seguinte: entre Tucuruí e Baião, o nível da água vai ficar mais baixo. Mesmo assim, ainda será possível a navegação de pequenas embarcações. Nas outras áreas, o Rio Tocantins vai continuar o seu curso normal, sem problema nenhum. Os barrancos não vão cair, e os peixes não vão morrer. Os peixes terão todas as condições de viver no reservatório e abaixo dele.
- Não há a menor possibilidade de a água do Tocantins ficar salgada por causa da barragem de Tucuruí. O responsável pelo bloqueio das águas do mar é o Rio Amazonas, não o Tocantins.
- O Utinga não será afetado de forma alguma: a tomada d'água para abastecimento de Belém é feita no Rio Guamá.
- Todas as famílias que moravam acima de Tucuruí, onde vai ser formado o grande lago, já foram ou estão sendo deslocadas pela Elettronorte para novos núcleos urbanos, dotados de escolas, agências, postos de saúde, água, luz e esgoto, entre outros serviços públicos. Cada morador recebeu casa nova e novo terreno rural, se ele era proprietário de um.
- Não existe veneno algum na área que vai ser transformada em lago. Existem, sim, muitos botos a respeito. Mas apenas botos. Nenhuma verdade.
- A floresta não vai apodrecer dentro d'água. Cito base nos estudos realizados pelos cientistas do INPA, chegou-se à conclusão de que a água do reservatório será de boa qualidade, inclusive para a criação dos peixes, até abaixo da barragem.
- Instituições científicas da maior respeitabilidade, sediadas no Pará, e até fora de Estado, foram solicitadas a apurar as denúncias feitas contra o uso de herbicidas que teriam provocado o morte de animais - e todas esburacaram, unanimemente, que nenhum herbicida foi responsável pela morte do gado no Pará. Quanto à morte de pessoas pelo mesmo motivo, a Elettronorte não recebeu nenhuma denúncia concreta. Sabemos que chegaram a examinar cadáveres na busca de provas, mas nada ficou provado.
- Em resumo, ninguém vai perder a caça por causa do fechamento da barragem e do funcionamento da Hidrelétrica de Tucuruí. Nem vai perder a pesca. Nem vai beber água salgada, muito menos envenenada. Ninguém vai respirar gases venenosos.

**QUEM DIZ ISSO NÃO É A ELETRONORTE. SÃO OS ESTUDOS E CONCLUSÕES DAS MAIS RESPEITADAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS DO PAÍS.**

**ORGULHE-SE DISSO: A HIDRELÉTRICA DE TUCURUI É OBRA DE BRASILEIROS.**

Alguém já disse a você o que a Hidrelétrica de Tucuruí vai trazer de bom para você, sua família, seus amigos e colegas, enfim, para a sua gente e a sua terra?

Diga a eles:

Com a hidrelétrica funcionando, o Pará, em particular a região do Tocantins, vai ganhar novos indústrias, novos negócios, novas empresas.

O Estado do Pará vai aumentar a sua arrecadação de impostos.

A luz ficará disponível para todos.

Eletricidade é progresso.

**Elettronorte**  
 Companhia Paranaense de Energia S.A.  
 Rua... 1000 - Curitiba - Paraná - Brasil

Figura 15: Folhetos jogados por Helicóptero, excluindo impactos negativos da UHE Tucuruí.

A implantação foi um processo que durou aproximadamente 20 anos com etapas de expansão de suas operações, com objetivos de agregar à produção de matriz energética para a exploração de minério realizada por grandes projetos no Pará, a não exigência de estudos e relatórios de impactos ambientais permitiu ao projeto a construção de maneira livre e sem necessidade de licenciamento.

A visão de desenvolvimento não se aplicou - e não se aplica- às conjunturas locais direta e indiretamente afetadas, neste contexto, as chamadas compensações ambientais realizadas visavam apenas o ressarcimento de danos materiais, muito aquém das necessidades básicas de vivência das comunidades formadas antes da construção da barragem.

Os danos a montante da Usina são destacados em relação a inundação, provocando deslocamentos forçados de 7 municípios e vilas e territórios indígenas adjacentes, devido a mudança de locais de moradia, as cidades assistiram o crescimento populacional assustador nas décadas de construção e início das operações da barragem, causando problemas sociais de acesso a equipamentos públicos de gravidade considerável, os maiores índices são das cidades de Jacundá, Itupiranga e Tucuruí, (Ramos, *et al*, 2005).

Na Jusante, região do Baixo Tocantins, composta pelas cidades de Baião, Mocajuba, Cametá, Igarapé Miri e Limoeiro de Ajuru, os territórios passaram pelo que Fearnside considera de desagregação severa das conjunturas de sobrevivência e economia. Um dos assentamentos não indígenas mais antigos do estado é o município de Cametá, com 11 distritos administrativos e segundo dados do Censo de 2022 do IBGE, com uma população de 134.184 habitantes entre quilombos e comunidades ribeirinhas, a pesca e o cultivo do açaí é a principal atividade econômica da cidade.

A pesquisa foi desenvolvida na Ilha de Paruru do meio, uma das ilhas do Distrito de Cametá (sede), com 134 famílias, a atuação do MAB é estruturada por grupos de influência, o grupo participante da pesquisa é o de mulheres, com 20 participantes, elas organizam e participam de cursos ofertados, reuniões e projetos direcionados a população e articulam suas famílias para ações do movimento na comunidade.



Figura 16: Igreja Menino Jesus de Praticaiá, onde foi realizado o I Banheiro das Mulheres Atingidas do Baixo Tocantins. 2023.

Nas organizações familiares analisadas na pesquisa, elas também exercem a atividade pesqueira e de colheita e venda do açaí como fonte de renda e alimentação, tendo acesso limitado à educação formal devido às limitações logísticas ou de divisão de trabalho, os impactos a ocupação são os relatos mais citados.

Os fatores analisados aqui são diretamente ligados a conjuntura de distribuição desigual dos impactos e como são expressados nos corpos e territórios, o não isolamento destas dimensões permitiu um panorama complexo, onde a água, a alimentação e a casa são bases da existência da comunidade e diretamente atingidas pela acumulação de impactos, nesse sentido, Fraser (2021. P.123) aponta.

Pedaços da natureza que o capital se apropria são virtualmente sempre as condições de vida de algum grupo humano - seu habitat e lugar carregado de significado de interação social; seus meios de subsistência e base material da reprodução social. Além disso, os grupos humanos em questão são quase sempre aqueles que perderam o poder de se defender e, frequentemente, aqueles que foram relegados para o outro lado da linha de cores global. Esse ponto foi evidenciado repetidamente ao longo da sequência de regimes. Mostra que as questões ecológicas não podem ser separadas das questões de poder político, por um lado, nem das questões de opressão racial, dominação imperial e expropriação indígena e genocídio, por outro.

A perspectiva das mulheres acerca de problemáticas ambientais é diferenciada pela visão complexa e profunda, resultado das relações de gênero que a incumbem de ser esteio, a responsável pela organização da casa, da manutenção das atividades dos outros membros, chefe da casa, ao passo que é submetida a precedência e autoridade moral do homem como chefe da família, conseqüentemente mais atingidas por impactos ambientais, observados com latência em suas realidades de rotina na ilha de Paruru do Meio.

### **3.1- A Água: Impactos corporais e domésticos.**

O primeiro fator sendo o mais expressado através das entrevistas é ligado ao acesso a água, onde as problemáticas de ordens corporais e domésticas são manifestadas, a Amazônia é cercada por diversos corpos hídricos, onde suas águas não são próprias para o consumo, contaminadas por falta de saneamento básico e descarte de dejetos nas superfícies, causando doenças devido a proliferação de microrganismos e animais nocivos, antes da implantação da barragem de Tucuruí, a água do Rio Tocantins era consumida e utilizada livremente pela população de Paruru do Meio e ilhas adjacentes, o panorama vem sendo modificado ao longo dos anos.

Pergunta: Como você percebe/sente os impactos causados pela usina hidrelétrica de Tucuruí aqui na comunidade? Qual é a sua visão sobre esses impactos?

R: Olha, a visão é a água, em relação a água que é contaminada, o peixe que faltou, falhou o peixe, né, aqui pra nós, é pouco. É isso, a água, ela causa muitos tipos de doenças, problemas no estômago, diarreia e muitas outras coisas, e a falha do peixe, né, que é pouco, só o consumo mesmo do peixe, aí é isso, é esse impacto aí... (Bianca, 37 anos, em entrevista.2023)

A água do rio que antes era utilizada pelos habitantes para todos os serviços domésticos, está sem condições de uso desde a implantação da barragem, a contaminação também advém de dejetos da própria e de outras localidades, a falta na coleta de lixo e tratamento de esgoto, combustíveis das rabetas e barcos, mudança de curso do rio, em visita a região, realizada em março e julho de 2023, foram vistos rejeitos como lixo doméstico e esgoto não tratado nas margens das comunidades.

O mapa abaixo reúne dados retirados do DATASUS referentes a internações hospitalares no país relacionadas a doenças provocadas pela deficiência no saneamento ambiental por município de Cametá, vale lembrar o índice elevado de subnotificação devido a questões de acesso aos equipamentos urbanos.

#### **CAMETÁ (MUNICÍPIO)- 2021**

<b>INDICADOR</b>	<b>VALOR</b>	<b>UNIDADE</b>
Internações totais por doenças de veiculação hídrica	341	Número de internações
Incidência de internações totais por doenças de veiculação hídrica	24,22	Internações por 10 mil habitantes
Internações totais - 0 a 4 anos	224	Número de internações
Taxa de óbitos por doenças de veiculação hídrica - 0 a 4 anos	0,00	Óbitos por 10 mil habitantes
Óbitos por doenças de veiculação hídrica	2	Número de óbitos

Tabela 1: Indicadores relacionados ao saneamento ambiental em Cametá- Saúde. Fonte: DataSUS. 2021

Dava muita diarreia. Diarreia, vômito, A criança fica com a barriga enorme. Porque tá pulando na água, tá ingerindo essa água lá. Principalmente a criança que vai logo.... Aquilo tá, a bactéria tá tudo nessa água aí. Porque essa água lá cresce, aí lava, porque aqui o banheiro é aberto, céu aberto que a gente tá falando. Aí a água vai levando tudo. Não é só essa, é todas casas, de lá da barragem pra cá. Aí a gente que usa essa água vai ingerindo, né? Porque não tem como, quem quer vai buscar na cidade, no Carapajó, então faz com esse pó, o tratamento. (Carla, 48 anos, em entrevista.2023)

A contaminação forçou a busca de água potável na cidade de Cametá ou distrito de Carapajó, realizada periodicamente, o impacto aos corpos das pessoas e principalmente os das mulheres é manifestado pela coceira, problemas gastrointestinais e ginecológicos diretamente associados.

É, porque aqui a gente não tem água tratada, né? A gente tem que comprar remédio pra botar na água. E em algum momento esses remédios podem prejudicar as crianças, né? Aí olha, o vizinho ali usou, já botou muito e já fez mal pra ele. E foi parar pra UPA. (Isadora, 27 anos, em entrevista.2023)

O pó comentado no trecho de entrevista acima é o Hipoclorito de sódio, o programa VIGIÁGUA<sup>8</sup>, da Secretaria de Saúde do Pará- SESP, prevê a distribuição gratuita às famílias que não possuem acesso à água tratada. Na comunidade de Paruru do Meio, a distribuição não é realizada e as famílias têm de comprar de Agentes Comunitários de Saúde, o hipoclorito é misturado nas caixas d'água bombeadas diretamente do rio com propósito de desinfecção de no mínimo 30 minutos de ação do produto, só assim, se tornam apropriadas para o uso doméstico.

De acordo com a pesquisa bibliográfica realizada, a última análise físico-química da água foi realizada há 22 anos atrás (Travassos, 2023), que já apontava contaminações biológicas relacionadas à mudança de cor e cheiro do rio, alterações visíveis foram relatadas nas entrevistas realizadas.

Mudou tudo. Inclusive a água, né? A água, a principal poluição é a água. Porque apareceu vários tipos de doenças através da água, porque a gente não tem água. Principalmente, se a gente não tiver um remédio, um tratamento na água, a gente toma a água direto, né? Tirando do porto, ou então pra gente ter mais um “trabalhozinho”, é fervida. A gente ferver também quando a gente não tem o remédio, realmente. Eu, principalmente, em casa, a gente não tem o tratamento de água. Se a gente não tiver o remédio pra gente colocar, a gente toma a água direto mesmo. (Gabriela, 44 anos, em entrevista.2023)

### **3.2- O peixe: Insegurança alimentar e financeira.**

Na época que eu me criei, o primeiro impacto que eu me entendi como gente, não existia ainda a barragem, a gente tinha os peixes, a gente tinha as frutas, como o cacau, o azeite, ucuuba, hoje em dia nós não temos mais, por quê? Por causa da barragem, porque tudo isso nos prejudicou, não temos mais nenhum tipo de espécie de peixe que sumiu, e se essas crianças que estão nascendo hoje não vão conhecer, porque já desapareceram. São esses os impactos que a gente sofre até hoje, com isso. A questão da água, que a gente não pode utilizar mais, a gente não pode tomar, tem que estar tratando, os peixes sumiram, hoje em dia pra gente comer a gente tem que comprar, e muitas das vezes faz até mal pra gente, porque esse peixe vem já no gelo... (Mônica, 59 anos, em entrevista.2023)

A modificação profunda na qualidade da água acarreta redução gradativa da população de peixes habitantes do rio, atingindo diretamente a questão alimentar e financeira das famílias, os auxílios governamentais que propõem complementar a renda proveniente da pesca e venda

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.saude.pa.gov.br/a-secretaria/diretorias/dvs/visamb/vigiagua-visamb/>. Acesso em: 18/08/2023.

do açaí, são cada vez mais comprometidos com necessidades básicas de alimentação e manutenção doméstica.

O barramento de um rio altera severamente a hidrologia local, transformando o ecossistema aquático lótico (fluxo de água constante) para uma condição lêntica (águas paradas ou sem corrente) ou semilêntica. Desta forma, as condições químicas e físicas da água são modificadas, assim como a qualidade e a quantidade de habitats para a fauna e flora aquáticos. Assim, ocorre a formação de um novo ambiente, com a criação de novos habitats e a perda de outros, alterando consideravelmente o ecossistema aquático (Agostinho et al., 2007).

A formação de novos ambientes e influência no tempo de vida e disponibilidade de peixes, a jusante apresentou o primeiro decaimento da ictiofauna (população de peixes) dois anos após o represamento das águas do rio Tocantins, com queda na pesca de peixe e coleta de camarão de aproximadamente 66% (Fearnside, 2015), bem como a quantidade de pescadores, a quantidade de peixes no reservatório nunca substituiu as perdas registradas, que não são suficientes para calcular os impactos reais da UHE Tucuruí, relativizadas em relatórios da ELETRONORTE elencadas em “situações menos satisfatórias”.

E aí, se a gente quiser comer outro tipo de peixe, tem que comprar em outra parte, né? Ou então, criar. Porque existe também os tanque, né? Que a gente faz, a gente cria. Se a gente quiser comer um peixe diferente, que os peixes sumiram tudo. A gente não consegue mais os peixes que tínhamos antigamente, né? Porque o meu pai sempre fala que o peixe pulava dentro do casco. Bastava cercar com malhadeira que os peixes pulavam dentro do casco. E agora, hoje em dia, os cara tem que andar muito pra conseguir alguns peixinhos, né? Os peixes que tínhamos antes, hoje não tem mais. (Gabriela, 44, em entrevista.2023).

Todas as entrevistadas recebem auxílio do governo, como seguro defeso e bolsa família, tanto neste grupo de participantes como em grupos anteriores, algumas relatam que tem enfrentado problemas no recebimento por um período de 2 anos ou mais, pela suspensão dos seus registros profissionais de pesca pela portaria SAP/MAPA nº 303, de 16 de julho de 2021, em outras conversas, uma moradora de uma ilha adjacente relatou ter seus documentos cancelados e a sua luta para refazê-los, aguardando liberação através do ministério da pesca

Olha, é sobre o peixe. Peixe, camarão, que de primeira era fartura. Podia botar a malhadeira e pegava. Peixe que dava para a comida, dava e te dava para o vizinho. Hoje em dia não, não pega peixe, camarão, falhou. Acho que isso que prejudicou nós, né? A fartura que de primeiro tinha, agora não tem mais essa fartura. (Fernanda, 20 anos, em entrevista.2023)

Os impactos financeiros causados pelas suspensões de benefícios e atividades laborais representam maior exposição das mulheres a inseguranças, a exposição constante dos seus

corpos à contaminação através do contato com a água e alimentação, bem como insegurança alimentar, financeira e de ordens mentais.

A comunidade conta com projetos de cursos de plantação de leguminosas e temperos, distribuição de cartões de vale alimentação que atendem parte da população, e a sua alimentação é maior atendida pelas plantações de açaí, que também são se vendidas para atravessadores e levadas para a cidade de Cameté por aproximadamente 50 reais a lata in natura não batida.



Figura 18: Lata de Açaí colhida na comunidade para venda.

### **3.3- A casa: Moradia atingida.**

A terceira dimensão é a casa, relacionada aos impactos diretos relatados sobre as condições de habitação das famílias da comunidade Paruru do Meio, a casa, sendo um espaço e território socialmente atribuído à função feminina, a mulher é considerada chefe, no sentido de administração das estruturas físicas de organização da família no espaço, onde é realizado o trabalho não remunerado e tampouco reconhecido.

O enraizamento é o poder do lar de organizar o estrato corporal habitual do espaço vivido da pessoa. Literalmente, a casa enraíza a pessoal espacialmente, proporcionando um centro físico para partida e retorno”. Essa relação de

enraizamento estabelecida com o lar, não se limita a um ponto geométrico de partida e de retorno dos deslocamentos diários. Há uma intensividade, um deslocar-se no lugar, que permite um situar-se estabelecido: “A familiaridade corporal se estende dentro do lar, estabelecendo lugares para as coisas e regularidade temporal para as atividades. A pessoa que está em casa pode mover-se fluidamente através da habitação, porque o corpo-sujeito conhece esse espaço intimamente” (Moreira, 2023, p 8.)

Vale ressaltar a relação íntima com os corpos, onde nascem, descansam, saciam suas necessidades básicas e é visto como refúgio e espaços de vivência, na comunidade, na falta de um espaço exclusivo para as reuniões e quando não realizadas nas igrejas, as casas são cedidas para abrigar as articulações de enfrentamento a UHE Tucuruí e a Hidrovia Araguaia Tocantins.

Mas é preciso ficar claro que reconhecer a ligação social e cultural das mulheres com o espaço doméstico não pode significar um reforço da ideia de que “lugar de mulher é na cozinha” e de que o espaço público do mercado de trabalho, da política e das demais dimensões da vida é exclusivo dos homens. O importante é compreender que a garantia do direito à moradia adequada às mulheres é fundamental para a realização de suas atividades cotidianas e, inclusive, para a promoção da autonomia em todas as áreas de sua vida e para a efetivação de outros direitos. (Rolink, 2001. p.5)

O território casa atingido por barragem atravessa dimensões para além dos materiais, como também simbólicas, mentais e físicas. A insegurança acerca da estrutura das casas é uma das grandes problemáticas explicitadas nas falas das entrevistadas, devido a mudança no nível do Rio Tocantins provocado por grandes chuvas e abertura das comportas da barragem.

Figura 19: Vista do rio Tocantins do Interior da casa no período da Maré Seca.



Já perdemos muita coisa mesmo. Esse inverno que deu, que a água foi tão grande. Nem falha até. Não chorava porque tinha que aguentar mais. É muito sofrido. Muito mesmo. Até bicho. Nós já chegemo a ver bicho no rio. A gente tem medo das crianças descer para tomar banho, porque vem até bicho. Sucuriju, jacaré, isso tudo aparece. E é um risco muito grande para nós. A gente é muito criticado por isso. Aí olha, passa por aí. Quando está a água grande, essas rabetas grandes, esses barcos grandes, acham bom de passar. Porque eu falo, “um dia vai acontecer com você. Da casa você ir no fundo e passar barco também”. É um sofrimento para nós. Para falar a verdade, é um sofrimento. A gente é muito atingido mesmo. Por isso. Então a nossa casa ir no fundo, por dar maresia, e vai jogando as coisas todas, aí a gente perde as coisas da gente. Aí para quem vem e vê, no período que a água está grande, no inverno que a água está grande, e vê a situação da gente, aí desacredita. Tem muita gente que vem, que a gente conta, eles ficam rindo. Olha a altura dessa casa. Onde que isso vai no fundo? Mas se eles viessem ver, eles iam acreditar. Porque parece alto. Mas no período do lançamento da água grande. (Amanda, 36 anos, em entrevista.2023)

Os relatos demonstram as dificuldades em manter os móveis e eletrodomésticos, provocadas pelo aumento gradativo do nível da água e as quedas constantes no fornecimento de eletricidade, instalada pela própria população com financiamento coletivo total de materiais, mão de obra e manutenção.

O problema de acesso à energia elétrica no Brasil é resultado da contradição da distribuição de impactos e produtos dos grandes projetos, nos locais diretamente impactados pelas barragens de usinas hidrelétricas, o estado do Pará comporta duas UHE, ao passo que soma o maior número de pessoas na Amazônia legal sem eletricidade<sup>9</sup>, as comunidades enfrentam a exclusão ao acesso, e quando contempladas, recebem cobranças abusivas pelo uso, algumas ilhas dependem de geradores movidos a diesel e gasolina ou baterias, com uma demanda diária limitada.

Segundo relatos das mulheres da comunidade e de ilhas próximas, foi feito um abaixo assinado denunciando a exclusão ao acesso à energia e taxas exorbitantes de uso, a articulação das famílias para implantação e sistemas de distribuição de eletricidade na região das ilhas do baixo Tocantins, iniciada de forma orgânica e com auxílio do MAB e de estudos sobre os processos de implantação e financiamento, após formalização de pedidos para a implantação de energia, não sendo atendidos.

Foi relatada a organização de 14 comunidades na região para a compra e implantação de postes, fios e outros instrumentos para a distribuição da energia, em reunião, foi acordado um

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/11/26/para-e-o-estado-com-mais-pessoas-vivendo-sem-energia-eletrica-na-amazonia-legal-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 30/04/2022.

financiamento coletivo com aproximadamente mil reais de cada família, com trabalhadores habitantes da área.

Diversos transformadores e materiais de instalação foram adquiridos pelas famílias, torres de distribuição de uma ilha a outra foram instaladas e cada transformador de valor aproximado de é de porte médio e distribui eletricidade para aproximadamente 15 casas, um valor fixo é estimado para manutenções emergenciais.



Figura 20: Transformador instalado nos fundos de uma residência de Paruru do Meio.

A implantação dos sistemas de maneira precária e perigosa a integridade física e material não esfriou as lutas pelo acesso digno a eletricidade, em reuniões do MAB, essa questão é presente na íntegra nas pautas, a articulação e abordagem do enfrentamento foi transformada ao longo da história da organização.

As discussões sobre os impactos do deslocamento compulsório, compensações injustas e cobrança abusiva da energia, bem como a distribuição desigual de energia são para além da organização do MAB, surgidas nas comissões de atingidos por barragens, até 1991,

ano da unificação das comissões pelo Brasil, a comissão de atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí- CAHTU.

Ainda não há previsão de extensão da distribuição de rede nesta região, com o argumento de impossibilidade de expansão das redes e falta de subsídios institucionais e governamentais, resta as comunidades, já prejudicadas pela acumulação de impactos e renda familiar baixa, a geração é descentralizada e fruto de organização interna, em 2020, foi implementado o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal – Mais Luz para a Amazônia”, até o momento, não presente na região.

## CAPÍTULO 2

### “AÍ, O TRABALHO FICA MAIOR PARA NÓS.” DIVISÃO SEXUAL E SOBRECARGA DE TRABALHO DOMÉSTICO NO CONTEXTO DE PARURU DO MEIO.



Figura 21: Arpillera- Trabalho Invisível. Fonte: Arpilleras: bordando a resistência - memorial da América Latina – 2015.

A imagem acima é uma Arpillera, arte bordada em tecidos com conotação de denúncias, contação de histórias e resistência política realizada pelas mulheres da via campesina, sendo maior representada no Brasil através das atingidas por barragens, este tecido demonstra a invisibilidade projetada sobre o trabalho doméstico, neste contexto, busca

denunciar a sobrecarga de trabalho feminino em jornadas de maior duração e não reconhecidas, atreladas a outros trabalhos em outros espaços, ainda que não tenham equidade sexual de renda.

As mulheres são as primeiras a perder o emprego ou ver as suas rendas reduzidas diante de situações de crises tais como econômicas, sanitárias, política ambientais ou climáticas. Assim, as responsabilidades das mulheres nos lares e nas comunidades como usuárias dos recursos naturais as posicionam na centralidade das estratégias de subsistência adaptadas às mudanças de realidades ambientais. Existem importantes perspectivas de gênero e interseccionalidade em todos os aspectos das mudanças climáticas que precisam ser estudadas e incluídas. (Oliveira, *et. al.* 2021. p.26)

A perspectiva utilizada neste capítulo está relacionada com o conceito de produção do espaço. A segregação ocupacional de gênero e idade é diretamente ligada a distribuição populacional, então o que é considerado sobretrabalho, tempo de repouso reduzido e a dedicação aos trabalhos produtivos e reprodutivos são fatores de análise para o estudo do trabalho feminino e sua relação com o trabalho e família, na dimensão doméstica, aqui foi utilizado o conceito para Vieira. N, *et. al* 2013.

Trabalho doméstico é aqui entendido como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado dos membros da família e que são executadas no contexto do lar, ou seja, em domicílio conjugal e parentela; trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres.

Este capítulo pretende estudar a partir do núcleo de significação escolhido e uma perspectiva de distribuição desigual dos impactos em escalas de gênero, a sobrecarga de trabalho sobre as mulheres em diversos âmbitos, principalmente doméstico. Posta a construção histórica dos espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens de maneira restritiva.

Assim, no cenário contemporâneo, o que parece fragilizar a condição de mulher, de forma mais marcante a mulher de camadas populares (responsável tanto pela produção de mercadorias – trabalho remunerado – quanto pela criação dos filhos) é o conflito de como garantir o sustento e a sobrevivência da família e, ao mesmo tempo, os cuidados com filhos e marido. (Pinto, 2013, P.28)

Portanto, ainda que a sociedade tenha atravessado as modificações nas organizações de trabalho, o espaço privado da casa continua sendo ocupado majoritariamente por mulheres, o que mostra o caráter restritivo da divisão sexual do trabalho e apenas adiciona outras atividades externas à designação dos trabalhos domésticos, a sobrecarga se manifesta na tentativa de equilíbrio entre estes dois espaços de trabalho, o trabalho doméstico é socialmente invisibilizado e não agregador de valor social, uma ajuda, e não como agregador de jornadas.(Bruschini, 2000; Alves, 1981.).

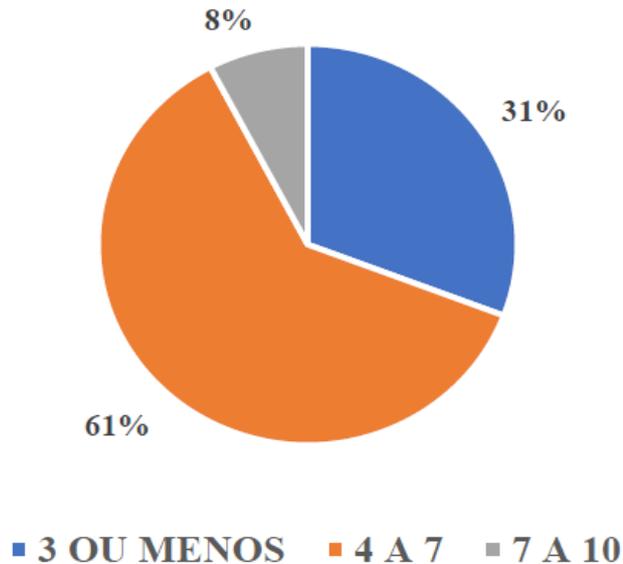
A partir disto, a sobrecarga em detrimento da diminuição do tempo de repouso, o tempo dedicado aos trabalhos produtivos e reprodutivos, a divisão do trabalho por gênero e

idade, a compreensão do conceito de trabalho auxilia no entendimento de como o trabalho doméstico perpassa pelas relações de trabalho e família.

Figura 22: Gráfico de representação da caracterização familiar das entrevistadas. Elaborado pela autora.

Sim. De água. No caso, pra tratamento da casa, né? Pra não deixar poeira e tudo isso. É pesado o serviço de casa. Eu digo no meu caso, né? Aí eu trabalho

## CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR



com outra coisa. Se eu chego em casa cansada, eu vou trabalhar na casa. P: Ah, então, você não recebe, por exemplo, ajuda assim? Não. Nada. A não ser esse auxílio, né? Que eu estou falando. Ou bolsa, no caso. Só isso e mais nada. (Lucia, 33 anos, em entrevista.2023)

Para além das atividades realizadas externas a casa, a múltipla jornada é manifestada através das atividades desenvolvidas na casa, o principal fator da sobrecarga, sendo o cansaço corporal causado pelo acúmulo de responsabilidades a principal problemática.

Na comunidade de Paruru do meio, as participantes da pesquisa têm origem na ilha ou ilhas próximas, a composição familiar em sua maioria composta por 4 a 7 pessoas, chefiadas pelas mesmas, onde a responsabilidade para além da coleta de açai e pesca é a da manutenção da casa, criação dos filhos, não possuem ocupação fora da comunidade e garantem a presença de outros moradores de suas casas em outros espaços.

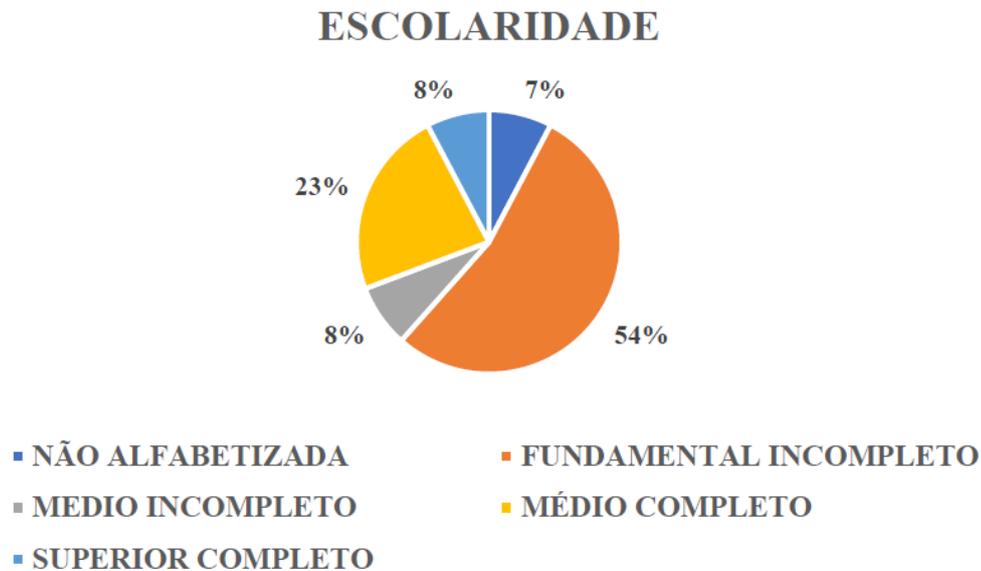


Figura 23: Gráfico de representação da escolaridade das entrevistadas. Elaborado pela autora.

A partir dos dados da figura 23 e a organização do trabalho, as mulheres tiveram a escolarização interrompida ou não iniciada por fatores de localização da moradia e difícil acesso a escolas, consequências do processo patriarcal e de diferenciação do trabalho. a precariedade da escolarização e sobrecarga não perturbam a ordem social ou causam críticas mais incisivas quando direcionadas a população masculina por ser parte do projeto de sociedade e produção em que os sistemas patriarcal e capitalista convergem, nesse sentido, Isabel André (2019.p.87) afirma que:

A subalternidade relativa com que é encarado o desempenho profissional feminino decorre, fundamentalmente, de um sistema de valores culturais que atribui às mulheres a grande parcela das responsabilidades na esfera da reprodução social e identifica o sucesso masculino com a progressão profissional apesar da crescente "socialização" da população feminina e da regressão dos valores mais tradicionais, que impunham a submissão e o "recato" às mulheres, a fronteira entre os géneros mantém-se na linha que separa o domínio público do privado.

Em pesquisas recentes os postos de trabalho pesqueiros na região, entre associados e não associados são predominantemente ocupados por homens, o trabalho doméstico possui jornada excessiva aliada também a pesca de subsistência, no contexto longo e gradativo dos impactos. (Melo, 2023)

A partir das percepções das mulheres sobre os impactos da UHE Tucuruí sobre as estruturas e atividades mantenedoras da comunidade de Paruru do Meio, o processo de adaptação causou uma sobrecarga de trabalho sobre as mulheres, o primeiro contexto presente nos relatos é a mudança no acesso a instrumentos de sobrevivência, tomando por marco temporal a construção da barragem.

É preciso pensar de forma ecológica, analisar as relações que as mulheres mantêm entre os diferentes sistemas, pois as condições socioeconômicas, o mundo do trabalho, as relações familiares e de parentesco, e outros fatores, são circunstâncias determinantes do funcionamento familiar (Garbarino, 1995). Se pensarmos que a família (microssistema) é um dos núcleos mais importantes para o desenvolvimento dos indivíduos, é de extrema importância atentar para as relações existentes das mulheres que as rodeiam no ambiente familiar. (Pinto, 2013, p.37)

#### **4.1 Teias de Resiliência: Apoio Social como pilar diante da sobrecarga em Paruru do Meio.**

Alguém, quando não tem as coisas que eles pegam pra fazer, eles adoam a pessoa que não tem. Como pra mim, que eles fizeram aquelas plantações aqui, como eu não tinha com quem, eu nunca comprei, graças a Deus. Eles adoavam pra mim. E pra muitos, os parentes, adoando pros parentes, né? Eles adoavam pros parentes que não tinham. Agora, pro outro, não dá pra vender, né? Porque também, só sair da costa da pessoa não conta, né? (Mariana, 58 anos, em entrevista.2023)

No processo de análise das entrevistas, além da questão do trabalho, foram revelados padrões de discursos sobre o compartilhamento de estratégias de enfrentamento das problemáticas ambientais e de sobrevivência através do apoio mútuo, o conceito utilizado para a compreensão deste tópico é o de rede social, visto como importante dimensão do desenvolvimento, uma vez que constitui a ponte de interrelação entre a pessoa e o sistema social no qual está inserida.

A função das redes sociais segundo Sluzki (1996) e López-Cabanas (1997) pode ser definida como companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e conselho, regulação social, ajuda material e de serviços e acesso a novos contatos. Dentre estas, a função de apoio é considerada de grande relevância para o trabalho com as famílias e a comunidade. Sendo assim, rede de apoio social, refere-se às funções que presta essa rede, e o efeito no bem-estar das pessoas. Rede de apoio social, ainda é definida como sendo (...) provisões instrumentais ou expressivas, reais ou percebidas, dadas pela comunidade, redes sociais e amigos íntimos (López-Cabanas, 1997p. 185)

As relações de gênero no contexto das comunidades rurais são de natureza complexa e com estruturas mais fortalecidas, onde a invisibilidade traz uma falsa sensação de inexistência destas problemáticas, o trabalho doméstico e reprodutivo tampouco é considerado trabalho aos moldes capitalistas, reforçando a subjugação e a sobrecarga sobre o corpo feminino, atribuído à produção e reprodução da força de trabalho.

Assim, no contexto do padrão de poder capitalista global, é preciso situar o gênero enquanto categoria colonial para compreender o papel por ele desempenhado na reprodução de seus padrões de opressão. Nesse sentido, o conceito de colonialidade de gênero se torna essencial para se discutir a

dominação masculina em países outrora colonizados, como é o caso brasileiro, pois parte do pressuposto de que, ao lado do capitalismo e do racismo, o gênero se configurou como um dos principais instrumentos de classificação e dominação social desde o colonialismo. (Andrade, 2019. p 13)

Os impactos dissertados no capítulo anterior e suas projeções nos espaços domésticos ficam a cargo das mulheres. Em uma conjuntura geral, as atividades domésticas ou de cuidado com as crianças da comunidade são divididas com outras mulheres da sua rede de parentesco ou vizinhança.

Tipo assim, o serviço de casa é muito pesado. Entendeu? Porque, assim, não bem que tu tá terminando um, já tem outro ali. Tipo assim, nunca acaba. Aí é pesado, sabe? A mulher, ela se sobrecarrega muito. O negócio do serviço de casa que nunca acaba. Por isso que eu digo que é muito pesado pra mulher. E tem gente que não. Ah, serviço de casa é leve. Se fosse, eu acabava dentro de um minuto. Não, não é bem assim. A pessoa vai de casa, lava uma roupa, vai, enche a água. Tem gente que nem tem pra encher a água. Mas tem gente que tem, né? Que já facilita mais um pouquinho. Mas é muito, é muito pesado. Eu, pra mim, no meu caso, é muito pesado o negócio do serviço de casa. (Lucia, 33 anos, em entrevista.2023)

As dimensões da sobrecarga sobre os corpos das mulheres da comunidade perpassam pelo trabalho doméstico permeado pelo problema de acesso a água, deslocamento e insegurança alimentar, os discursos revelam como são desproporcionalmente afetadas, caminham no sentido de responsabilização sobre a mitigação das consequências internas.

Muito (pesado) mesmo, porque a gente tem que ir buscar e não é perto a água que tem. Se a gente não tem o combustível para a gente ir buscar, a gente não tem como. Não é todos que querem fazer favor uma para outra. Antigamente, nós morávamos só numa casa porque a casa dela tinha a minha, mas é uma pedindo favor para o outro.

Porque não é todo dia que a gente tem. Principalmente quando chega o período desses nossos filhos para a aula. Tem que ter na hora certa. Não pode faltar. E aí a gente fica. Quando não pede para um, pede para outro. As meninas vão. Quando não vão, a gente vai. É uma dificuldade muito grande, mas a gente com a fé em Deus vai levando a vida. (Helena, 41 anos, em entrevista.2023)

Uma questão recorrente mencionada por todas as participantes é ligada aos aspectos sociais do rio, base alimentar, trabalhista e de interação, único meio de saída e chegada à comunidade e caminho disponível para casa de vizinhas, locais de reunião, igreja e outros espaços frequentados por elas, aliados a falta de informação sobre os componentes que contaminam o rio Tocantins, que influenciam no cheiro e cor da água.

Porque, primeiro, as nossas crianças viviam pulando, que eu lembro aqui das minhas irmãs, viviam pulando pela água. A gente tomava a água mesmo do rio. Agora, não. Para quem não tem esse tratamento, ele tem que ir lá para a cidade, ou para o Carapajó, ou pegar em alguma parte. Aí, isso tira o tempo

da gente, né? Lá da casa. Isso sobrecarrega. Aí, o trabalho fica maior para nós. É, com certeza. (Helena, 41 anos, em entrevista.2023)

A restrição ao acesso hídrico próprio para consumo é um agravante devido a responsabilização na busca por água, as mulheres são em sua maioria responsáveis por abastecer as casas, onde enfrentam dificuldades e exposição a riscos no caminho, devido a maresia, risco de afogamentos, acidentes com embarcações e falta de combustível.

Essa dificuldade realmente é muito grande para nós, da busca da água para ir buscar. Se a gente não tem o combustível, a gente não vai. Quando arrebenta o barco, não dá para atravessar porque a maresia enfrenta. É uma dificuldade grande. (Amanda, 36 anos, em entrevista.2023)

A distância em km em linha reta de Paruru do meio para Carapajó é de 7,7 km, sendo feita apenas via rio, o tempo de percurso por barco de Paruru do Meio para Carajapó é de aproximadamente 45 minutos, já a distância de Paruru do meio também em linha reta para a sede municipal de Cameté é de 8.2 km, também feita por Barco com tempo de percurso de aproximadamente duas horas.

Para as famílias que não realizam este percurso, a alternativa utilizada é a de tratamento da água em casa, utilizando hipoclorito de sódio, que não é distribuído gratuitamente, sendo apenas comprado, o que justifica o fato de algumas famílias não acessarem este mecanismo, restando à fervura da água a cada período de uso, para que seus filhos não sejam acometidos por problemas gastrointestinais.

Já aconteceu isso com seus filhos? Já aconteceu. Eu vim aqui, eu falava para ela que acontecia isso, né, que eu puxava a água e fazia o mingau. Aí eu vim aqui e falava para a vizinha que dava a diarreia e vômito na minha filha. Ela falou, é a água. Aí eu comecei a fazer isso de encher a água, deixar sentar (a sujeira) e ferver. Aí dava vômito e diarreia na minha filha, por causa da água. Aí depois que eu comecei a encher a água, deixar sentar, para fazer o alimento dela, aí mudou. Aí não deu mais. Depois que nós começamos a tratar a água. (Fernanda, 20 anos, em entrevista.2023)

Quando a distribuição dos impactos e a adaptação a estes é analisada a partir dos países do sul global e da Amazônia, são latentes as desigualdades e as responsabilidades que configuram a sobrecarga de trabalho para as mulheres nas famílias, e atravessam diversos fatores, como financeiros, alimentares, hídricos e de manutenção do ambiente doméstico.

É importante levar em consideração não os impactos e situações de vulnerabilidade a que as comunidades são colocadas, como também as sobrecargas invisíveis mesmo latentes que ocorrem no processo de resiliência, as transversalidades corporais físicas e psicossomáticas vividas pelos sujeitos, necessário destacar o termo “Nós”, presente em todas as falas proferidas pelas participantes, deixando explícito o movimento de consciência coletiva da

desproporcionalidade do trabalho realizado, aliado aos contextos de ajuda mútua, fundamental para a manutenção das redes de interação e sobrevivência das famílias da comunidade.

O protagonismo das percepções das atingidas, seguindo o caminho apontado por Lélia Gonzáles, faz com que as mulheres racializadas construam a consciência da discriminação sexual e seu caráter restritivo no que tange aos espaços ocupados, na conjuntura hegemônica, as mulheres são retiradas de sua classe, cor, origens e colocadas na chamada “camada popular”.

Nesse sentido, os espaços de discussão e o protagonismo das mulheres no levantamento de demandas específicas é necessário para a vigilância e visibilidade da sobrecarga, colocados como ponto central dos debates e não sendo realizados de maneira hierárquica, e sim orgânica, tratados no próximo capítulo.

### CAPÍTULO 3

#### **“Não é porque nós somos mulheres que não temos direito, não.”: Desafios e perspectivas das mulheres na luta frente a acumulação de impactos no Baixo Tocantins.**

Após a compreensão destes processos e influências nas vidas das mulheres, a partir do núcleo de significação acima, serão exploradas as realidades enfrentadas pelas mulheres da região, com destaque às estratégias adotadas por elas em articulação com o MAB no enfrentamento aos desafios decorrentes da acumulação de impactos e suas interseções de gênero.

Nesse sentido, dialogando com Lopes (2022), a visibilidade às questões de gênero atravessadas pelas injustiças climáticas desde o período de colonização e pós colonização no Brasil é fundamental. Nos espaços de protagonismo e participação ativa nos movimentos, as Amefricanas<sup>10</sup> e Ameríndias alimentam a discussão interseccional e motivada, sobretudo, por raça e gênero.

Não obstante, tal condição feminina se manifesta em vários contextos sócios ecológicos, as mulheres que são mães e participam de redes mais amplas da comunidade, tal qual as dirigentes comunitárias apresentam um dilema maior na organização de sua rotina, nas atividades desempenhadas cotidianamente, nos referidos papéis desempenhados em cada contexto. Entende-se que a

---

<sup>10</sup> O conceito de Amefricanidade é utilizado por Lélia Gonzáles para evocar as mulheres afrodescendentes nas Américas, com transversalidades compartilhadas em termos geográficos, históricos e Culturais. Disponível em: MACHADO, Bárbara Araújo. O pensamento feminista “Amefricano” e a ideia de articulação entre gênero, classe, raça e sexualidade: Ferramentas de análise para a história das sociedades americanas. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 27, p. 280-309, 2019.

atuação dessas mulheres nos contextos vivenciados, em especial a família, o grupo de trabalho e a associação comunitária, representa a ação dos mesossistemas, geradoras de mudanças imediatas e de longo prazo nos grupos familiares e da comunidade. (Pinto, 2013 p. 130)

As determinações das desigualdades em diversas escalas na construção dos espaços e territórios, distribuição dos impactos ambientais positivos e negativos dos grandes projetos é objeto de discussão, o debate de gênero é de grande importância na estratégia de articulação dos movimentos na luta por justiça ambiental e planejamento de políticas alternativas de uso dos recursos.

A presença das diversas pautas nos conflitos é importante para o estudo para além do foco restrito nos embates políticos e incorpora fatores cosmológicos, rituais, identitários e morais invisibilizados, que ainda não se manifestaram nos espaços públicos de discussão, como extensão da marginalização desses grupos pelo estado e modo de produção, a proposta de etnografia dos conflitos ambientais (Little, 2006) trata das diversas nuances e propõe visibilidade e transversalidade entre as diversas ciências.

### **5.1. As mulheres em defesa do território no contexto de Paruru do Meio**

Dessa forma, as pautas das mulheres nos movimentos de busca pela justiça ambiental e defesa de territórios é permeada por desafios socialmente estruturados, reconhecido nos debates dos movimentos, no MAB, a articulação no contexto da UHE Tucuruí, a estrutura patriarcal era manifestada na composição das secretarias e deslegitimação das mulheres componentes.

Fui a primeira mulher a estar na direção executiva do sindicato dos trabalhadores rurais, e em 96 integrei o MAB, representando a região norte, participei do primeiro encontro nacional, o MAB tem sua história e o protagonismo masculino é forte, então não me aceitaram, cheguei a ouvir nas reuniões “o que essazinha tá fazendo?” (Tânia, 55 anos, fala proferida em reunião. 2023)

A estrutura patriarcal é a responsável pela invisibilidade das questões de gênero e desafios de articulação das mulheres em luta, a ótica de espaço e território é permeada pela visão masculina e excludente dos outros, ótica essa presente nas discussões dentro e fora da academia, explícita nos conceitos geográficos e neutralização dos processos.

Eu, no meu caso, tenho. Porque, se as mulheres não estiverem na frente, eu acredito que os homens, eles querem puxar, como diz o pessoal, a coisa só pro lado deles. E, tendo a mulher na frente, a gente bota quentura, vai e consegue. Através de dificuldade, mas a gente consegue. Porque, hoje em dia, as coisas tudo através de dificuldade. Aí, no caso. Hoje em dia, tem muitas mulheres que estão lutando pelas outras. Às vezes morre, né? E nem consegue, às vezes. Mas, hoje em dia, nós temos que ser forte e não botar obstáculos na frente para

nós conseguirmos o que nós queremos. Porque nós não somos piores do que as outras. E nem piores do que os homens. A mesma coisa que os homens têm, nós também temos direito. Não é porque nós somos mulheres que não temos direito, não. E eu acredito. E, sobre o negócio do MAB, se nós não botar na frente para nós e ver se nós conseguimos, nós não vamos conseguir nada. Olha o tempo que a gente está andando para ver se conseguimos, para não cavarem o rio aí, né? (Lucia, 33 anos, em entrevista.2023)

O MAB é um movimento de natureza mista, onde a presença de jovens e mulheres do campo e cidade é destacado, o reconhecimento da desigualdade dos impactos foi importante para a leitura de sua complexidade e maneiras de enfrentamento, no contexto abarcado pela pesquisa, as mulheres estão presentes nas articulações, ainda que permeadas por desafios e não reformulação das relações sociais que as limitam espacial e politicamente.

### PARTICIPAÇÃO NO MAB



Figura 24: Gráfico de representação do tempo de organização política das mulheres entrevistadas. Elaborado pela autora.

Porque aqui é mais as mulheres que se reúnem, mais é nós. Mais é nós. Te convida, mas não todas vêm, olha, como nós reunimos hoje. Nem todas vêm. Uma bota dificuldade, outra já bota outra. E aí mais é nós que se reúnem, né? Mais é nós. Então, às vezes elas vêm, não vou dizer que não vêm, né? Mas uma vez ou outra. Mas no movimento mesmo, quando tem, mais é nós. Junta os maridos e tal. Aí essa grande dificuldade, né, de reunir todo mundo aqui. Tem essa dificuldade e por isso, né? Mas aí não exclui A importância, né? Então nós ficamos assim. (Amanda, 36 anos, em entrevista.)

O personagem feminino e as atribuições comportamentais e laborais atribuídas ditam a subjetividade das mulheres nas práticas de resistência, a produção e manutenção do ambiente familiar confere uma visão complexa e profunda da acumulação de impactos, incorporadas pela

natureza (também atribuída) do cuidado e defesa das atividades e saúde de seus familiares, a maneira de abordagem e comunicação entre as comunidades reverbera nas reuniões.

Mas a participação da mulher, eu percebo, foi o que nós estávamos falando agora, né? A gente percebe que as mulheres são mais interessadas. É. São mais interessadas nesses eventos. Porque nós já fomos muito prejudicadas, né? Aí, hoje em dia, a gente está sentindo que nós estamos começando a ter nossos direitos reconhecidos, né? Hoje, que nós estamos começando a reconhecer, através do governo federal, né? Que, graças a Deus, veio olhar para as mulheres agora. E aí, a gente está aproveitando, né? Temos que aproveitar essa oportunidade, né? Para a gente poder levar em frente o trabalho. E, assim, cada vez mais se unir. Porque, senão, não consegue mais. (Helena, 41 anos, em entrevista.2023)

O incentivo a participação das mulheres ocorre de forma orgânica, as reuniões em casa, a participação da igreja, conversa com a vizinha, nas atividades do dia a dia, nos múltiplos espaços as problemáticas são levantadas, nos relatos coletados, os problemas corporais físicos ou não são o ponto de partida para a organização política, acompanhadas pelas irmãs, sobrinhas, esposos, primos e outros parentes.



Figura 25: Reunião de participantes Banzeiro das mulheres atingidas do Baixo Tocantins, na comunidade Menino Jesus de Praticiaia.

Os territórios são identificados por elas como a rede de interação entre as pessoas da comunidade, atividades no rio, construídos através da cultura, da afetividade e das histórias,

relacionados com a casa e os espaços de convivência, formado essencialmente por corpos e o trabalho desenvolvido, as dimensões atingidas pelos impactos não separadas das dimensões econômicas e políticas são os corpos, os principais meios de sobrevivência e lutas, a relação corpo território existe, é defendida e está na base das lutas contra a acumulação de impactos.

Aí já tem mais capacidade de conseguir mais coisa, né? Principalmente a água. O que mais nos prejudica é a água, né? E é isso que a gente tem que fazer. A força da mulherada com certeza vale a pena. Porque todo mundo unido, com certeza a gente vai conseguir, né? (Gabriela, 44 anos, em entrevista.2023)

Acho que as mulheres, as mulheres que, olha, na questão da água, as mulheres sentem muito esse abalo, eu acho. Tentando de fazer as coisas na pessoa, né? As mulheres, eu acho que tem mais voz para falar sobre essa questão. (Fabiana, 20 anos, em entrevista.2023)

Os desafios relatados são relacionados com o chamado "espaço paradoxal", um conceito abordado pela Geografia na perspectiva de gênero e presença feminina nos conflitos, na formação realizada pelas comunidades eclesiais de base, a atuação e organização do ativismo é feita pelas mulheres, ordenadas freiras ou moradoras das comunidades, o que contrasta com a marginalização que mantém o poder masculino, naturalizado pela atuação da igreja, palco das reuniões estratégicas e formações políticas de muitos movimentos sociais ligados a teologia da libertação, como na figura abaixo.



Figura 26: Chegada das participantes do Banheiro das mulheres atingidas do Baixo Tocantins na comunidade Menino Jesus de Praticiaia, realizada no espaço da Paróquia local. A autora. (2023)

As mulheres pobres, duplamente marginalizadas, são formadas politicamente pelas instituições que seguem o caminho da teologia da libertação, assim, como compreender a relação entre a mulher pobre, a Igreja e o espaço? (Silva, 2003), a partir deste conceito, o espaço

paradoxal mostra a participação limitada e constantes enfrentamentos frente à marginalização e restrição a casa, aos cuidados com a família.

Pois é. Elas falam, mas tu não vai, não dá pra ti. Mas eu vou. E dizem que elas estão por dentro de todas as coisas. Mais do que o homem. Porque tem muitas vezes, não falando porque eu não tenho marido, mas eu sei. Porque eu tenho filho também, que eu tenho um filho aí. Quando ele vai numa coisa, a mulher que está na frente. Eles vão. Muitas vezes eles vão. Mas eles ficam lá na ponte. E estão falando aqui dentro. Então quem é que eles estão ouvindo? Quem estão ouvindo? As mulheradas que estão lá dentro. Por isso que eu te digo que quem sabe mais é a mulherada. Quem aprende mais é a mulherada. (Mariana, 58 anos, em entrevista.2023)

Restrição esta que não as impede de realizar o enfrentamento nos diversos lugares, a pauta de defesa dos seus territórios modos de vida, a saúde e segurança das mesmas e de seus dependentes e suas redes de apoio sempre são ressaltadas nas reuniões, espaços que julgam seguros para expressar suas tensões e encontrar apoio.



Figura 27: Militante do MAB realiza uma fala na reunião das mulheres, ao lado de sua filha.

Anos depois da finalização da construção da barragem de Tucuruí e após um hiato na organização política articulada pelo MAB no contexto da pesquisa, as mulheres estão em movimento de participação e reunião para a estratégia de defesa frente ao novo grande projeto chamado Hidrovia Araguaia-Tocantins, com a realização de Banzeiros, conversas internas e

entre comunidades, formação de comissões e implantação de projetos para o auxílio educacional e financeiro, com cursos de formação profissional, política e afins, com o objetivo de fortalecimento da renda de suas famílias e viabilidade de vida digna.

Elas são mais engajadas do que os homens. Porque quando tem uma coisa, é muito difícil, por causa dos homens, não tendo uma reunião. Mas as mulheradas são as primeiras que pulam pra aí. Elas vão. Por isso que tudo, as mulheradas que aprendem. Os homens são os papais. Mas as mulheradas, mais elas que aprendem. E se tiver uma reunião lá no Praticiaia (ilha adjacente), eles falam, eu não vou, não vai dar pra mim. Elas falam, mas eu vou. (Mariana, 58 anos, em entrevista.2023)

A diversidade de visões acerca a acumulação de impactos ao território e as estratégias de aproximação das mulheres levam a um caminho, o da necessidade de fortalecimento e incentivo a ação política, o paradoxo entre a ação feminina que sustenta os espaços de discussão e a marginalização nos locais de poder revela a segregação sexual ainda não superada e ao mesmo tempo a potência de modificação processual que a organização feminina representa.

A ausência de mulheres nos movimentos interfere diretamente nas abordagens, trabalhos de base, projetos alternativos e discursos, como organizações contra hegemônicas, o questionamento de injustiças dos impactos ambientais, distribuição de produtos, compensações insuficientes precisam ser provocadas para além das dimensões de mero controle dos espaços e territórios, mas como valor de uso, manutenção da dignidade mínima e defesa dos direitos, que não podem ser desvincilhados das relações desiguais já estruturadas.

No Baixo Tocantins, as mulheres resistem e são desafiadas diariamente ao exercício da manutenção de seus lares, de suas redes -rede tanto de afetividade, quanto o instrumento de pesca- sua profissão, sua saúde física e mental e reconhecem que há muito a ser feito, a garantia de direitos fundamentais e conquistas é condicionada pela vigilância, a geografia com viés patriarcais também é desafiada a ressaltar a importância de rever a neutralidade dos conceitos e visualizar os rostos e corpos produtores dos espaços, territórios e conflitos.



Figura 28: Tecido estendido no banheiro das mulheres atingidas do Baixo Tocantins, com os dizeres “SEM AS MULHERES EM LUTA NÃO HÁ GARANTIA DE DIREITOS”.

## CONSIDERAÇÕES

A região de Cametá possui uma rica diversidade de ecossistemas, com formações vegetais essenciais para a sustentabilidade ambiental e a biodiversidade local, além disso, a interação das populações ribeirinhas com esses ecossistemas é fundamental para a sua subsistência e modo de vida.

A partir da análise dos mapas apresentados, foi possível visualizar a distribuição e a transformação dos recursos naturais ao longo do tempo. A preservação das florestas alagáveis e formações florestais de terra firme reflete a importância da manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas locais para a sustentabilidade ambiental da região.

Além disso, a relação das comunidades ribeirinhas com o rio Tocantins e os recursos naturais circundantes evidencia a interdependência entre o espaço geográfico e as práticas tradicionais de subsistência, como a pesca, a coleta de açaí e a agricultura sustentável. Essas atividades estão intrinsecamente ligadas à identidade e à cultura das comunidades ribeirinhas, sendo fundamentais para sua sobrevivência.

As percepções dos impactos multiescalares da barragem na comunidade de Paruru do Meio são importantes para o dimensionamento da modificação de territórios e de vida dos

habitantes, a ótica das mulheres moradoras e participantes da pesquisa revelou setores intrínsecos, internos com reflexões domésticas, corporais e mentais, atrelados a insegurança destes setores.

Verificou-se que na questão hídrica, a limitação de instrumentos de tratamento da água do rio devido ao não atendimento e cumprimento da distribuição gratuita prevista em lei acarreta a busca de água potável em locais adjacentes ou a doação de água tratada por casas que possuem estes aparatos, configurando um problema grave de acesso à água potável na comunidade.

No setor alimentar, a Ictiofauna da região do Baixo Tocantins apresenta baixas gradativas anuais, assim como a safra do açaí, impactando as atividades pesqueiras e extrativistas, trazendo insegurança alimentar e financeira devido ao cancelamento de registros profissionais de pesca, sendo necessário deslocamento em busca de outras fontes de abastecimento.

Na questão da moradia, as cheias na jusante do rio provocadas pela abertura das comportas coincidindo com o período de chuvas provoca o alagamento nas casas da comunidade, a perda de móveis, contato com animais peçonhentos e água parada e contaminada oriunda do lago, além de mudanças nas propriedades físico-químicas da água o acesso a eletricidade também é parte das contradições envolvidas no contexto da UHE Tucuruí, onde a energia disponível nas casas seja ligada de maneira clandestina, após tentativas de regularização junto a empresa de distribuição.

Fruto de financiamento e instalação coletivo, a energia tem qualidade e disponibilidade limitada com quedas constantes, queima de eletrodomésticos e acidentes envolvendo os fios de distribuição.

A partir da conjuntura apresentada, as atividades externas e internas sofrem modificações profundas há 4 décadas, na manutenção da vida da comunidade é presente a divisão sexual do trabalho, onde os impactos domésticos e de administração familiar são sentidos de maneira mais complexa pelas mulheres, centro da sobrecarga de trabalho não pago.

A divisão sexual do trabalho, na qual os homens se dedicam principalmente à pesca e à colheita, enquanto as mulheres assumem as tarefas domésticas e de cuidado da família, resulta em uma sobrecarga de trabalho para as mulheres de Paruru do Meio. A falta de reconhecimento e valorização do trabalho doméstico, aliada à ausência de apoio externo, contribui para a exaustão física e emocional dessas mulheres.

A sobrecarga de trabalho não se limita apenas às atividades domésticas, mas também se estende à busca por alternativas de sustento e à participação em atividades de organização política e comunitária. As mulheres ribeirinhas não apenas lidam com as demandas do lar, mas também se engajam ativamente na defesa de seus direitos territoriais e ambientais, diante dos desafios enfrentados.

No contexto da defesa do território, as mulheres ribeirinhas desempenham um papel central na proteção e na promoção de práticas sustentáveis, contribuindo para a preservação dos recursos naturais e a manutenção dos modos de vida tradicionais. A geografia, nesse sentido, é uma ferramenta essencial para compreender as dinâmicas territoriais, os impactos das intervenções humanas e as estratégias de resistência e adaptação das comunidades locais.

Portanto, a integração dos elementos da geografia com a defesa do território pelas mulheres ribeirinhas no Baixo Tocantins revela a complexidade das relações entre sociedade e ambiente, destacando a importância da sustentabilidade, da equidade de gênero e do respeito às práticas e saberes tradicionais na construção de um futuro mais justo e harmonioso para todas as pessoas e para o meio ambiente.

Para não concluir, é importante destacar o auto reconhecimento como atingidas participação das mulheres nos espaços de debate sobre as demandas que são apenas observadas pela ótica de gênero, as implicações nos discursos dos movimentos a que estão articuladas representam mudanças profundas nas políticas alternativas e posicionamento político, que pelo caminho interseccional auxilia no reforço do caráter diverso e na contracorrente do patriarcado proporcionado pelo protagonismo feminino em defesa dos territórios, cabe a geografia rever e reestruturar os caminhos de estudo para atender as complexidades dos impactos socioambientais e cumprir o dever social que ela mesma se propõe.

## **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGOSTINHO, A.A.; GOMES, L.C.; PELICICE, F.M. **Ecologia e manejo de recursos pesqueiros em reservatórios do Brasil**. Máringa: EDUEM, 500 p. 2007.

ALVES, B. M. (1981). **Espelho de Vênus: identidade social e sexual da mulher**. São Paulo: Brasiliense.

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. **Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 26, n. 2, p. 222–245, jun. 2006.

ANDRADE, Camila Damasceno de. **Justiça Ecológica e Subalternização Feminina**. *Revista*

Direito e Práxis, v. 11, p. 808-830, 2020.

ANDRÉ, Isabel Margarida de Almeida. **O falso neutro em geografia humana: gênero e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico**. Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 2019.

AZEVEDO, Natália Tavares; TORRES, Katya Regina Isaguirre; DOS ANJOS BORBA, Carolina. **Gênero, território e decolonialidade: experiências e perspectivas no Brasil**. Guaju, v. 5, n. 1, p. 2-14, 2019.

BEZERRA, Rosemayre lima. **Mulheres posseiras: uma história de luta silenciada**. Trabalho de Conclusão de curso (licenciatura e bacharel em ciências sociais), Pará, Universidade Federal do Pará, 2008.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, p. 71-86, 2005.

BRAGA, Rhalf Magalhães. **Território, rede e multiterritorialidade: uma abordagem conceitual a partir das corporações**. Revista Geografias, p. 26-36, 2010.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.106, De 16 De Junho De 1970. **Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências**.

Bruschini, C. (2000). **Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** (Brasil, 1985/95). Em M. I. B. Rocha (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios* (p.13-58). Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Editora 34.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Informações de Saúde, Epidemiológicas e Morbidade: banco de dados**. 2019. Acesso em: 15/01/2024.

BUSQUETS, Monise Vieira. **Bordando a luta: O Coletivo de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens e as oficinas de Arpilleras como estratégia de mobilização social**. Revista Brasileira De História & Ciências Sociais- RBHCS. VOL.12 Nº23 – junho de 2020.

CASTILHO, C. J. M. **Construção de uma metodologia científica voltada aos espaços vividos dos movimentos socioterritoriais** Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife: UFPE/MSEU, v. 01, n. 1, 2012.

Coletivo Nacional De Comunicação Do MAB **MAB 30 Anos De Lutas: A Força Dos Atingidos E Atingidas**. 2021.

Colectivo Miradas Críticas Del Territorio Desde El Feminismo. **Mapeando el cuerpo-territorio. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios**. Pedagogy of the Oppressed, p. 1970, 2017.

COSTA, Ivanei Dalla. In: **2º Encontro Nacional De Mulheres Do MAB. 2021**. Remoto via Zoom.

DE ALMEIDA PINTO, Neuzeli Maria; PONTES, Fernando Augusto Ramos; DA COSTA SILVA, Simone Souza. **As redes de apoio social das mulheres ribeirinhas da Amazônia: Uma abordagem ecológica**. Mudanças-Psicologia da Saúde, v. 26, n. 1, p. 11-22, 2018.

DE LIMA CAMPOS, Valdsandro; DE LIMA BEZERRA, Davi; SOUZA, **Edevaldo Aparecido**. **Expansão Capitalista E Conflitos Agrários na Amazônia Legal**. Revista de Comunicação Científica, v. 10, n. 1, p. 100-116, 2022.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1 - **12/9/1967**, Página 9331, Coleção de Leis do Brasil - 1967, Página 484 Vol. 6 (Publicação Original)

FEARNSIDE, P.M. 2016. **Environmental and social impacts Of hydroelectric dams in Brazilian Amazonia: Implications for the aluminum industry**. World Development 77: 48-65. doi:10.1016/j.worlddev.2015.08.015.

FIGUEREDO, A. C. P. Saraiva, L. J. C. (2018). **A prostituição em grande projetos na Amazônia: O impacto do grande capital nos fluxos de mão de obra na UHE Belo Monte**. Nova Revista Amazônica.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento Social Como Uma Categoria Geográfica**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

FLORES, Bárbara Nascimento; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. **Ecofeminismo e comunidade sustentável**. Revista Estudos Feministas, v. 23, n. 1, p. 11-34, 2015.

FOSCHIERA, A. A. **A Barranca Do Rio Para A Periferia Dos Centros Urbanos: A Trajetória Do Movimento Dos Atingidos Por Barragens Face Às Políticas Do Setor Elétrico No Brasil**. UNESP. São Paulo. 2009

FOSCHIERA A A., **Conhecendo A Trajetória De Organização Dos Atingidos Por Barragens**, Caminhos de Geografia Uberlândia v. 11, n. 36 dez/2010 p. 113 – 128.

FOSCHIERA, ATAMIS ANTONIO. **A Barranca Do Rio Para A Periferia Dos Centros Urbanos: A Trajetória Do Movimento Dos Atingidos Por Barragens Face Às Políticas Do Setor Elétrico No Brasil**. UNESP. São Paulo. 2009

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017, 406p

GONZÁLEZ CASANOVA, P. Colonialismo Interno (uma redefinição). In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2006.p. 431-458.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020. p. 147.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 29, n. 1, 2003.

HAESBAERT, R. **Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais**. GEOgraphia, v. 22, n. 48, 2020.

INSTITUTO PACS. **Mulheres-territórios: Mapeando conflitos, afetos e resistências**. 2021.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Trad Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4º éd. Paris: Editions Anthropos, 2000). Primeira Versão: início- fev. 2006.

LISBOA, M. **Um Estudo Da Geopolítica Capitalista Na Amazônia Oriental No Período Militar E Movimentos Sociais Camponeses**, Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v. 3, n. 1, p. 272 - 283, 2017.

LOPES, J. C. P. **Justiça climática à luz da decolonialidade**, In LOUBACK, Andréia Coutinho (coord.). **Quem precisa de justiça climática no Brasil?** Brasília, DF: Gênero e Clima: Observatório do Clima, 2022. Disponível em: <https://generoeclima.oc.eco.br/lancamento-quem-precisa-de-justica-climatica-no-brasil/>. Acesso em: 10/01/2024

LUNA, L. **Representação e produção do espaço: duas conceituações analisadas por Henri Lefebvre**, Diaphonía, e-ISSN 2446-7413, v. 3, p. 21-31 n. I, 2017.

MALHEIRO, B C. **Colonialismo Interno e Estado de Exceção: a “emergência” da Amazônia dos Grandes Projetos**. Caderno de Geografia, v. 30, n. 60, p. 74-98, 2020.

MARQUES, G. S. **SPVEA: O Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966)**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2013.

MASSO, TCHENNA FERNANDES MASO, THELLA FERNANDES. **Onde estão nossos direitos? O campo feminista de gênero bordado pelas mulheres atingidas por barragens**, Revista Brasileira De Políticas Públicas V.10 N°2. 2020.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p

MELO, Adriana da Cruz. **Pescadores artesanais da cidade de Cameté-PA: Caracterização da pesca, saúde e segurança no trabalho**. 2023.

MOREIRA, R. **As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades**. GEOgraphia, 3 (5), 15-32. 2009.

MOREIRA, Tiago Rodrigues; JUNIOR, Nelson Cortes Pacheco; MARANDOLA JR, Eduardo. **Casa como lar: entre descanso e movimento**. Kalagatos, v. 20, n. 2, p. eK23023-eK23023, 2023.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens**. São Paulo: MAB, 2011.

Movimento Dos Atingidos Por Barragens. **Dilma Ferreira Silva: Uma vida inteira de luta**. Publicado em: 22/04/2019 disponível em: <https://mab.org.br/2019/04/22/dilma-ferreira-silva-uma-vida-inteira-luta/>. Acesso em: 19/01/2021

Movimento Dos Atingidos Por Barragens. **As Violações Dos Direitos Das Mulheres Atingidas E A Luta Pela Vida**. 04/08/2017. Acesso em: 05/01/2021.

NETO, Vitale Joanoni; NETO, Regina Beatriz Guimarães. **A Amazônia e a política de**

**Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. Diálogos Latinoamericanos**, n. 26, pág. 144-157, 2017.

OLIVA, Victoria Ferreira. **Do corpo-espaço ao corpo-território: o que a Geografia Feminista tem a dizer?** Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo** 6° ed.- São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia)

OLIVEIRA, Vanessa Dias. **As mulheres no âmago da precariedade histórica do mundo do trabalho.** Geografia em Atos (Online), v. 3, n. 18, p. 243-268, 2020.

M. OLIVERA, M. G. PODCAMENI, M. C. LUSTOSA e L. GRAÇA, “**A dimensão de gênero no Big Push para a Sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira**”, Documentos de Projetos (LC/TS.2021/6; LC/BRS/TS.2021/1), Santiago e São Paulo, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2021.

PORTES, FERNANDA DE OLIVEIRA. **Mulheres Atingidas Por Barragens: Expressando Resistência Através Das Arpilleras.** Erechim, RS, 2018.

MORETTO, Gomes, Roquetti e Jordão, **Histórico, tendências e perspectivas no planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras**, Ambiente & Sociedade São Paulo v. XV, n. 3 p. 141-164 set.-dez. 2012

Pinto, Neuzeli Maria de Almeida, 1970- **As redes de apoio social e as relações de trabalho de mulheres em comunidades rurais do Maranhão e ribeirinhas da região amazônica /** Neuzeli Maria de Almeida Pinto. - 2013.

ROCHA, G.M. **A construção da usina hidrelétrica Belo Monte e a dinâmica populacional e urbana de Altamira (PA)** In: ARAGÓN, E (org.) **MIGRAÇÃO INTERNA NA PAN AMAZÔNIA**- Belém: NAEA, 2013.

PINTO ROJAS, Carlos et al. **Relações do manejo do açazeiro com as mudanças da vegetação e com a economia do estabelecimento familiar ribeirinho em várzeas na comunidade de Manoel Raimundo, Cametá, PA.** 2017.

RAFFESTIN, Claude; SANTANA, Octavio Martín González. **Por una geografía del poder.** Zamora: El colegio de Michoacán, 2013.

ROLNIK, R. **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** São Paulo: Labcidade, FAU-USP. 2011.

Rede TransformAÇÃO e Red Jubileo Sur/ Américas. **La situación de género relacionado a los procesos presupuestarios y las políticas macroeconómicas.** 2021

SAFFIOTI, Heleieth. BONGIOVANI Iara. **Trabalho feminino e capitalismo. Perspectivas, Revista de Ciências Sociais**, ano 1, vol. 1, n.1. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1976.

SAQUET, M. SILVA, S. **MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território.** ISSN 1981-9021 - Geo. UERJ - Ano 10, n.º, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SCOTT, Joan W. **“Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.”** Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990

SEAMON, David. **A Geography of the Lifeworld. Movement, Rest and Encounter.** London: Croom Helm, 1979.

SILVA, ALEXANDRA MARTINS, **Mulheres em movimento: luta e resistência contra barragens.** Coimbra. 2007.

SILVA, Joseli Maria. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica.** Revista de História Regional, 2003.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, v. 22, n. 44, p. 117-134, 2007.

SILVA IDELMA SANTIAGO DA. **GÊNERO E MOVIMENTO SOCIAL DO CAMPO: Narrativas de mulheres dirigentes do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no sudeste do Pará.** Encontro Nacional de História Oral. 01-04 de maio de 2016.

SOBREIRO FILHO, JOSÉ. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics: produção do espaço, redes e lógica racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina / José Sobreiro Filho.** - Presidente

Prudente: [s.n.], 2016

SOUZA, J. G. Estado, crise estrutural do capital e a questão agrária: o lucro extraordinário e suas determinações territoriais. **MIZUSAKI, MY, ROMA, CM, VIEIRA, AB** **Questão agrária e práxis social no século XXI: impasses, desafios e perspectivas**. Curitiba: CRV, p. 149-164, 2021.

TRAVASSOS, Fábio Alexandre. **Influência da hidrelétrica de Tucuruí sobre aspectos da biologia populacional de peixes detritívoros do Rio Tocantins (PA-Brasil)**. 2014. 30 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Centro de Aquicultura de Jaboticabal, 2014.

VARGAS, Getúlio. Discurso do Amazonas. In: BRASIL. **Valorização Econômica da Amazônia – subsídios para seu planejamento**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954.

VIEIRA, Norma et al. Divisão sexual do trabalho e relações de gênero em contexto estuarino-costeiro amazônico. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 5, n. 3, p. 806-835, 2014.

ZHOURI, Andréa. **Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental**. Revista brasileira de ciências sociais, v. 23, p. 97-107, 2008.

## ANEXOS

### 1- QUESTIONÁRIOS E TERMOS DE CONSENTIMENTO.

#### RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

2- O QUE A TROUXE PARA A COMUNIDADE?

( ) CASAMENTO ( ) MIGRAÇÃO ( ) TRABALHO ( ) OUTROS, O QUÊ? *Nascida*

3- QUAIS OS LUGARES MAIS FREQUENTADOS POR VOCÊ NA COMUNIDADE?

( ) IGREJA ( ) RIO ( ) LOCAIS DE REUNIÃO, QUAL? ( ) CASA DE VIZINHOS  CASA

#### PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

1- TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO MAB

MENOS DE UM ANO ( ) 1 A 2 ANOS ( ) 3 A 5 ANOS ( ) MAIS DE 5 ANOS

3- COMO A ORGANIZAÇÃO FOI INICIADA?

( ) ARTICULAÇÃO INTERNA  PRESENÇA DO MAB

4- QUANTAS MULHERES PARTICIPAM DA ORGANIZAÇÃO? SÃO APOIADAS POR SUAS FAMÍLIAS?

Nº 20  SIM ( ) NÃO

#### PROPOSTA DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

NOME: \_\_\_\_\_

1- COMO VOCÊ PÉRCBE OU SENTE OS IMPACTOS CAUSADOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ A SUA COMUNIDADE?

2- COMO MULHER, VOCÊ ACREDITA QUE ESSES IMPACTOS ACONTECEM DE FORMA DIFERENCIADA ENTRE VOCÊ E AS OUTRAS PESSOAS DA COMUNIDADE, HÁ UMA SOBRECARGA?

3- DE QUE MANEIRA VOCÊ ACREDITA QUE ARTICULAÇÃO DAS MULHERES VAI AUXILIAR NA DEFESA DO TERRITÓRIO E DIREITOS DA COMUNIDADE?

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA.

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.

Nº 07

LOCALIDADE: Poruru do meio

MUNICÍPIO: Comitá

DADOS PESSOAIS

1- NOME -

2- ORIGEM - Poruru do meio

3- IDADE - 30

4- OCUPAÇÃO

( ) DOMÉSTICA ( ) LAVRADORA  PESCADORA ( ) OUTROS

5- ESCOLARIDADE

( ) FUNDAMENTAL COMPLETO ( ) FUNDAMENTAL INCOMPLETO  ENSINO  
MÉDIO COMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR  
COMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO

6- TEM FILHOS?

SIM QUANTOS? 3 ( ) NÃO

CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR

1- INCLUINDO VOCÊ, QUANTAS PESSOAS MORAM NA PROPRIEDADE/  
CASA?

3 OU MENOS ( )

ENTRE 4 E 7

ENTRE 7 OU 10 ( )

MAIS DE 10 ( )

2- A FAMÍLIA RECEBE ALGUM TIPO DE AUXÍLIO DO GOVERNO?

SIM  NÃO ( )

SE SIM, QUAL? Bolsa família

### RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

2- O QUE A TROUXE PARA A COMUNIDADE? ~

( ) CASAMENTO ( ) MIGRAÇÃO ( ) TRABALHO ( ) OUTROS, O QUÊ? ~ *Nascida*

3- QUAIS OS LUGARES MAIS FREQUENTADOS POR VOCÊ NA COMUNIDADE?

( ) IGREJA ( ) RIO ( ) LOCAIS DE REUNIÃO, QUAL?  CASA DE VIZINHOS ( ) CASA

### PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

1- TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO MAB

( ) MENOS DE UM ANO  1 A 2 ANOS ( ) 3 A 5 ANOS ( ) MAIS DE 5 ANOS

3- COMO A ORGANIZAÇÃO FOI INICIADA?

( ) ARTICULAÇÃO INTERNA  PRESENÇA DO MAB

4- QUANTAS MULHERES PARTICIPAM DA ORGANIZAÇÃO? SÃO APOIADAS POR SUAS FAMÍLIAS?

Nº 20  SIM ( ) NÃO

### PROPOSTA DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

NOME: \_\_\_\_\_

1- COMO VOCÊ PERCEBE OU SENTE OS IMPACTOS CAUSADOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUI A SUA COMUNIDADE?

2- COMO MULHER, VOCÊ ACREDITA QUE ESSES IMPACTOS ACONTECEM DE FORMA DIFERENCIADA ENTRE VOCÊ E AS OUTRAS PESSOAS DA COMUNIDADE, HÁ UMA SOBRECARGA?

3- DE QUE MANEIRA VOCÊ ACREDITA QUE ARTICULAÇÃO DAS MULHERES VAI AUXILIAR NA DEFESA DO TERRITÓRIO E DIREITOS DA COMUNIDADE?

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA.

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.

Nº 06

LOCALIDADE: Paruru do meio

MUNICÍPIO: Cametá

DADOS PESSOAIS

1- NOME

2- ORIGEM - 58 Paruru do meio

3- IDADE - 58

4- OCUPAÇÃO

( ) DOMÉSTICA  LAVRADORA ( ) PESCADORA ( ) OUTROS

5- ESCOLARIDADE

( ) FUNDAMENTAL COMPLETO ( ) FUNDAMENTAL INCOMPLETO ( ) ENSINO  
MÉDIO COMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR  
COMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO  jão alfabetizada

6- TEM FILHOS?

SIM QUANTOS? 4 ( ) NÃO

CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR

1- INCLUINDO VOCÊ, QUANTAS PESSOAS MORAM NA PROPRIEDADE/  
CASA?

3 OU MENOS

ENTRE 4 E 7 ( )

ENTRE 7 OU 10 ( )

MAIS DE 10 ( )

2- A FAMÍLIA RECEBE ALGUM TIPO DE AUXÍLIO DO GOVERNO?

SIM

NÃO ( )

SE SIM, QUAL?

Aposentadoria + Pensão por morte

### RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

2- O QUE A TROUXE PARA A COMUNIDADE?

( ) CASAMENTO ( ) MIGRAÇÃO ( ) TRABALHO ( ) OUTROS, O QUÊ? - *Novida*

3- QUAIS OS LUGARES MAIS FREQUENTADOS POR VOCÊ NA COMUNIDADE?

IGREJA ( ) RIO ( ) LOCAIS DE REUNIÃO, QUAL?  CASA DE VIZINHOS ( ) CASA

### PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

1- TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO MAB

( ) MENOS DE UM ANO  1 A 2 ANOS ( ) 3 A 5 ANOS ( ) MAIS DE 5 ANOS

3- COMO A ORGANIZAÇÃO FOI INICIADA?

( ) ARTICULAÇÃO INTERNA  PRESENÇA DO MAB

4- QUANTAS MULHERES PARTICIPAM DA ORGANIZAÇÃO? SÃO APOIADAS POR SUAS FAMÍLIAS?

Nº 20  SIM ( ) NÃO

### PROPOSTA DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

NOME: \_\_\_\_\_

1- COMO VOCÊ PERCEBE OU SENTE OS IMPACTOS CAUSADOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ A SUA COMUNIDADE?

2- COMO MULHER, VOCÊ ACREDITA QUE ESSES IMPACTOS ACONTECEM DE FORMA DIFERENCIADA ENTRE VOCÊ E AS OUTRAS PESSOAS DA COMUNIDADE, HÁ UMA SOBRECARGA?

3- DE QUE MANEIRA VOCÊ ACREDITA QUE ARTICULAÇÃO DAS MULHERES VAI AUXILIAR NA DEFESA DO TERRITÓRIO E DIREITOS DA COMUNIDADE?

**PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA.**

**QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.**

Nº 05

LOCALIDADE: Paraná do Meio

MUNICÍPIO: Constituição

**DADOS PESSOAIS**

1- NOME -

2- ORIGEM - Constituição

3- IDADE - 27

4- OCUPAÇÃO

( ) DOMÉSTICA ( ) LAVRADORA  PESCADORA ( ) OUTROS

5- ESCOLARIDADE

( ) FUNDAMENTAL COMPLETO  FUNDAMENTAL INCOMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO COMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR COMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO

6- TEM FILHOS?

SIM QUANTOS? 2 ( ) NÃO

**CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR**

1- INCLUINDO VOCÊ, QUANTAS PESSOAS MORAM NA PROPRIEDADE/ CASA?

3 OU MENOS ( )

ENTRE 4 E 7 ( )

ENTRE 7 OU 10

MAIS DE 10 ( )

2- A FAMÍLIA RECEBE ALGUM TIPO DE AUXÍLIO DO GOVERNO?

SIM

NÃO ( )

SE SIM, QUAL? Bolsa família

Seguro desemprego

**RELAÇÃO COM A COMUNIDADE**

2- O QUE A TROUXE PARA A COMUNIDADE?

( ) CASAMENTO ( ) MIGRAÇÃO ( ) TRABALHO  OUTROS, O QUÊ? *Nascida*

3- QUAIS OS LUGARES MAIS FREQUENTADOS POR VOCÊ NA COMUNIDADE?

IGREJA ( ) RIO ( ) LOCAIS DE REUNIÃO, QUAL?  CASA DE VIZINHOS ( ) CASA

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

1- TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO MAB

( ) MENOS DE UM ANO  1 A 2 ANOS ( ) 3 A 5 ANOS ( ) MAIS DE 5 ANOS

3- COMO A ORGANIZAÇÃO FOI INICIADA?

( ) ARTICULAÇÃO INTERNA  PRESENÇA DO MAB

4- QUANTAS MULHERES PARTICIPAM DA ORGANIZAÇÃO? SÃO APOIADAS POR SUAS FAMÍLIAS?

Nº 20  SIM ( ) NÃO

**PROPOSTA DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

NOME: [REDACTED]

1- COMO VOCÊ PERCEBE OU SENTE OS IMPACTOS CAUSADOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ A SUA COMUNIDADE?

2- COMO MULHER, VOCÊ ACREDITA QUE ESSES IMPACTOS ACONTECEM DE FORMA DIFERENCIADA ENTRE VOCÊ E AS OUTRAS PESSOAS DA COMUNIDADE, HÁ UMA SOBRECARGA?

3- DE QUE MANEIRA VOCÊ ACREDITA QUE ARTICULAÇÃO DAS MULHERES VAI AUXILIAR NA DEFESA DO TERRITÓRIO E DIREITOS DA COMUNIDADE?

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA.

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.

Nº 04

LOCALIDADE: Paruru do meio

MUNICÍPIO: Lameta

DADOS PESSOAIS

1- NOME

2- ORIGEM - Poruru do meio

3- IDADE - 20

4- OCUPAÇÃO

( ) DOMÉSTICA ( ) LAVRADORA  PESCADORA ( ) OUTROS

5- ESCOLARIDADE

( ) FUNDAMENTAL COMPLETO ( ) FUNDAMENTAL INCOMPLETO  ENSINO  
MÉDIO COMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR  
COMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO

6- TEM FILHOS?

( ) SIM QUANTOS? \_\_\_\_\_  NÃO

CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR

1- INCLUINDO VOCÊ, QUANTAS PESSOAS MORAM NA PROPRIEDADE/  
CASA?

3 OU MENOS

ENTRE 4 E 7 ( )

ENTRE 7 OU 10 ( )

MAIS DE 10 ( )

2- A FAMÍLIA RECEBE ALGUM TIPO DE AUXÍLIO DO GOVERNO?

SIM

NÃO ( )

SE SIM, QUAL? Bolsa família

### RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

2- O QUE A TROUXE PARA A COMUNIDADE?

( ) CASAMENTO ( ) MIGRAÇÃO ( ) TRABALHO  OUTROS, O QUÊ? *Marcida*

3- QUAIS OS LUGARES MAIS FREQUENTADOS POR VOCÊ NA COMUNIDADE?

IGREJA  RIO  LOCAIS DE REUNIÃO, QUAL?  CASA DE VIZINHOS  CASA

### PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

1- TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO MAB

( ) MENOS DE UM ANO  1 A 2 ANOS ( ) 3 A 5 ANOS ( ) MAIS DE 5 ANOS

3- COMO A ORGANIZAÇÃO FOI INICIADA?

( ) ARTICULAÇÃO INTERNA  PRESENÇA DO MAB

4- QUANTAS MULHERES PARTICIPAM DA ORGANIZAÇÃO? SÃO APOIADAS POR SUAS FAMÍLIAS?

Nº \_\_\_\_\_  SIM ( ) NÃO

### PROPOSTA DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

NOME: \_\_\_\_\_

1- COMO VOCÊ PERCEBE OU SENTE OS IMPACTOS CAUSADOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ A SUA COMUNIDADE?

2- COMO MULHER, VOCÊ ACREDITA QUE ESSES IMPACTOS ACONTECEM DE FORMA DIFERENCIADA ENTRE VOCÊ E AS OUTRAS PESSOAS DA COMUNIDADE, HÁ UMA SOBRECARGA?

3- DE QUE MANEIRA VOCÊ ACREDITA QUE ARTICULAÇÃO DAS MULHERES VAI AUXILIAR NA DEFESA DO TERRITÓRIO E DIREITOS DA COMUNIDADE?

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA.

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.

Nº 03

LOCALIDADE: Peruru do meio

MUNICÍPIO: Cometa

DADOS PESSOAIS

1- NOME  [REDACTED]

2- ORIGEM  Peruru do meio

3- IDADE  36

4- OCUPAÇÃO

( ) DOMÉSTICA ( ) LAVRADORA  PESCADORA ( ) OUTROS

5- ESCOLARIDADE

( ) FUNDAMENTAL COMPLETO  FUNDAMENTAL INCOMPLETO ( ) ENSINO  
MÉDIO COMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR  
COMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO

6- TEM FILHOS?

SIM QUANTOS? 3 ( ) NÃO

CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR

1- INCLUINDO VOCÊ, QUANTAS PESSOAS MORAM NA PROPRIEDADE/  
CASA?

3 OU MENOS

ENTRE 4 E 7 ( )

ENTRE 7 OU 10 ( )

MAIS DE 10 ( )

2- A FAMÍLIA RECEBE ALGUM TIPO DE AUXÍLIO DO GOVERNO?

SIM

NÃO ( )

SE SIM, QUAL?

Seguro de vida



PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA.

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.

Nº 02

LOCALIDADE: Paruru do meio

MUNICÍPIO: Cametá

DADOS PESSOAIS

1- NOME

2- ORIGEM Paruru do meio

3- IDADE 48

4- OCUPAÇÃO

( ) DOMÉSTICA ( ) LAVRADORA  PESCADORA ( ) OUTROS

5- ESCOLARIDADE

( ) FUNDAMENTAL COMPLETO  FUNDAMENTAL INCOMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO COMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR COMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO

6- TEM FILHOS?

SIM QUANTOS? 4 ( ) NÃO

CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR

1- INCLUINDO VOCÊ, QUANTAS PESSOAS MORAM NA PROPRIEDADE/ CASA?

3 OU MENOS

ENTRE 4 E 7 ( )

ENTRE 7 OU 10 ( )

MAIS DE 10 ( )

2- A FAMÍLIA RECEBE ALGUM TIPO DE AUXÍLIO DO GOVERNO?

SIM

NÃO ( )

SE SIM, QUAL?

Seguro de vida  
Assistência social

### RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

2- O QUE A TROUXE PARA A COMUNIDADE?

CASAMENTO ( ) MIGRAÇÃO ( ) TRABALHO ( ) OUTROS, O QUÊ?

3- QUAIS OS LUGARES MAIS FREQUENTADOS POR VOCÊ NA COMUNIDADE?

IGREJA ( ) RIO ( ) LOCAIS DE REUNIÃO, QUAL? ( ) CASA DE VIZINHOS ( ) CASA

### PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

1- TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO MAB

MENOS DE UM ANO ( ) 1 A 2 ANOS ( ) 3 A 5 ANOS ( ) MAIS DE 5 ANOS

3- COMO A ORGANIZAÇÃO FOI INICIADA?

( ) ARTICULAÇÃO INTERNA  PRESENÇA DO MAB

4- QUANTAS MULHERES PARTICIPAM DA ORGANIZAÇÃO? SÃO APOIADAS POR SUAS FAMÍLIAS?

Nº 20  SIM ( ) NÃO

### PROPOSTA DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

NOME: \_\_\_\_\_

1- COMO VOCÊ PERCEBE OU SENTE OS IMPACTOS CAUSADOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUI A SUA COMUNIDADE?

2- COMO MULHER, VOCÊ ACREDITA QUE ESSES IMPACTOS ACONTECEM DE FORMA DIFERENCIADA ENTRE VOCÊ E AS OUTRAS PESSOAS DA COMUNIDADE, HÁ UMA SOBRECARGA?

3- DE QUE MANEIRA VOCÊ ACREDITA QUE ARTICULAÇÃO DAS MULHERES VAI AUXILIAR NA DEFESA DO TERRITÓRIO E DIREITOS DA COMUNIDADE?

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA.

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.

Nº 01

LOCALIDADE: Porruvolo meo

MUNICÍPIO: Coroatã

DADOS PESSOAIS

1- NOME

2- ORIGEM - Cuzupiori rio

3- IDADE - 20

4- OCUPAÇÃO

( ) DOMÉSTICA ( ) LAVRADORA  PESCADORA ( ) OUTROS

5- ESCOLARIDADE

( ) FUNDAMENTAL COMPLETO  FUNDAMENTAL INCOMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO COMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR COMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO

6- TEM FILHOS?

SIM QUANTOS? 2 ( ) NÃO

CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR

1- INCLUINDO VOCÊ, QUANTAS PESSOAS MORAM NA PROPRIEDADE/ CASA?

3 OU MENOS ( )

ENTRE 4 E 7

ENTRE 7 OU 10 ( )

MAIS DE 10 ( )

2- A FAMÍLIA RECEBE ALGUM TIPO DE AUXÍLIO DO GOVERNO?

SIM

NÃO ( )

SE SIM, QUAL?

Bolsa família  
Seguro defeso

### RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

2- O QUE A TROUXE PARA A COMUNIDADE?

( ) CASAMENTO ( ) MIGRAÇÃO ( ) TRABALHO ( ) OUTROS, O QUÊ? + *Nascida*

3- QUAIS OS LUGARES MAIS FREQUENTADOS POR VOCÊ NA COMUNIDADE?

IGREJA ( ) RIO ( ) LOCAIS DE REUNIÃO, QUAL? ( ) CASA DE VIZINHOS ( ) CASA

### PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

1- TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO MAB

MENOS DE UM ANO ( ) 1 A 2 ANOS ( ) 3 A 5 ANOS ( ) MAIS DE 5 ANOS

3- COMO A ORGANIZAÇÃO FOI INICIADA?

( ) ARTICULAÇÃO INTERNA  PRESENÇA DO MAB

4- QUANTAS MULHERES PARTICIPAM DA ORGANIZAÇÃO? SÃO APOIADAS POR SUAS FAMÍLIAS?

Nº 20  SIM ( ) NÃO

### PROPOSTA DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

NOME: \_\_\_\_\_

1- COMO VOCÊ PERCEBE OU SENTE OS IMPACTOS CAUSADOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ A SUA COMUNIDADE?

2- COMO MULHER, VOCÊ ACREDITA QUE ESSES IMPACTOS ACONTECEM DE FORMA DIFERENCIADA ENTRE VOCÊ E AS OUTRAS PESSOAS DA COMUNIDADE, HÁ UMA SOBRECARGA?

3- DE QUE MANEIRA VOCÊ ACREDITA QUE ARTICULAÇÃO DAS MULHERES VAI AUXILIAR NA DEFESA DO TERRITÓRIO E DIREITOS DA COMUNIDADE?

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA.

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.

Nº 11

LOCALIDADE: Poruru do meio

MUNICÍPIO: Cametá

DADOS PESSOAIS

- 1- NOME \_\_\_\_\_  
 2- ORIGEM - Poruru do meio  
 3- IDADE - 33  
 4- OCUPAÇÃO

( ) DOMÉSTICA ( ) LAVRADORA  PESCADORA ( ) OUTROS

5- ESCOLARIDADE

( ) FUNDAMENTAL COMPLETO  FUNDAMENTAL INCOMPLETO ( ) ENSINO  
 MÉDIO COMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR  
 COMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO

6- TEM FILHOS?

SIM QUANTOS? 3 ( ) NÃO

CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR

1- INCLUINDO VOCÊ, QUANTAS PESSOAS MORAM NA PROPRIEDADE/  
 CASA?

- 3 OU MENOS ( )  
 ENTRE 4 E 7   
 ENTRE 7 OU 10 ( )  
 MAIS DE 10 ( )

2- A FAMÍLIA RECEBE ALGUM TIPO DE AUXÍLIO DO GOVERNO?

SIM

NÃO ( )

SE SIM, QUAL?

Bolsa família  
Seguro de vida

### RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

2- O QUE A TROUXE PARA A COMUNIDADE?

( ) CASAMENTO ( ) MIGRAÇÃO ( ) TRABALHO ( ) OUTROS, O QUÊ? → *Nascida*

3- QUAIS OS LUGARES MAIS FREQUENTADOS POR VOCÊ NA COMUNIDADE?

IGREJA ( ) RIO ( ) LOCAIS DE REUNIÃO, QUAL?  CASA DE VIZINHOS  CASA

### PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

1- TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO MAB

( ) MENOS DE UM ANO  1 A 2 ANOS ( ) 3 A 5 ANOS ( ) MAIS DE 5 ANOS

3- COMO A ORGANIZAÇÃO FOI INICIADA?

( ) ARTICULAÇÃO INTERNA  PRESENÇA DO MAB

4- QUANTAS MULHERES PARTICIPAM DA ORGANIZAÇÃO? SÃO APOIADAS POR SUAS FAMÍLIAS?

Nº 20  SIM ( ) NÃO

### PROPOSTA DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

NOME: \_\_\_\_\_

1- COMO VOCÊ PERCEBE OU SENTE OS IMPACTOS CAUSADOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ A SUA COMUNIDADE?

2- COMO MULHER, VOCÊ ACREDITA QUE ESSES IMPACTOS ACONTECEM DE FORMA DIFERENCIADA ENTRE VOCÊ E AS OUTRAS PESSOAS DA COMUNIDADE, HÁ UMA SOBRECARGA?

3- DE QUE MANEIRA VOCÊ ACREDITA QUE ARTICULAÇÃO DAS MULHERES VAI AUXILIAR NA DEFESA DO TERRITÓRIO E DIREITOS DA COMUNIDADE?

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA.

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.

Nº 10

LOCALIDADE: Poruru do meio

MUNICÍPIO: Cometa

DADOS PESSOAIS

1- NOME ~ [REDACTED]

2- ORIGEM - Poruru do meio

3- IDADE 37

4- OCUPAÇÃO

( ) DOMÉSTICA ( ) LAVRADORA  PESCADORA ( ) OUTROS

5- ESCOLARIDADE

( ) FUNDAMENTAL COMPLETO  FUNDAMENTAL INCOMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO COMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR COMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO

6- TEM FILHOS?

SIM QUANTOS? 4 ( ) NÃO

CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR

1- INCLUINDO VOCÊ, QUANTAS PESSOAS MORAM NA PROPRIEDADE/ CASA?

3 OU MENOS ( )

ENTRE 4 E 7

ENTRE 7 OU 10 ( )

MAIS DE 10 ( )

2- A FAMÍLIA RECEBE ALGUM TIPO DE AUXÍLIO DO GOVERNO?

SIM

NÃO ( )

SE SIM, QUAL?

Bolsa família

Seguro de risco

### RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

2- O QUE A TROUXE PARA A COMUNIDADE?

( ) CASAMENTO ( ) MIGRAÇÃO ( ) TRABALHO ( ) OUTROS, O QUÊ? *→ Joss Cu*

3- QUAIS OS LUGARES MAIS FREQUENTADOS POR VOCÊ NA COMUNIDADE?

IGREJA ( ) RIO ( ) LOCAIS DE REUNIÃO, QUAL?  CASA DE VIZINHOS ( ) CASA

### PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

1- TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO MAB

( ) MENOS DE UM ANO ( ) 1 A 2 ANOS ( ) 3 A 5 ANOS  MAIS DE 5 ANOS

3- COMO A ORGANIZAÇÃO FOI INICIADA?

( ) ARTICULAÇÃO INTERNA  PRESENÇA DO MAB

4- QUANTAS MULHERES PARTICIPAM DA ORGANIZAÇÃO? SÃO APOIADAS POR SUAS FAMÍLIAS?

Nº 20  SIM ( ) NÃO

### PROPOSTA DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

NOME: \_\_\_\_\_

1- COMO VOCÊ PERCEBE OU SENTE OS IMPACTOS CAUSADOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ A SUA COMUNIDADE?

2- COMO MULHER, VOCÊ ACREDITA QUE ESSES IMPACTOS ACONTECEM DE FORMA DIFERENCIADA ENTRE VOCÊ E AS OUTRAS PESSOAS DA COMUNIDADE, HÁ UMA SOBRECARGA?

3- DE QUE MANEIRA VOCÊ ACREDITA QUE ARTICULAÇÃO DAS MULHERES VAI AUXILIAR NA DEFESA DO TERRITÓRIO E DIREITOS DA COMUNIDADE?

**PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA.**

**QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.**

Nº 09

LOCALIDADE: Poruro do meio

MUNICÍPIO: Cometa

**DADOS PESSOAIS**

1- NOME -

2- ORIGEM - Poruro do meio

3- IDADE - 44

4- OCUPAÇÃO

( ) DOMÉSTICA ( ) LAVRADORA  PESCADORA ( ) OUTROS

5- ESCOLARIDADE

( ) FUNDAMENTAL COMPLETO ( ) FUNDAMENTAL INCOMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO COMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO INCOMPLETO  ENSINO SUPERIOR COMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO

6- TEM FILHOS?

SIM QUANTOS? 4 ( ) NÃO

**CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR**

1- INCLUINDO VOCÊ, QUANTAS PESSOAS MORAM NA PROPRIEDADE/ CASA?

3 OU MENOS ( )

ENTRE 4 E 7

ENTRE 7 OU 10 ( )

MAIS DE 10 ( )

2- A FAMÍLIA RECEBE ALGUM TIPO DE AUXÍLIO DO GOVERNO?

SIM

NÃO ( )

SE SIM, QUAL?

Bolsa família segundo defeso

### RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

2- O QUE A TROUXE PARA A COMUNIDADE?

( ) CASAMENTO ( ) MIGRAÇÃO ( ) TRABALHO ( ) OUTROS, O QUÊ? - *forçada*

3- QUAIS OS LUGARES MAIS FREQUENTADOS POR VOCÊ NA COMUNIDADE?

IGREJA ( ) RIO ( ) LOCAIS DE REUNIÃO, QUAL? ( ) CASA DE VIZINHOS ( ) CASA

### PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

1- TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO MAB

( ) MENOS DE UM ANO ( ) 1 A 2 ANOS ( ) 3 A 5 ANOS  MAIS DE 5 ANOS

3- COMO A ORGANIZAÇÃO FOI INICIADA?

( ) ARTICULAÇÃO INTERNA  PRESENÇA DO MAB

4- QUANTAS MULHERES PARTICIPAM DA ORGANIZAÇÃO? SÃO APOIADAS POR SUAS FAMÍLIAS?

Nº 20  SIM ( ) NÃO

### PROPOSTA DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

NOME: \_\_\_\_\_

1- COMO VOCÊ PERCEBE OU SENTE OS IMPACTOS CAUSADOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ A SUA COMUNIDADE?

2- COMO MULHER, VOCÊ ACREDITA QUE ESSES IMPACTOS ACONTECEM DE FORMA DIFERENCIADA ENTRE VOCÊ E AS OUTRAS PESSOAS DA COMUNIDADE, HÁ UMA SOBRECARGA?

3- DE QUE MANEIRA VOCÊ ACREDITA QUE ARTICULAÇÃO DAS MULHERES VAI AUXILIAR NA DEFESA DO TERRITÓRIO E DIREITOS DA COMUNIDADE?

**RELAÇÃO COM A COMUNIDADE**

2- O QUE A TROUXE PARA A COMUNIDADE?

CASAMENTO  MIGRAÇÃO  TRABALHO  OUTROS, O QUÊ?

3 - QUAIS OS LUGARES MAIS FREQUENTADOS POR VOCÊ NA COMUNIDADE?

IGREJA  RIO  LOCAIS DE REUNIÃO, QUAL?  CASA DE VIZINHOS  CASA

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

1- TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO MAB

MENOS DE UM ANO  1 A 2 ANOS  3 A 5 ANOS  MAIS DE 5 ANOS

3- COMO A ORGANIZAÇÃO FOI INICIADA?

ARTICULAÇÃO INTERNA  PRESENÇA DO MAB

4- QUANTAS MULHERES PARTICIPAM DA ORGANIZAÇÃO? SÃO APOIADAS POR SUAS FAMÍLIAS?

Nº 20  SIM  NÃO

**PROPOSTA DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

NOME: \_\_\_\_\_

1- COMO VOCÊ PERCEBE OU SENTE OS IMPACTOS CAUSADOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ A SUA COMUNIDADE?

2- COMO MULHER, VOCÊ ACREDITA QUE ESSES IMPACTOS ACONTECEM DE FORMA DIFERENCIADA ENTRE VOCÊ E AS OUTRAS PESSOAS DA COMUNIDADE, HÁ UMA SOBRECARGA?

3- DE QUE MANEIRA VOCÊ ACREDITA QUE ARTICULAÇÃO DAS MULHERES VAI AUXILIAR NA DEFESA DO TERRITÓRIO E DIREITOS DA COMUNIDADE?

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA.

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.

Nº \_\_\_\_\_

LOCALIDADE: Lanurui do meio MUNICÍPIO: Cameta

DADOS PESSOAIS

1- NOME

2- ORIGEM

3- IDADE 26 anos

4- OCUPAÇÃO Pescadora

( ) DOMÉSTICA ( ) LAVRADORA (x) PESCADORA ( ) OUTROS

5- ESCOLARIDADE

( ) FUNDAMENTAL COMPLETO ( ) FUNDAMENTAL INCOMPLETO (x) ENSINO  
MÉDIO COMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR  
COMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO

6- TEM FILHOS?

(x) SIM QUANTOS? 01 ( ) NÃO

CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR

1- INCLUINDO VOCÊ, QUANTAS PESSOAS MORAM NA PROPRIEDADE/  
CASA?

3 OU MENOS ( )

ENTRE 4 E 7 (x)

ENTRE 7 OU 10 ( )

MAIS DE 10 ( )

2- A FAMÍLIA RECEBE ALGUM TIPO DE AUXÍLIO DO GOVERNO?

SIM (x)

NÃO ( )

SE SIM, QUAL? Bolsa Família

### RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

2- O QUE A TROUXE PARA A COMUNIDADE?

( ) CASAMENTO ( ) MIGRAÇÃO ( ) TRABALHO  OUTROS, O QUÊ?

3- QUAIS OS LUGARES MAIS FREQUENTADOS POR VOCÊ NA COMUNIDADE?

( ) IGREJA ( ) RIO ( ) LOCAIS DE REUNIÃO, QUAL? ( ) CASA DE VIZINHOS  CASA

### PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

1- TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO MAB

( ) MENOS DE UM ANO ( ) 1 A 2 ANOS  3 A 5 ANOS ( ) MAIS DE 5 ANOS

3- COMO A ORGANIZAÇÃO FOI INICIADA?

( ) ARTICULAÇÃO INTERNA  PRESENÇA DO MAB

4- QUANTAS MULHERES PARTICIPAM DA ORGANIZAÇÃO? SÃO APOIADAS POR SUAS FAMÍLIAS?

Nº 20  SIM ( ) NÃO

### PROPOSTA DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

NOME: \_\_\_\_\_

1- COMO VOCÊ PERCEBE OU SENTE OS IMPACTOS CAUSADOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ A SUA COMUNIDADE?

2- COMO MULHER, VOCÊ ACREDITA QUE ESSES IMPACTOS ACONTECEM DE FORMA DIFERENCIADA ENTRE VOCÊ E AS OUTRAS PESSOAS DA COMUNIDADE, HÁ UMA SOBRECARGA?

3- DE QUE MANEIRA VOCÊ ACREDITA QUE ARTICULAÇÃO DAS MULHERES VAI AUXILIAR NA DEFESA DO TERRITÓRIO E DIREITOS DA COMUNIDADE?

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA.

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.

Nº \_\_\_\_\_

LOCALIDADE: Paruruí do meio

MUNICÍPIO: Cametaí

DADOS PESSOAIS

1- NOME

2- ORIGEM

3- IDADE 59 anos

4- OCUPAÇÃO Aposentada

( ) DOMÉSTICA ( ) LAVRADORA ( ) PESCADORA (x) OUTROS

5- ESCOLARIDADE

( ) FUNDAMENTAL COMPLETO (x) FUNDAMENTAL INCOMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO COMPLETO ( ) ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR COMPLETO ( ) ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO

6- TEM FILHOS?

(x) SIM QUANTOS? 05 ( ) NÃO

CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR

1- INCLUINDO VOCÊ, QUANTAS PESSOAS MORAM NA PROPRIEDADE/ CASA?

3 OU MENOS ( )

ENTRE 4 E 7 (x)

ENTRE 7 OU 10 ( )

MAIS DE 10 ( )

2- A FAMÍLIA RECEBE ALGUM TIPO DE AUXÍLIO DO GOVERNO?

SIM (x)

NÃO ( )

SE SIM, QUAL?

Bolsa Família



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO GUAMÁ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente a dissertação de mestrado intitulado “A GENTE NÃO USA MAIS ÁGUA COMO USAVA ANTES DA BARRAGEM”: IMPACTOS DIRETOS DA UHE TUCURUÍ AOS HABITANTES DO RIO TOCANTINS E A SOBRECARGA SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES. Desenvolvido por MARÍLIA GEOVANA DE OLIVEIRA LISBOA. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo (Prof<sup>o</sup>) ALAN NUNES ARAÚJO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do (telefone) 91984860034 ou (e-mail) marilia.lisboa@UFPA.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é construir uma dissertação referente ao mestrado. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de formulário/entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Belém - Pa, 29 de Julho de 2023.

Gibele de Jesus Pinheiro Alves  
Assinatura do (a) Participante

Marília Lisboa  
Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Alan Nunes Araujo  
Assinatura do (a) Pesquisador (a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO GUAMÁ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente a dissertação de mestrado intitulado "A GENTE NÃO USA MAIS ÁGUA COMO USAVA ANTES DA BARRAGEM": IMPACTOS DIRETOS DA UHE TUCURUÍ AOS HABITANTES DO RIO TOCANTINS E A SOBRECARGA SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES. Desenvolvido por MARÍLIA GEOVANA DE OLIVEIRA LISBOA. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo (Prof<sup>o</sup>) ALAN NUNES ARAÚJO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do (telefone) (91) 99117-9905 ou (e-mail) marlia.lisboa@ufpa.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é construir uma dissertação referente ao mestrado. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de formulário/entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Belém - Pa, 30 de Julho de 2023.

Maria José Pinheiro Cardoso

Assinatura do (a) Participante

Marília Geovana de Oliveira Lisboa

Assinatura do (a) Pesquisador (a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO GUAMÁ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente a dissertação de mestrado intitulado "A GENTE NÃO USA MAIS ÁGUA COMO USAVA ANTES DA BARRAGEM": IMPACTOS DIRETOS DA UHE TUCURUI AOS HABITANTES DO RIO TOCANTINS E A SOBRECARGA SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES. Desenvolvido por MARÍLIA GEOVANA DE OLIVEIRA LISBOA. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo (Prof<sup>o</sup>) ALAN NUNES ARAÚJO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do (telefone) (91) 99217-9905 ou (e-mail) marilia.gisboa@ufpa.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é construir uma dissertação referente ao mestrado. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de formulário/entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Belém - Pa, 30 de Julho de 2023.

Gezia de Fátima Pinheiro Alves

Assinatura do (a) Participante

Marília Geovana de Oliveira Lisboa

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Assinatura do (a) orientador (a)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO GUAMÁ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente a dissertação de mestrado intitulado "A GENTE NÃO USA MAIS ÁGUA COMO USAVA ANTES DA BARRAGEM": IMPACTOS DIRETOS DA UHE TUCURUÍ AOS HABITANTES DO RIO TOCANTINS E A SOBRECARGA SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES. Desenvolvido por MARÍLIA GEOVANA DE OLIVEIRA LISBOA. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo (Prof<sup>o</sup>) ALAN NUNES ARAÚJO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do (telefone) 91984860034 ou (e-mail) mar.lisbo@ufpa.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é construir uma dissertação referente ao mestrado. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de formulário/entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Belém - Pa, 29 de Julho de 2023.

Natalina Nunes Xavier - Não Alfabetizada

Assinatura do (a) Participante

Maria Lisboa

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Alan Nunes Araujo

Assinatura do (a) orientador (a)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO GUAMÁ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente a dissertação de mestrado intitulado “A GENTE NÃO USA MAIS ÁGUA COMO USAVA ANTES DA BARRAGEM”: IMPACTOS DIRETOS DA UHE TUCURUÍ AOS HABITANTES DO RIO TOCANTINS E A SOBRECARGA SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES. Desenvolvido por MARÍLIA GEOVANA DE OLIVEIRA LISBOA. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo (Prof<sup>o</sup>) ALAN NUNES ARAÚJO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do (telefone) 919 84860034 ou (e-mail) marilia.lisboa@ufpa.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é construir uma dissertação referente ao mestrado. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de formulário/entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Belém - Pa, 28 de Julho de 2023.

Lucilene dos Santos Corrêa

Assinatura do (a) Participante

Marília Lisboa

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Alan Nunes Araújo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO GUAMÁ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente a dissertação de mestrado intitulado “A GENTE NÃO USA MAIS ÁGUA COMO USAVA ANTES DA BARRAGEM”: IMPACTOS DIRETOS DA UHE TUCURUÍ AOS HABITANTES DO RIO TOCANTINS E A SOBRECARGA SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES. Desenvolvido por MARÍLIA GEOVANA DE OLIVEIRA LISBOA. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo (Profº) ALAN NUNES ARAÚJO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do (telefone) 91984860034 ou (e-mail) marilia.lisboa@UFPA.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é construir uma dissertação referente ao mestrado. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de formulário/entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Belém - Pa, 27 de Julho de 2023.

Hayami dos Santos Jansen

Assinatura do (a) Participante

Marília Lisboa

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Alan Nunes Araújo

Assinatura do (a) orientador (a)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO GUAMÁ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente a dissertação de mestrado intitulado "A GENTE NÃO USA MAIS ÁGUA COMO USAVA ANTES DA BARRAGEM": IMPACTOS DIRETOS DA UHE TUCURUÍ AOS HABITANTES DO RIO TOCANTINS E A SOBRECARGA SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES. Desenvolvido por MARÍLIA GEOVANA DE OLIVEIRA LISBOA. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo (Prof<sup>o</sup>) ALAN NUNES ARAÚJO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do (telefone) 91984860034 ou (e-mail) marilia.lisboa@fch.ufpa.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é construir uma dissertação referente ao mestrado. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de formulário/entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Belém - Pa, 26 de Julho de 2023.

Sinara Xavier Carreira

Assinatura do (a) Participante

Marília Lisboa

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Alan Nunes Araujo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO GUAMÁ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente a dissertação de mestrado intitulado "A GENTE NÃO USA MAIS ÁGUA COMO USAVA ANTES DA BARRAGEM": IMPACTOS DIRETOS DA UHE TUCURUÍ AOS HABITANTES DO RIO TOCANTINS E A SOBRECARGA SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES. Desenvolvido por MARÍLIA GEOVANA DE OLIVEIRA LISBOA. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo (Prof<sup>o</sup>) ALAN NUNES ARAÚJO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do (telefone) 91994860034 ou (e-mail) marilia.lisboa@ufpa.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é construir uma dissertação referente ao mestrado. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de formulário/entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Belém - Pa, 26 de Julho de 2023.

Marizete da Silva Gaia

Assinatura do (a) Participante

Marília Lisboa

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Alan Nunes Araujo

Assinatura do (a) orientador



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO GUAMÁ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente a dissertação de mestrado intitulado "A GENTE NÃO USA MAIS ÁGUA COMO USAVA ANTES DA BARRAGEM": IMPACTOS DIRETOS DA UHE TUCURUÍ AOS HABITANTES DO RIO TOCANTINS E A SOBRECARGA SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES. Desenvolvido por MARÍLIA GEOVANA DE OLIVEIRA LISBOA. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo (Profº) ALAN NUNES ARAÚJO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do (telefone) 984860039 ou (e-mail) marilia.lisboa@ufpa.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é construir uma dissertação referente ao mestrado. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de formulário/entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Belém - Pa, 27 de Julho de 2023.

Maria Trindade Gomes Pantoya

Assinatura do (a) Participante

Marília Lisboa

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Alan Nunes Araujo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO GUAMÁ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente a dissertação de mestrado intitulado "A GENTE NÃO USA MAIS ÁGUA COMO USAVA ANTES DA BARRAGEM": IMPACTOS DIRETOS DA UHE TUCURUÍ AOS HABITANTES DO RIO TOCANTINS E A SOBRECARGA SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES. Desenvolvido por MARÍLIA GEOVANA DE OLIVEIRA LISBOA. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo (Prof<sup>o</sup>) ALAN NUNES ARAÚJO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do (telefone) 91984860034 ou (e-mail) marilia.lisboa@ufpa.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é construir uma dissertação referente ao mestrado. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de formulário/entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Belém - Pa, 29 de Julho de 2023.

JVANETE Nunes Xavier

Assinatura do (a) Participante

Marília Lisboa

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Alan Nunes Araujo

Assinatura do (a) orientador (a)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO GUAMÁ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente a dissertação de mestrado intitulado “A GENTE NÃO USA MAIS ÁGUA COMO USAVA ANTES DA BARRAGEM”: IMPACTOS DIRETOS DA UHE TUCURUÍ AOS HABITANTES DO RIO TOCANTINS E A SOBRECARGA SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES. Desenvolvido por MARÍLIA GEOVANA DE OLIVEIRA LISBOA. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo (Prof<sup>o</sup>) ALAN NUNES ARAÚJO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do (telefone) 91984860034 ou (e-mail) marilia.lisboa@ufpa.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é construir uma dissertação referente ao mestrado. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de formulário/entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Belém - Pa, 29 de Julho de 2023.

Maria Darcilene Dias Cardoso

Assinatura do (a) Participante

Marília Lisboa

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Alan Nunes Araújo

Assinatura do (a) orientador (a)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO GUAMÁ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente a dissertação de mestrado intitulado “A GENTE NÃO USA MAIS ÁGUA COMO USAVA ANTES DA BARRAGEM”: IMPACTOS DIRETOS DA UHE TUCURUÍ AOS HABITANTES DO RIO TOCANTINS E A SOBRECARGA SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES. Desenvolvido por MARÍLIA GEOVANA DE OLIVEIRA LISBOA. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo (Prof<sup>o</sup>) ALAN NUNES ARAÚJO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do (telefone) 91984860034 ou (e-mail) marilia.lisboa@ufpa.br. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é construir uma dissertação referente ao mestrado. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de formulário/entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Belém - Pa, 29 de Julho de 2023.

Lauriana do Carmo dos Santos

Assinatura do (a) Participante

Marília Lisboa

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Alan Nunes Araujo

Assinatura do (a) orientador (a)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO GUAMÁ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente a dissertação de mestrado intitulado "A GENTE NÃO USA MAIS ÁGUA COMO USAVA ANTES DA BARRAGEM": IMPACTOS DIRETOS DA UHE TUCURUÍ AOS HABITANTES DO RIO TOCANTINS E A SOBRECARGA SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES. Desenvolvido por MARÍLIA GEOVANA DE OLIVEIRA LISBOA. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo (Prof<sup>o</sup>) ALAN NUNES ARAÚJO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do (telefone) 91984860037 ou (e-mail) marilia.lisboa@ufpa.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é construir uma dissertação referente ao mestrado. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de formulário/entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Belém - Pa, 29 de Julho de 2023.

Carla Darcilua Dias Cardoso

Assinatura do (a) Participante

Marília Lisboa

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Alan Nunes Araujo

Assinatura do (a) orientador (a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

**MARÍLIA GEOVANA DE OLIVEIRA LISBOA**

**“A GENTE NÃO USA MAIS ÁGUA COMO USAVA ANTES DA BARRAGEM”:  
IMPACTOS DA UHE TUCURUÍ NA VIDA DAS MULHERES ATINGIDAS POR  
BARRAGENS.**

**BELÉM  
2024**